

Orlando Afonso Rodrigues

A terra e a mudança

Reprodução social e património fundiário
na Terra Fria Transmontana



SÉRIE

Estudos

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Orlando Afonso Rodrigues

A terra e a mudança

Reprodução social
e património fundiário na
Terra Fria Transmontana

32

Orlando Afonso Rodrigues

A terra e a mudança

Reprodução social
e património fundiário na
Terra Fria Transmontana

SÉRIE

Estudos

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Título: A terra e a mudança – reprodução social e património fundiário na
Terra Fria Transmontana
Autor: Orlando Afonso Rodrigues
Edição: Instituto Politécnico de Bragança · 1998
Apartado 38 · 5300 Bragança · Portugal
Tel. (073) 331 570 · 330 3200 · Fax (073) 25 405 · <http://www.ipb.pt>
Execução: Serviços de Imagem do Instituto Politécnico de Bragança
(direcção gráfica, Atilano Suarez; paginação, Teresa Paradinha;
montagem, Maria de Jesus; impressão, António Cruz,
acabamento, Isaura Magalhães)
Fotografia da capa: Fernando Vilela
Tiragem: 500 exemplares
Depósito legal nº 64 084/93
ISBN 972-745-028-8
Aceite para publicação em Março de 1993

Nota Prévia

Este trabalho resulta de uma tese de Mestrado, apresentada no Instituto Agronómico Mediterrânico de Montpellier, e segue de muito perto o trabalho original. Relativamente a este, foram apenas “aligeirados” alguns capítulos e suprimidos alguns excertos que pretendiam unicamente enquadrar um leitor estrangeiro nas condições particulares da evolução da sociedade portuguesa e da região da Terra Fria em particular.

O texto, pretende dar conta de um trabalho de investigação em sociologia rural (tendo como quadro geográfico de análise a região da Terra Fria Transmontana) que se iniciou nos finais de 1990 e terminou no início de 1992. Pretendi com esse trabalho analisar o papel do património fundiário na reprodução das famílias, num contexto de profunda transformação do espaço rural, por forma a tentar explicar a evolução das estruturas da propriedade fundiária.

A questão de fundo que enquadrou teoricamente esta investigação, pode basicamente ser sintetizada do seguinte modo: tendo vindo a ser constatado que o comportamento do mercado fundiário nesta região não segue a evolução do valor produtivo da terra, poderá uma análise centrada não na esfera estrita da produção mas na esfera da reprodução contribuir para um melhor conhecimento dos determinantes da posse da terra?

Ao longo desta investigação, embora tendo concluído pelo grande interesse deste tipo de abordagem - ou por isso mesmo -, fui levado a dar uma grande atenção à transformação do espaço rural e aos modos como essa transformação se reflectiu na modificação

das práticas produtivas e patrimoniais. As conclusões deste trabalho, basearam-se assim em grande parte na interpretação que fiz das tendências de mudança do espaço rural. Resisidirá provavelmente aqui parte da debilidade dessas conclusões, a qual foi acentuada pelo facto de não dispor ainda dos dados estatísticos dos dois últimos inquéritos estruturais: Censos da População de 91 e Recenseamento Agrícola de 89. De facto, os dados dos inquéritos anteriores pareceram-me evidenciar uma tendência para uma revitalização e diversificação dos modos de vida em espaço rural. Os dados provisórios do último censo parecem porém revelar uma perda de população quase generalizada na região, traduzindo assim a sua incapacidade para fixar população não só no espaço rural mas também nalguns dos centros urbanos da região, ainda que, noutros se confirme a tendência para uma certa recomposição demográfica. Embora me pareça que no fundamental as conclusões se mantenham válidas, uma reinterpretação da evolução do espaço rural à luz destes novos dados, será certamente necessária.

Dos diversos apoios e encorajamentos com que pude contar ao longo da realização deste trabalho, gostaria aqui de salientar alguns.

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos dirigem-se a todos os habitantes da aldeia de *Vale de Castanheira*, que aceitaram submeter-se às minhas entrevistas, e em particular ao Sr. Aníbal Pires e Telmo Prada, cujas informações e ajuda nos contactos na aldeia foram indispensáveis.

Ao Prof. Oliveira Baptista, que assegurou a orientação deste trabalho, pelas suas críticas e conselhos, pela sua disponibilidade e amizade, endereço a minha sincera gratidão.

Quero igualmente agradecer aqueles que aceitaram ler as versões provisórias da tese, e que nas diferentes fases do estudo, pelas suas críticas e conselhos, me guiaram no nem sempre fácil caminho da investigação. Em particular agradeço ao Prof. João Castro Caldas e ao Prof. Pedro Espanha.

À Repartição de Finanças do Concelho de Bragança, Registo Civil e Padre João António Vaz, pelo acesso que me permitiram às diferentes fontes: arquivos do Imposto Sucessório e livros de registo de casamentos, óbitos e baptizados, dirijo igualmente os meus agradecimentos.

À Escola Superior Agrária de Bragança, pelo apoio com que sempre pude contar, em particular nas pessoas dos seus dirigentes, um reconhecimento especial é devido.

Enfim, sem o encorajamento de todos os meus colegas e amigos, e muito especialmente da São, que partilhou comigo uma boa parte das dificuldades de um trabalho por vezes esgotante, este trabalho não teria sido possível.

Bragança, Dezembro de 1992

Índice

Nota prévia _____	6
Índice de quadros, figuras e gráficos _____	13
Resumo _____	15
Abstract _____	16
Résumé _____	17
Introdução _____	19
Capítulo I - A problemática, hipóteses de investigação, _____	
quadro teórico de análise e metodologia _____	21
1.1 · A problemática – estruturas fundiárias e práticas patrimoniais e produtivas agrícolas num contexto de reintegração do espaço rural – hipóteses de investigação ____	21
1.2 · A questão fundiária. Quadro teórico de análise _____	25
1.2.1 · A tese marxista da submissão real da agricultura ao modo de produção capitalista (MPC) _____	27
1.2.2 · A tese da pequena produção mercantil _____	32
1.2.3 · As teses da submissão formal da agricultura ao modo de produção capitalista _____	34

1.2.4 · A questão fundiária na abordagem neoclássica _	35
1.2.5 · Novas abordagens _____	37
1.2.5.1 · Economia da família _____	38
1.2.5.1.1 · O agregado doméstico como empresa de produção _____	40
1.2.5.1.2 · Transmissão hereditária do património _____	44
1.2.5.2 · Reprodução das famílias e gestão patrimonial da terra _____	47
1.3 · A metodologia de investigação _____	49
1.4 · O objecto de investigação: a região da Terra Fria Transmontana _____	51
Capítulo II - As transformações recentes na região da Terra Fria e a evolução da sociedade global _____	53
2.1 · Alguns aspectos da transformação da formação social portuguesa _____	54
2.2 · As modalidades de agricultura: integração das famílias rurais nos mercados não agrícolas – dimensão e formas do fenómeno _____	56
2.2.1 · Pluriactivos I: _____	59
2.2.2 · Pluriactivos II: _____	60
2.2.3 · Famílias agrícolas a tempo inteiro _____	60
2.2.4 · Reformados I: _____	61
2.2.5 · Reformados II: _____	61
2.2.6 · Uma visão de conjunto _____	62
2.3 · O imobilismo fundiário _____	64
2.3.1 · Dimensão _____	65
2.3.2 · Fragmentação _____	67
2.3.3 · Formas de exploração _____	68
2.3.4 · Tipos de exploração _____	68
Capítulo III - Modos de reprodução e estrutura social _____	71
3.1 · A estrutura social na sociedade rural tradicional _____	71
3.2 · Modos de reprodução das famílias e estrutura social _	73
3.2.1 · O conflito estrutural base da reprodução da sociedade rural: Igualdade entre herdeiros e con- servação da posição patrimonial na descendência _	73
3.2.2 · Os modos de reprodução na sociedade rural tradicional _____	76

3.3 · A evolução dos modos de reprodução:	
três estudos de caso _____	80
3.3.1 · Proprietários _____	80
3.3.2 · Lavradores _____	81
3.3.3 · Jornaleiros _____	84
Capítulo IV - A articulação entre os modos de reprodução, as práticas produtivas e as práticas patrimoniais: uma análise a nível local _____	89
4.1 · A diversidade das estratégias de reprodução das famílias em Vale de Castanheira _____	90
4.2 · A evolução dos modos de reprodução: articulação entre as estratégias de reprodução e a posição das famílias na hierarquia da sociedade rural tradicional _	94
4.3 · A articulação entre os modos de reprodução e as práticas produtivas _____	101
4.3.1 · A agricultura tradicional _____	101
4.3.2 · A transformação das práticas produtivas agrícolas _____	105
4.4 · A articulação entre as estratégias de reprodução e as práticas patrimoniais _____	107
Conclusão _____	113
Notas _____	117
Anexo I - Informação Estatística _____	125
Anexo II - Modalidades de agricultura: Quadros estatísticos	137
Anexo III - Estrutura agrária: Quadros estatísticos _____	143
Anexo IV - Grupos domésticos de Vale de Castanheira _____	149
Anexo V - Inquérito às casas de Vale de Castanheira _____	159
Bibliografia _____	171

Índice de quadros, figuras e gráficos

Quadro 1 - População activa no Distrito de Bragança	55
Quadro 2 - Origem dos recursos das famílias na região Norte Interior	56
Quadro 3 - Pluriactividade das famílias agrícolas na região da Terra Fria	57
Quadro 4 - Origem dos rendimentos das famílias agrícolas na região da Terra Fria	58
Quadro 5 - Modalidades de agricultura na região da Terra Fria	59
Quadro 6 - Superfície por bloco e número de blocos por exploração, segundo a dimensão das explorações	67
Quadro 7 - Formas de exploração em percentagem do número e da superfície das explorações por classes de área, na região da Terra Fria	69
Quadro 8 - Tipos de exploração por classes de área	69
Quadro 9 - Actividade e residência das famílias	92
Quadro 10 - Estratégias de reprodução das famílias face à sua origem patrimonial	96

Quadro 11 - Distribuição dos tipos de agregados domésticos por classes de património fundiário em ha _____	98
Quadro 12 - Percentagem das famílias segundo a formação literária do chefe _____	99
Quadro 13 - Percentagem dos grupos domésticos cujo chefe tem mais de 70 anos, segundo a formação literária do filho com maior e do filho com menor nível de formação, e a profissão do conjunto dos filhos _____	100
Quadro 14 - Percentagem das famílias cujo chefe tem mais de 70 anos, segundo a residência dos filhos em percentagem do total de filhos de cada família _____	101
Quadro 15 - Posse de tractor, bovinos e ovinos _____	106
Quadro 16 - Património fundiário em propriedade, herdado e cultivado por tipos de famílias e segundo as categorias de fundiário _____	107
Quadro 17 - Património fundiário total, acumulado e vendido segundo os tipos de famílias _____	109
Quadro 18 - Património fundiário total, acumulado e vendido segundo a origem social das famílias _____	109

Figura 1 - Número de explorações por classes de área na região da Terra Fria _____	66
Figura 2 - Estrutura das Explorações agrícolas na região da Terra Fria: Curvas de Lorentz _____	66
Figura 3 - Códigos das figuras 4, 5 e 6 _____	78
Figura 4 - Genealogia de uma família de proprietários _____	79
Figura 5 - Genealogia de uma família de lavradores _____	82
Figura 6 - Genealogia de uma família de jornaleiros _____	85
Figura 7 - Actividade das famílias (exclusivamente agrícolas e pluriactivas) segundo a idade do chefe _____	91
Figura 8 - Percentagem dos tipos de agregados domésticos segundo as estratégias de reprodução _____	93
Figura 9 - Percentagens acumuladas do número de agregados domésticos segundo o património fundiário herdado _____	98

A terra e a mudança

Reprodução social e património fundiário na Terra Fria Transmontana

Resumo

O problema central que preside à elaboração deste trabalho é a evolução das estruturas da propriedade fundiária face às recentes mudanças globais. A análise centra-se sobre o espaço geográfico constituído pela Terra Fria Transmontana (concelhos de Bragança e Vinhais), região marginal, seja pela sua estrutura sócio-económica (forte peso do sector primário na actividade económica, estrutura demográfica envelhecida e forte dependência de rendimentos externos), seja pelas desfavoráveis condições à prática de uma agricultura intensiva.

Face à recente evolução do contexto económico e social global, a estabilidade das estruturas fundiárias é notável e em franca contradição com as previsões que, ao longo deste século, tem vindo a ser feitas. Durante os anos 50 e 60, a sociedade portuguesa, caracterizou-se pela dominância do modelo de crescimento económico por concentração industrial urbana, o qual teve como consequência um êxodo massivo de população rural. Mais recentemente, esse modelo manifesta sinais evidentes de crise e de inversão, produzindo ao nível do espaço rural uma nítida tendência para uma diversificação das fontes de rendimento das famílias, reduzindo-se assim a importância da agricultura no espaço rural. Porém, ao longo dessa evolução, a estrutura da propriedade fundiária manifestou uma grande estabilidade, apesar das limitações naturais da região para a produção agrícola, e dos elevados custos de produção que, por esse motivo, aí se verificam relativamente a outras zonas.

Optando por uma óptica de análise no âmbito da esfera da reprodução, procura-se explicar essa estabilidade da estrutura da propriedade fundiária através da identificação das práticas produtivas agrícolas e patrimoniais, e da sua inserção na lógica mais global das estratégias de reprodução das famílias.

Palavras chave

Agricultura - Exploração agrícola - Espaço rural - Família - Pluriactividade - Política agrícola - Práticas fundiárias - Práticas patrimoniais - Propriedade fundiária - Reprodução económica - Sucessão-herança - Terra - Portugal

Abstract

The object of this dissertation is the geographical space known as Terra Fria de Trás-os Montes, which is characterized by an economic structure with a large predominance of the primary sector and a reduced presence of the secondary one, and by a demographic structure in which the high emigration levels of the 60's are evident.

Facing the economic and social global context recent evolution, the fundiary structures stability is remarkable end an obvious contradiction to this century's foresight's. During the 50's and the 60's, Portuguese society was characterized by an economic growth consisting of an urban industrial centralization and this model led to the massive exodus of the rural population. More recently, that very same model showed evident signs of crisis and reversal, creating a clear trend in the rural area towards an income source diversification. The fundiary property structure showed however a strong stability in those years in spite of the region's natural lacks in terms of agricultural production and the resulting comparatively high costs of production.

We chose social reproduction as the point of view for our analysis, trying to understand the stability of the fundiary property structure and, simultaneously, to identify the patrimonial and agricultural production practices along with their insertion in a more global rationality that is strongly related to family reproduction strategies.

Key-words

Agriculture - Agricultural land - Agricultural policy - Economic reproduction - Family - Farm - Land property - Part-time farming - Patrimonial practices - Rural space - Social practices concerning land property - Succession-inheritance - Portugal

Résumé

La Terra Fria Transmontana, qui constitue l'espace objet de recherche, est une région de montagne, qui se caractérise par une structure économique avec un grand poids du secteur primaire et un faible poids du secteur secondaire, et par une structure démographique fortement marquée par des taux d'émigration élevés pendant les années 60.

Face à l'évolution récente du cadre économique et social global, la stabilité des structures foncières est remarquable, et en nette contradiction avec les prévisions qui, tout au long de ce siècle, ont été faites. Pendant les années 50 et 60, la société portugaise, s'est caractérisée par la dominance du modèle de croissance économique par concentration industrielle urbaine, lequel a eu comme conséquence un exode massif de la population rurale. Plus récemment, ce modèle entre en crise et s'inverse, produisant au niveau de l'espace rural une tendance nette pour la diversification des sources de revenu des familles. Néanmoins, tout au long de cette évolution, la structure de la propriété foncière a manifesté une grande stabilité, malgré les limitations naturelles de la région pour la production agricole, et les grands coûts de production qui s'y vérifient par rapport à d'autres zones.

En se plaçant dans une optique d'analyse dans le cadre de la sphère de la reproduction, on cherche à expliquer cette stabilité de la structure de la propriété foncière, par le biais de l'identification des pratiques productives agricoles et patrimoniales, et de leur insertion dans la logique plus globale des stratégies de reproduction des familles.

Mots-clés

Agriculture - Exploitation agricole - Espace rural - Famille - Pluriactivité - Politique agricole - Pratiques foncières - Pratiques patrimoniales - Propriété foncière - Reproduction économique - Succession-héritage - Terre - Portugal

Introdução

As estruturas fundiárias das explorações agrícolas tem sido responsabilizadas pelas deficiências estruturais do sector agrícola no nosso país. Face à necessidade de as corrigir que, repetidamente, tem vindo a ser afirmada, algumas medidas políticas tem sido tentadas no decurso da história recente.¹

Em 1957 Castro Caldas (1957: 125) afirmava que “somente a industrialização pode provocar no nosso país o êxodo rural necessário para abrir os campos ao caminho da reorganização fundiária”. Nesta época a industrialização desenvolvia-se em Portugal, o êxodo rural começava e no decurso do decénio seguinte tomou proporções enormes pela via das migrações internas e, sobretudo, externas. Porém, este conjunto de circunstâncias, não induziu a *reorganização fundiária* esperada, tendo-se mantido praticamente inalterada a estrutura das explorações agrícolas.

Actualmente desenha-se na sociedade portuguesa uma transformação profunda, “o modelo de desenvolvimento concentrado, inerente à polarização urbano-industrial, entrou em crise, dá sinais de esgotamento e conhece já importantes inflexões.” (Barros, 1990: 47). Nos campos desacelera-se o esvaziamento populacional. Desenham-se novas formas de organização e implantação industrial; o espaço rural anteriormente integrado e pluriprodutivo (agricultura, actividades artesanais) e que, durante o período de concentração industrial, se tinha

tornado monoprodutivo (exclusivamente agrícola) e desintegrado, manifesta agora tendência em reassumir as características de espaço integrado, seja pela diversificação das actividades económicas, seja pelas relações humanas e de solidariedade social que se estabelecem entre o espaço rural e urbano. Neste novo contexto, a pluriactividade e o plurirendimento das famílias agrícolas, ainda que segundo uma grande diversidade de modalidades, ganha importância e as formas de produção agrícola a tempo inteiro tornam-se cada vez menos a regra e mais a excepção.

A persistência/estabilidade das estruturas da propriedade fundiária ao longo destas transformações, contrariando todas as previsões teóricas, assume um evidente interesse científico.

Com o objectivo de contribuir para a explicação dos determinantes da propriedade da terra e deste modo da evolução das estruturas fundiárias, tentaremos neste trabalho analisar o papel do património fundiário na reprodução das famílias rurais.

Numa primeira fase (capítulo I) desenvolveremos a problemática, procurando encontrar o quadro teórico de análise mais conveniente que nos permitirá chegar à definição das hipóteses de investigação. Seguidamente (capítulo II), tentaremos caracterizar o novo quadro de integração do espaço rural e identificar as modalidades de inserção das famílias rurais nesse novo contexto. Procuraremos particularmente mostrar que numa zona marginal, como aquela que constitui o objecto da nossa investigação, a reintegração do espaço rural (no novo quadro pós-modelo de desenvolvimento por concentração urbano-industrial) ocorre igualmente, ainda que por vias algo diferentes daquelas que segue nas zonas onde a industrialização difusa está bem presente. Posteriormente (capítulo III) ocupar-nos-emos da identificação dos diversos modos de reprodução das famílias rurais, para finalmente (capítulo IV) discutir o papel do património fundiário nos diferentes modos de reprodução.

Capítulo I

A problemática, hipóteses de investigação, quadro teórico de análise e metodologia

1.1 · A problemática – Estruturas fundiárias e práticas patrimoniais e produtivas agrícolas num contexto de reintegração do espaço rural – Hipóteses de investigação

Tem sido verificado em diversas situações que, com o desenvolvimento económico e o surgimento de oferta de empregos não agrícolas em meio rural, as famílias rurais com ligação à agricultura, tendem a integrar-se nos mercados de trabalho não agrícola, mantendo no entanto uma actividade agrícola a tempo parcial. Este fenómeno é de resto bastante complexo, aparecendo sob diversas formas de conjugação de actividades ou de rendimentos, e originando formas de produção agrícola discordantes do modelo dominante de exploração agrícola (cfr. Novais, 1990).

A este fenómeno, está normalmente associada uma transformação mais ou menos profunda da sociedade rural: destruturação do modo de vida tradicional camponês, introdução de práticas urbanas de sociabilização e de consumo. Nas regiões mais desfavorecidas, onde a oferta de empregos ocorre mais longe da aldeia, é frequentemente necessário partilhar a residência entre o meio rural e urbano, tomando a produção agrícola nestas situações a forma de agricultura de *fim-de-semana*, ou mesmo em casos extremos, aproveita-se o período de férias para fazer as colheitas de algumas culturas permanentes.

Porém, mais que insistir sobre a dicotomia rural/urbano, cujo valor interpretativo da evolução das sociedades capitalistas ocidentais é discutível (cfr. Mingione e Pugliese, 1987), interessa tentar compreender as transformações que o espaço sofreu ao longo do processo de desenvolvimento do modelo capitalista de industrialização. Assim, Barros (1990: 46-49) sustenta que estas transformações se caracterizam por um processo de *desintegração/integração* do espaço rural. Após a revolução industrial, a sociedade rural conheceu um “processo de transformação de uma sociedade pluriactiva e multifuncional num espaço social agrícola, económica e socialmente desintegrado”. No plano económico, a desintegração do espaço rural fazia-se pela transferência das actividades artesanais de produção rural de bens não agrícolas, para o meio urbano-industrial. O campo, especializava-se assim na produção agrícola. No plano social, o êxodo massivo da população em direcção aos pólos urbano-industriais, desintegrava o tecido social rural retirando-lhe assim as características de espaço integrado.

Recentemente, a crise do modelo de desenvolvimento baseado sobre a concentração urbano-industrial, os novos modos de organização do trabalho na produção industrial, o aparecimento de formas de industrialização difusa, a desatractibilidade da vida urbana, os problemas ambientais e outros, vieram quebrar a “tendência desintegradora que o industrialismo imprimiu ao espaço rural. Diversificado no plano das actividades económicas, redimensionado ao nível funcional, complexificado na organização social, o campo ganha capacidade integradora, em novos e bem distintos moldes em relação à que possuía na época pré-industrial.” (Barros, 1990: 47-48)

Neste novo quadro, a base da organização social e da produção agrícola no espaço rural modifica-se, a agricultura a tempo parcial adquire proporções importantes. Mas, como referem Mingione e Pugliese (1987: 90-91), o conceito de agricultura a tempo parcial, “perde gradualmente o seu valor heurístico à medida que esta se expande (...)”. Com efeito, “à medida que se generaliza, ela vai deixando de ser característica específica dum determinado grupo de agricultores ou duma determinada área agrícola e torna-se cada vez mais a nova forma de actividade agrícola contemporânea ou pelo menos da maioria das explorações agrícolas e dos agricultores de hoje. Evidentemente que a agricultura como ocupação a tempo completo ainda existe, mas tem tendência a passar de regra, como no passado, a excepção.”

Mas não é apenas a diversificação territorial das actividades económicas que determina o novo quadro de integração espaço rural/urbano; os laços pessoais, marcadamente desenvolvidos pelo progresso dos sistemas de comunicação (físicos ou à distância) e o desenvolvimento (embora incipiente) do *Estado Providência*, relativamente ao qual a distribuição geográfica não segue a dicotomia cidade/campo, constituem outros factores que conduzem mesmo nas zonas marginais a um quadro de integração do espaço rural marcadamente diferente do espaço rural monoprodutivo (improdutivo) que o modelo de desenvolvimento por concentração urbano-industrial deixaria antever há alguns anos atrás.

Analizando os contornos que actualmente definem a sociedade rural portuguesa, Baptista (1990: 33-34) afirma: “Emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura; a sociedade rural baseia-se cada vez menos na actividade agrícola; esta já não unifica o espaço e a sociedade rural. Desenha-se, assim, a dissociação da agricultura, do espaço e da sociedade rural. Esta é agora uma face marcante do território português.”

Esta nova integração do espaço rural pode tomar diversas formas segundo a diversificação mais ou menos grande das actividades económicas e os diferentes tipos de relações cidade/campo que se estabelecem. Como contribuição para uma tipologia, Barros (1990: 48) define as seguintes situações:

- *viver no campo e trabalhar na cidade;*
- *viver na cidade e trabalhar no campo, seja na agricultura [...] seja na indústria;*
- *viver e trabalhar na cidade e usar o campo para efeitos de tempos livres;*
- *viver e trabalhar na cidade e manter relações regulares com familiares que vivem no campo e inversamente;*
- *viver e trabalhar no campo em articulação com a cidade, nomeadamente através das redes de comunicação à distância.”*

À luz das análises de economia e de sociologia rural, tanto de inspiração neoclássica como marxista, esperar-se-ia que o fenómeno da pluriactividade agrícola fosse transitório, e que resultasse num colapso das economias agrícolas familiares. Sobretudo nas regiões mais desfavorecidas, onde a este fenómeno se veio juntar um aumento relativo dos custos de produção em consequência do progresso tecnológico, seria de esperar que a terra fosse libertada e que a propriedade e a cultura extensiva do tipo capitalista se desenvolvesse.

Contudo, esta evolução não se tem verificado, a pequena propriedade da terra mantém-se e mesmo nas zonas desfavorecidas (onde a contradição entre as previsões teóricas e realidade é mais evidente) o *apego à terra* (designação frequentemente empregue na ausência de melhor explicação para o fenómeno) continua a manifestar um carácter de estabilidade,² o que se traduz por um *bloqueio fundiário*, que tem vindo a ser identificado como o principal obstáculo à revitalização da produção agrícola.³

Face a estas evidências, que tipo de explicação é possível encontrar nas teorias económicas dominantes? As análises de economia rural de inspiração neoclássica, analisam a terra como um capital de natureza não diferente de qualquer outro. Constituindo um factor de produção, o seu valor é o que resulta do seu valor uso e, deste modo, o nível de análise deve ser o da empresa agrícola, tendo como base a teoria da produção. Assim a análise da terra, estando apenas centrada no seu valor de uso produtivo, conduz a concluir que as formas de pequena produção agrícola a tempo parcial, com elevados custos de produção e baixas rendibilidades, levariam a que o preço da terra descesse de tal

forma que o desenvolvimento de uma agricultura do tipo capitalista fosse possível.

As análises de inspiração marxista, baseadas na teoria da renda, ainda que à partida os princípios teóricos sejam diferentes, abordam a questão da terra com os mesmos pressupostos que a teoria da produção neoclássica, isto é: o proprietário fundiário, o empresário capitalista e o trabalhador directo, são três figuras sociais distintas (Lifran, 1987). A análise é de igual modo restringida ao valor produtivo da terra enquanto meio de produção, considerando-se que a questão da apropriação releva da super-estrutura jurídica e que a sua análise só é pertinente enquanto relação social que permite a apropriação de um sobre-lucro pela classe dos proprietários fundiários. A agricultura a tempo parcial é, nesta perspectiva, considerada como uma fase transitória, como um indício da passagem eminente destes agricultores-operários à situação de proletários ou então de exploradores de mão-de--obra.

Face à evolução social e agrícola das zonas rurais, a inadequação dos instrumentos teóricos de análise, parece-nos evidente.

Tomando como campo de análise uma região marginal: a *Terra Fria Transmontana* que compreende os concelhos de Bragança e Vinhais, tentaremos demonstrar que a nova fase pós-industrial da evolução das sociedades capitalistas ocidentais, e em particular da sociedade portuguesa⁴, conduz, mesmo numa região desfavorecida de montanha, a uma nova integração do espaço rural que, de forma diversa das regiões mais industrializadas, se faz não tanto pela diversificação das actividades económicas mas sobretudo pelos laços pessoais (de solidariedade, culturais, etc.) que intensificam e estreitam as relações cidade/campo - espaço rural/pólos industriais-urbanos, e também pelo desenvolvimento do sector terciário nos pequenos e médios centros urbanos daquelas regiões.

Procuraremos de seguida responder à questão central da nossa investigação: de que forma estas transformações globais da formação social portuguesa e do espaço rural, influenciam a evolução das estruturas fundiárias? Isto conduz-nos porém a colocar outras questões intermédias:

- Face às transformações globais, que dimensão e que modalidades toma o fenómeno da nova integração do espaço rural ?

- De que forma se fazia, e segundo quais modalidades, a reprodução das famílias na sociedade rural tradicional e que tipo de evolução aí se verificou ?

- De que modo, as práticas produtivas agrícolas e de gestão do património fundiário, se modificaram face a esta evolução e quais as principais alterações que essa modificação introduz na estrutura fundiária?

Face a este conjunto de questões, iremos avançar como hipótese geral, que, as atitudes face à propriedade fundiária, se inscrevem nas estratégias de gestão patrimonial, sendo estas por seu turno determinadas pela lógica mais global das estratégias⁵ de reprodução das famílias.

Pretendemos assim, compreender as transformações recentes do espaço rural, colocando a análise na esfera da reprodução das famílias. Desta forma, identificando na sociedade rural tradicional os diferentes modos de reprodução das famílias e as transformações que eles sofreram nos últimos anos, tentaremos conhecer o papel do património fundiário na reprodução das famílias, face a estas transformações, e assim, avançar algumas explicações para a evolução das estruturas fundiárias.

Começaremos, porém, por procurar encontrar os instrumentos teóricos que nos permitam enquadrar a abordagem da evolução das estruturas fundiárias. Sendo a questão fundiária (num contexto de mudança do qual a pluriactividade é a face mais visível) central na nossa problemática, começaremos por analisar as correntes teóricas de inspiração marxista e neoclássica no domínio da questão agrária e particularmente os seus desenvolvimentos no que diz respeito à questão da terra. Em seguida analisaremos as recentes abordagens teóricas alternativas, para finalmente justificar o quadro teórico no qual nos colocamos.

1.2 · A questão fundiária. Quadro teórico de análise

A questão agrária, tem constituído ao longo da história da economia e da sociologia, um campo fértil de debate teórico. A profunda mudança das sociedades ocidentais, provocada pela industrialização nos finais do século XIX, a necessidade de encontrar modelos teóricos explicativos do funcionamento e da evolução global da economia nas novas condições e de neles enquadrar o sector agrícola, tiveram pelo menos duas importantes consequências: por um lado a agricultura e a sociedade rural constituíram frequentemente campo privilegiado de reflexão e de novos desenvolvimentos teóricos; por outro, o aparecimento de diversos *mitos científicos* em torno da agricultura e dos camponeses, que segundo a sua capacidade de resistência à verificação empírica foram durando mais ou menos tempo.

Com efeito, desde a tese marxista da submissão da agricultura ao modo de produção capitalista, à *ordem natural dos campos* dos populistas russos, à teoria da pequena produção mercantil, à proletarianização dos agricultores pela via da sua integração por parte das indústrias agro-alimentares, entre outros paradigmas, a construção teórica foi sendo feita de avanços e de recuos, de contradições, de mais ou menos rigor, de maior ou menor carga ideológica. Existe, contudo, um fio condutor comum a todos estes desenvolvimentos teóricos: a oposição entre o modo de produção capitalista dominante e as formas de produção agrícola não capitalistas, frequentemente englobadas sob a designação de *campesinato*. Ainda que analisadas segundo pressupostos teóricos diferentes, aparecem quase sempre como duas realidades homogéneas e opostas. E, em última análise, toda a questão agrária passa pela dialéctica entre o desaparecimento dos camponeses, em favor da generalização da agricultura capitalista, e da sua permanência, ou persistência, enquanto forma estável coexistindo com o modo de produção capitalista.

No início do século, o debate centrava-se essencialmente entre os marxistas que defendiam a ineluctabilidade da submissão da agricultura ao modo de produção capitalista e os populistas russos, defensores da *ordem natural dos campos* e das particularidades da economia camponesa. Contudo a tese do desenvolvimento capitalista da agricultura ganhou unanimidade e o acordo tanto dos economistas marxistas como dos neoclássicos. Só a partir do início dos anos 60, face ao progresso estatístico e à evidência da não generalização da empresa agrícola do tipo capitalista e mesmo da regressão do número de assalariados, o debate se reacendeu sobretudo graças aos desenvolvimentos dos economistas marxistas que, por diversas vias, tentaram explicar a não verificação do dogma marxista. Nestas tentativas, solidificava-se o *mito camponês*, seja enquanto suporte de um modo de produção não capitalista, coexistindo com o modo de produção capitalista, dominante na formação social, seja enquanto classe social explorada de forma não muito diferente dos operários industriais (ainda que não através da venda directa de força de trabalho mas por intermédio dos mecanismos de formação dos preços agrícolas), seja pela sua integração nas fileiras agro-industriais.

Enquanto isso, os antropólogos e sociólogos acumulavam, através de um vasto número de estudos locais, um conhecimento que revelava uma realidade social substancialmente diferente da homogeneidade pressuposta pelo *mito camponês*.⁶ A diversidade de grupos sociais com ligação à agricultura (burguesia urbana com ligação à agricultura, semi-proletariado, reformados, etc.) foi posta em evidência em diversos contextos, bem como a influência que os mecanismos de reprodução destes diferentes grupos têm sobre as estruturas fundiárias e a produção agrícola. A eliminação desta diversidade de mecanismos dos esquemas teóricos de análise, não deixa de constituir um caminho demasiado fácil, conduzindo necessariamente a uma perda de valor explicativo dos modelos teóricos.

Nas zonas marginais, onde esta diversidade é bem evidente e onde se verifica uma forte integração das famílias rurais na esfera não agrícola, seja pelo trabalho seja pelos rendimentos provenientes de prestações sociais ou de receitas da emigração, que poder explicativo podemos esperar destas diferentes abordagens teóricas? Em particular, no que concerne a evolução das estruturas fundiárias, campo onde a falta de aderência entre as previsões dos modelos teóricos e as verificações empíricas é mais evidente, que posicionamento teórico adoptar?

Numa tentativa de responder a estas questões, iremos fazer uma breve abordagem das principais correntes teóricas, relativas à questão agrária, de forma a poder justificar o posicionamento teórico que adoptaremos posteriormente na análise da evolução dos sistemas fundiários face às transformações recentes na formação social portuguesa.

1.2.1 · A tese marxista da submissão real da agricultura ao modo de produção capitalista (MPC)

A análise de Marx sobre a evolução da agricultura, que previa a generalização do capitalismo à produção agrícola e a destruição das formas não capitalistas de produção, está na origem do longo debate sobre a questão agrária. Segundo Marx, a generalização do trabalho assalariado far-se-ia na agricultura de forma idêntica à da indústria:

“Na esfera da agricultura, a grande indústria actua mais revolucionariamente que em qualquer outro sector, neste sentido, ela faz desaparecer o camponês, o baluarte da antiga sociedade, substituindo-o pelo assalariado. As necessidades de transformação social e a luta de classes são assim reduzidas nos campos ao mesmo nível que nas cidades.” (Marx, Le Capital L.I, T.I, P.997)

Baseado no modelo da agricultura inglesa do século XIX, considera que este se generalizaria, implicando a destruição dos pequenos produtores independentes, dos seus meios de produção e a concentração da propriedade fundiária:

“O regime de pequenos produtores independentes, trabalhando por sua conta, pressupõe o parcelamento do solo e a divisão dos outros meios de produção. [...] Mas, chegado a determinado ponto, gera no seu interior os agentes materiais da sua dissolução. A partir deste momento, forças e paixões que ele comprime começam a agitar-se no seio da sociedade. Deve ser, é aniquilado. O seu movimento de eliminação transformando os meios de produção individuais e esparsos em meios de produção socialmente concentrados, fazendo da propriedade pequena de um grande número a propriedade colossal de alguns, esta dolorosa, esta medonha expropriação do povo trabalhador; eis as origens, eis a génese do capital.” (Marx, Le Capital, L. 1, T. 3, p. 203-204)

Kautsky, na sua obra *A Questão Agrária*, publicada em 1910 e que Lenine classificava como “o acontecimento mais notável da literatura económica moderna após o livro III do Capital” (Lenine, 1968, T.3, p.13), desenvolve a tese de Marx da transformação capitalista da agricultura, que sustenta pelo argumento fundamental da superioridade da grande exploração em relação à pequena.

Como consequência do desenvolvimento das vias de comunicação e da economia mercantil, a penetração do capitalismo na agricultura, far-se-ia pelo duplo mecanismo da divisão do trabalho entre explorações e no interior das explorações agrícolas:

“Agora aparece a produção para o mercado e ao mesmo tempo a concorrência. A questão era para cada agricultor produzir, entre os produtos procurados, aquele que, segundo a natureza do solo e a localização das suas terras, segundo as condições das comunicações, segundo a importância do capital e a dimensão da sua propriedade, etc..., ele podia produzir mais barato. As di-

versas explorações especializam-se [...]. Paralelamente à divisão do trabalho entre as diversas explorações pertencendo a diversos proprietários desenvolve-se a divisão do trabalho no interior de uma mesma exploração, pelo menos no interior das grandes explorações” (Kautsky, 1970, p.52)

A justificação do carácter inevitável deste processo encontra-se por um lado na superioridade da grande exploração em relação à pequena, pelas economias de escala que permite, e por outro nas condições de vida mais difíceis, suportadas pelos camponeses autónomos em relação aos trabalhadores assalariados. Kautsky consagra o capítulo VI da *Questão Agrária*, à demonstração deste duplo fenómeno.

Ainda que concluindo sobre a superioridade da grande exploração em relação à pequena, analisando dados estatísticos de diversos países, Kautsky reconhece que “este desaparecimento rápido da pequena exploração agrícola face à grande, que a exemplo da Inglaterra se esperava ou se receava sobre o continente, depois que a grande exploração capitalista, tinha tomado, cerca de 1850-1860, grandes proporções, não se produziu. Bem pelo contrário, nalgumas regiões, constata-se antes uma tendência das explorações pequenas pela sua extensão territorial a se desenvolverem” (Kautsky, 1970, p.200)

Essas constatações, não provam no entanto “a falsidade do “dogma marxista”; isso prova simplesmente que a pequena exploração, na sua decadência, segue um processo muito complicado onde tendências contrárias se entrecruzam, que o perturbam e o atrasam simplesmente, parecendo aqui e ali modificá-lo em sentido oposto, mas que, na realidade, não podem pará-lo “ (Kautsky, 1970, p.215). E nesse sentido, Kautsky identifica as tendências perturbadoras do processo, que basicamente se prendem com o obstáculo fundiário, a existência de deseconomias de escala (aumento das distâncias, problemas de vigilância dos trabalhadores, etc), a falta de mão-de-obra (o êxodo de camponeses para a cidade, compromete a reprodução de mão-de-obra rural que permita satisfazer as necessidades de assalariados das grandes explorações) e a resistência da exploração camponesa.

A resistência da exploração camponesa, é explicada com base em dois argumentos fundamentais. Por um lado a maior aplicação e o maior esforço que o camponês independente e a sua família aceitam fazer, por comparação com os trabalhadores assalariados: “*a aplicação joga em suma na produção agrícola um papel mais importante que na produção industrial, e constata-se seguramente mais frequentemente no trabalhador independente que no assalariado. Reside aí uma vantagem da pequena exploração, pelo menos em comparação com a exploração capitalista.*” (Kautsky, 1970, p.170-171). Por outro lado, a vontade política de manter uma classe camponesa “*graças ao concurso do Estado assegurado pelas classes dirigentes, estas existências condenadas do ponto de vista económico mantêm-se ainda durante algum tempo e dissimula-se a decadência da pequena exploração* “ (Kautsky, 1970, p.212)

Relativamente ao obstáculo fundiário, Kautsky baseia a sua análise nos conceitos de acumulação e de centralização. Enquanto que na indústria o aumento de dimensão das unidades económicas pode ser feito por acumulação, sem implicar a absorção das mais pequenas, na agricultura, o crescimento terá necessariamente que ser feito por centralização, ou seja, à custa da eliminação de outras unidades:

“Na indústria, a acumulação pode fazer-se independentemente da centralização; pelo contrário, precede-a em geral. Um grande capital pode formar-se, uma grande empresa industrial pode fundar-se sem que sejam atingidos os capitais menores; sem que seja suprimida a autonomia de explorações menos importantes. Esta supressão é em geral a consequência e não a condição prévia da formação de uma grande exploração industrial. [...]”

“Pelo contrário, em qualquer região onde o solo esteja completamente dividido em propriedades particulares, e onde domine a pequena propriedade, o solo, o meio de produção mais importante em agricultura, só pode ser adquirido pela grande exploração a partir da centralização de várias pequenas propriedades [...]. Mas isso não chega, é necessário que as pequenas explorações expropriadas formem uma superfície continua, para que da sua reunião saia uma grande exploração.” (Kautsky, 1970, p.216)

Desta forma e visto que a propriedade do solo é sólida, “existe aí um obstáculo muito sério à formação de grandes propriedades fundiárias, condição prévia da grande exploração agrícola.” (Kautsky, 1970, p.218)

Lenine, vai continuar a defender veementemente a tese da penetração do capitalismo na agricultura, segundo um processo que levará à criação de uma minoria de explorações capitalistas, baseadas no trabalho assalariado (cfr. Lenine 1973, T. 5: 129). Porém, confrontado com a evidência estatística do declínio das grandes explorações, conclui tratar-se do desaparecimento de formas pré-capitalistas de propriedade. O capitalismo agrícola na impossibilidade de se desenvolver em superfície devido ao bloqueio fundiário, manifestar-se-á pela intensificação em capital:

“A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente no facto que a pequena exploração, permanecendo pequena pela dimensão da terra, transforma-se em grande exploração pelo volume da produção, pelo desenvolvimento da pecuária, pela quantidade de adubos empregues, pelo desenvolvimento do emprego de máquinas, etc” (Lenine, 1968b: 72)

Após este período no início do século, de intenso debate em torno da questão agrária, a produção teórica foi muito escassa até ao início dos anos 60, altura em que um artigo de Gervais e Servolin e posteriormente o livro *Une France sans paysans* (cfr. Gervais - Servolin, 1963 e Gervais - Servolin - Weil, 1965), vieram reacender novamente

o debate. A tese da inevitabilidade do desenvolvimento capitalista da agricultura é de novo reafirmada. Porém ao contrário de Kautsky e Lenine, estes autores, avançam como argumento principal para justificar a resistência da agricultura camponesa, não o obstáculo fundiário, mas aspectos particulares dos meios de produção agrícola, ainda não suficientemente desenvolvidos, de forma a permitir uma produção em massa, do tipo industrial:

“as ciências biológicas e os seus auxiliares (maquinaria agrícola, hidráulica, ...) não estavam ainda suficientemente avançados para assegurar aos produtores um domínio dos fenómenos naturais suficiente para permitir a produção de massa do tipo industrial. A pequena exploração familiar do tipo artesanal permaneceu portanto durante muito tempo a mais comum pois era a melhor adaptada ao carácter aleatório das técnicas.” (Gervais, 1963, p.4-5)

Concluem no entanto, pela análise de um conjunto de fenómenos surgidos na Europa no início dos anos 50, que o desaparecimento das formas de produção não capitalistas na agricultura, se fará rapidamente, e assim, “a empresa agrícola do tipo capitalista generalizar-se-á, e a população activa agrícola reduzir-se-á a alguns centésimos da população activa total.” (Gervais et al., 1965, p.123)

A análise, com base exclusivamente no processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura, leva-os a concluir que a evolução da agricultura será diferenciada regionalmente, consoante as potencialidades das regiões para adoptarem os novos processos tecnológicos. Em particular, relativamente às zonas desfavorecidas, concluem que “o futuro dessas zonas não pode ser pensado em termos de produção intensiva. Isto não exclui que se veja aí persistir formas de agricultura artesanal consagrada à satisfação de certas necessidades gastronómicas. Quanto ao resto, estas regiões parecem-nos vocacionadas antes de tudo para a floresta e todas as formas de turismo ao ar livre”. (Gervais, 1963, p.18) Conclusão que aliás, não difere muito daquelas que os autores neoclássicos apontam para essas zonas.

Mais especificamente, no que diz respeito à questão da terra, confrontado com a necessidade de dar um âmbito universal à lei do *valor trabalho*, e uma vez que “a terra não é um produto do trabalho e que não tem portanto valor” (Marx, *Le Capital*, L.3, T.3, p.15), Marx vê-se obrigado a dar um grande desenvolvimento à teoria da renda fundiária, de forma a enquadrar a terra na lei geral do valor.

A teoria da renda, assenta porém em pressupostos bem definidos, que são os da realização na agricultura da forma de produção capitalista e na definição das três classes bem distintas (modelo ternário): proprietário fundiário, capitalista detentor dos meios de produção e trabalhador assalariado:

“A condição prévia do modo capitalista de produção é portanto a seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados empregues

por um capitalista, o renteiro, que considera a agricultura apenas como um campo de acção particular do capital, como um investimento do seu capital, esfera de produção particular.

Este capitalista renteiro paga ao proprietário fundiário, que possui a terra que o renteiro explora.

Em consequência, a renda fundiária é aqui a forma sob a qual a propriedade fundiária se realiza economicamente, é valorizada. Para além disso, as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna são aqui reunidos e confrontados: operário assalariado, capitalista industrial e proprietário fundiário”. (Marx, Le Capital, L. 1, T. 3, p. 11)

A renda é desta forma, e independentemente da sua forma (absoluta ou diferencial), o resultado do confronto entre a classe dos proprietários fundiários e dos agricultores capitalistas, originada pelo facto de, em virtude de os primeiros deterem o monopólio da posse da terra, os segundos serem obrigados a pagar-lhes um tributo para acederem à sua utilização:

“É este carácter comum das diferentes formas da renda, de ser a realização económica da propriedade fundiária, desta ficção jurídica graças à qual diferentes pessoas possuem em exclusivo certas partes do globo, que faz com que não se vejam as suas diferenças” (Marx, Le Capital, L. 1, T. 3, p. 26)

Por outro lado, a questão da propriedade da terra, é considerada como relevando da super-estrutura jurídica (*esta ficção jurídica*), e neste sentido não constitui uma categoria económica pertinente de análise.

A renda da terra é assim exógena ao processo produtivo (cfr. Gigou, 1982:253), pois ela tem por origem um sobre-lucro que o direito de propriedade autoriza a apropriar sob a forma de renda. A sua origem está não numa relação social de produção, mas numa relação social de distribuição de um sobre-lucro à classe particular dos proprietários fundiários. O preço do solo é assim exclusivamente explicado pela soma actualizada das rendas fundiárias que a apropriação do solo permite obter, uma vez que a terra sendo um bem natural não tem valor, pois só o trabalho é fonte de valor.

Apesar do rigor e da complexidade da construção teórica, o seu interesse na explicação de fenómenos tais como o preço da terra, resulta necessariamente diminuído, quando não há aderência entre a realidade e os pressupostos do modelo teórico. Isso não tem obstado porém a que a sua utilização se faça frequentemente, o que implica evidentemente, que se identifiquem uma série de elementos perturbadores⁷, de obstáculos à revelação da realidade mais profunda, que se admite ser a pressuposta pelo esquema teórico. Nestas condições, não serão esses elementos *perturbadores* aspectos estruturais dos mecanismos sociais, e nessa medida, elementos importantes a

ter em conta na formulação de modelos teóricos que sejam de facto explicativos da realidade?

Esta redução da natureza da propriedade da terra à sua *forma puramente económica* é, provavelmente, a maior limitação da teoria marxista da terra. De facto, a propriedade da terra parece revestir uma natureza mais complexa, que lhe é conferida pelo carácter patrimonial que possui, pelas relações que se estabelecem entre os homens e a terra, e que, não tendo um carácter exclusivamente económico, tem consequências económicas.

1.2.2 · A tese da pequena produção mercantil

Perante as evidências estatísticas da regressão das grandes explorações e da não generalização do capitalismo na agricultura, Servolin em 1972, nega a superioridade da grande exploração capitalista que Kautsky havia defendido e que tinha vindo a ser aceite. Sustenta, ao contrário, que a coexistência da grande e da pequena exploração é possível, dado que “são dois elementos complementares da divisão social do trabalho”. (Servolin, 1972, p.50). As grandes explorações especializadas nas produções vegetais, devem a sua sobrevivência sobretudo aos “preços elevados que os poderes públicos asseguram para os seus produtos a esta categoria de explorações” (Servolin, 1972, p.49). A sua existência justifica-se não pela sua maior eficiência, mas antes, elas resultam de uma política de protecção do Estado e, nesse sentido, constituem “os vestígios protegidos de um estado antigo da evolução do capitalismo em França” (Servolin, 1972, p.49)

A não existência de condições para a penetração do capitalismo na agricultura, deve-se segundo Servolin, a uma dupla barreira: por um lado o preço de mercado de tal forma elevado que a terra atinge, constitui uma “esterilização do capital insuportável para o capitalista”; por outro, as particularidades do processo de trabalho, resultantes do carácter biológico da produção agrícola, não comportam uma divisão do trabalho importante, à semelhança do que se passa na indústria. Nestas condições os preços agrícolas, situam-se a níveis de tal forma baixos que não permitem assegurar o lucro médio a um produtor capitalista, mas podem ainda permitir a reprodução da família e dos meios de produção a um pequeno produtor não capitalista.

Com base nestes pressupostos, Servolin define um modo de produção de *pequena produção mercantil* (PPM) distinto do modo de produção capitalista, mas com ele coexistindo, e que se define por dois pressupostos fundamentais:

“- O trabalhador directo é proprietário de todos os meios de produção. O processo de produção é organizado por ele, em função dele mesmo e do seu saber profissional. O produto do seu trabalho pertence-lhe na totalidade.”

“- O objectivo da produção não é a valorização de um capital e a obtenção de um lucro, mas a subsistência do trabalhador e da

sua família, e a reprodução dos meios necessários para o assegurar”
(Servolin, 1972, p.51)

A tese da PPM, foi alvo de fortes críticas, sobretudo por parte dos autores marxistas, em resultado principalmente da sua pouca ortodoxia em termos de pensamento marxista. De facto, para além de contrariar o dogma marxista da generalização do modo de produção capitalista, contrapondo-lhe um carácter de estabilidade da PPM, a utilização da noção de modo de produção está formalmente em desacordo com a teoria marxista, uma vez que esta noção pressupõe uma relação de exploração entre classes sociais distintas, o que não acontece na PPM. Porém, esta abordagem teórica teve pelo menos o mérito de centrar a atenção sobre as condições de reprodução das famílias agricultoras e a posse da terra.

Posteriormente, Servolin reafirma a superioridade da exploração familiar, como sendo a “forma de produção mais adaptada às exigências da sociedade industrial capitalista”, pois “não exige, para produzir, nem renda fundiária nem lucro capitalista mas somente um rendimento que cubra os custos de produção e as necessidades da família” (Servolin, 1989:42-43). Isto foi admitido e compreendido pelos poderes políticos, “seleccionando no seio do campesinato os agricultores capazes de, pela sua posição social e patrimonial, as suas atitudes intelectuais e o seu dinamismo, constituírem o novo campesinato médio do tipo dinamarquês-holandês” (Servolin, 1989:113), “o Estado pretende encorajar o desenvolvimento da «exploração de responsabilidade individual», a exploração familiar moderna, sobre o modelo dinamarquês-holandês, como sendo decisivamente e em todo o futuro previsível a forma de produção mais eficaz nas condições sócio-económicas da Europa ocidental” (Servolin, 1989:125).

A ligação entre MPPM e regime fundiário, é assim estabelecida com base no desaparecimento progressivo, desde há um século, da classe dos proprietários fundiários e da posterior compra da terra pelos pequenos produtores cuja forma de produção é julgada como a mais eficaz. Analisando a evolução histórica, Servolin explica que “a propriedade da terra se tornou cada vez mais questão das famílias camponesas” e, assim, o funcionamento e a prosperidade da exploração familiar moderna repousa “sobre a acumulação e a transmissão de um património familiar” (1989: 114-115).

Tendo em conta o peso do fundiário, a «tecno-estrutura» que «fabricou» este modo de exploração familiar *modernizada*, é “em permanência indispensável ao funcionamento e à reprodução desta explorações” (1989:127).

A questão fundiária é assim considerada central na reprodução do modelo da unidade de produção agrícola familiar e estreitamente dependente da “acumulação e da transmissão de um património familiar”. Porém, permanecendo a análise centrada nos aspectos produtivos e no enquadramento político das explorações agrícolas, não fornece os meios para explicar os determinantes da propriedade da terra, sobretudo

nas zonas marginais, onde um *paradoxo* económico, nomeadamente no que diz respeito ao preço da terra, é constatado se só forem tomados em conta os aspectos produtivos.

Os trabalhos mais recentes de inspiração marxista, procuram ver a realização do dogma marxista, não na esfera da produção agrícola propriamente dita, mas nas relações que se estabelecem entre os agricultores e o modo de produção capitalista dominante na formação social.

1.2.3 · As teses da submissão formal da agricultura ao modo de produção capitalista

Os primeiros desenvolvimentos nesse sentido, pretenderam *resolver* a questão agrária, considerando que o desenvolvimento do capitalismo se faria através da integração dos agricultores pelas indústrias agro-alimentares (tese da proletarianização dos agricultores) (cfr. p.e. Lambert, 1970 e Evrard et. alt.). Considera-se assim que o agricultor é um operário trabalhando de forma descentralizada. Conserva a propriedade dos meios de produção, mas ela é apenas formal, uma vez que sendo obrigado a modernizar-se, o agricultor endivida-se pesadamente e o rendimento que obtém pela venda das suas produções às empresas agro-industriais, chega apenas para reproduzir a família e os meios de produção. O excedente é apropriado pelas indústrias a jusante.

Uma via teórica algo diferente foi tentada por alguns autores marxistas, fazendo de certa forma a síntese entre a tese da PPM e da proletarianização dos agricultores (cfr. p.e. Faure, 1978 e Mollard, 1977). Assumem estes autores que o sistema capitalista admite formas de produção não especificamente capitalistas, a dominação da agricultura pelo capitalismo, far-se-á não através da *submissão real*, que implica a separação do produtor directo do detentor dos meios de produção, mas através da sua *submissão formal* ao capital, guardando os produtores directos a propriedade formal dos meios de produção. Nestas condições, os produtores directos, constituem um *quasi-assalariado*. “A submissão formal e a submissão real do trabalho ao capital são portanto as duas formas que conhece o capital para assegurar a sua dominação” (Faure, 1978, p.30)

Analisando o caso português, Ferreira de Almeida *et al.* (1976: 29), defende que a submissão formal da agricultura ao modo de produção capitalista dominante é um aspecto estrutural da formação social portuguesa. As duas modalidades de submissão, real (capitalismo agrário propriamente dito) e formal, coexistem sendo a sua implantação simultânea. Portugal é de resto, segundo os referidos autores, “um excelente exemplo do tipo de combinações estabelecidas entre o MPC dominante nas esferas comercial, industrial e parcialmente agrária, com a esfera rural em regime de submissão formal *latu sensu*.”. Estas combinações podem tomar diversas formas: fornecimento de força de trabalho às empresas agrícolas capitalistas; fornecimento de força de trabalho barata, porque reproduzida em explorações camponesas, à indústria; fornecimento de bens alimentares a baixo custo, e mesmo, fornecimento de uma parte significativa das exportações primárias,

cuja expansão serviu de base ao início da industrialização portuguesa”. (Almeida *et al.*, 1976: 28)

Cavailhes (1981), contrariando as abordagens anteriores, que pressupunham uma estabilidade de formas de produção não capitalistas na agricultura em coexistência com o modo de produção capitalista, retoma uma proposição fundamental de Marx: a tendência para a decomposição do campesinato. Fazendo uma análise da evolução histórica em França, pretende demonstrar que essa decomposição se tem vindo a efectuar, embora “isso não se traduza pelo aparecimento de uma burguesia e de um proletariado agrícola”. (Cavailhes, 1981, p.173) O facto de a decomposição do campesinato não se tornar evidente, resulta de se tomar erradamente um campo de análise estritamente agrícola, “de uma ilusão de óptica”, pelo contrário a análise deveria ser conduzida num campo mais vasto, sem cair num particularismo agrário: “a decomposição do campesinato engendra burgueses e proletários, mas estes encontram-se noutros ramos e não na agricultura *sensu strictu*”. (Cavailhes, 1981, p.174). No plano teórico a análise é conduzida partindo da lei do valor marxista, de forma a compreender os mecanismos específicos de formação dos preços agrícolas. Pretende-se assim “mostrar em que relações de produção estão inseridos os produtores em vias de decomposição, e é somente assim que será possível definir positivamente as classes e camadas sociais às quais estes pertencem.” (Cavailhes, 1981, p.174)

Estas diferentes abordagens da submissão formal da agricultura ao capitalismo “tem dado resultados frutuoso para compreender a posição da agricultura familiar como sector sócio-económico mas tem-se revelado mais débil para esclarecer a dinâmica das explorações agrícolas familiares.” (Baptista, 1991, p.2)

1.2.4 · A questão fundiária na abordagem neoclássica

A análise neoclássica, aplica na agricultura os mesmos princípios económicos gerais que em qualquer outro sector da economia, partindo do pressuposto de que os produtores agrícolas terão um comportamento de maximização do lucro exactamente como qualquer outro empresário. A aplicação dos instrumentos teóricos da teoria da produção às formas de produção não capitalistas, leva à obtenção de resultados paradoxais relativamente à racionalidade de maximização do lucro. Eles só poderão no entanto resultar do domínio não económico e o desaparecimento dessas formas de produção é considerado inevitável a mais ou menos longo prazo.

A economia agrária tradicional de inspiração neoclássica postulou assim, com base no critério do lucro, o desaparecimento das pequenas unidades de produção familiares. Porém, face à evidência empírica de que estas explorações acumulando anos sucessivos lucros negativos continuavam a existir, este critério foi sendo abandonado, sobretudo após os trabalhos de T. W. Shultz (cfr. Shultz, 1964) que marcaram esta posição. Passou assim a explicar-se a racionalidade económica das unidades de produção camponesas, em função do ren-

dimento que o trabalho agrícola permite obter, o qual não compreende o lucro. (cfr. Baptista, 1991: 16)

Em particular, relativamente à questão fundiária, a análise é profundamente simplificada relativamente às construções teóricas da teoria da renda clássicas e marxistas. De facto, a terra é banalizada e considerada ao mesmo nível que qualquer outro factor de produção. A especificidade que a análise da terra merece, resulta do facto de ser um bem globalmente limitado e, assim, a renda fundiária - custo de utilização da terra -, embora seja tida como uma categoria de rendimentos independente, é considerada da mesma natureza que o juro de qualquer outro capital. “[...] aquele que adquire uma terra considera-a como qualquer outra aplicação, dito de outro modo, compara os rendimentos que poderá assim assegurar com os juros que poderia obter, se, em lugar de um terreno, comprasse uma casa, um navio ou valores mobiliários de igual valor.” (Allais, 1943, p.839)

De facto a terra, por ter uma utilidade tem um valor valor de uso, que se exprime na renda fundiária e cuja fixação se estabelece pelo mecanismo da oferta e da procura, tal como o preço de qualquer outro bem ou serviço.

O preço da terra é dado pela actualização dos rendimentos futuros esperados, ou seja, pela actualização dos valores da renda que o proprietário fundiário conta obter. Assim, “uma terra só pode ter um preço se, do ponto de vista económico, existir interesse em a utilizar” (Allais, 1943, p.816)

Sendo um factor de produção como qualquer outro, a determinação do nível da renda fundiária, e portanto do preço da terra, é feita pela sua produtividade marginal e, desta forma, os instrumentos teóricos para a sua análise são os da teoria da produção.

A teoria neoclássica, nega pois qualquer especificidade da terra: sendo útil e rara, é objecto de trocas como qualquer outro bem e não constitui uma categoria particular de análise. Sendo assim, a teoria do equilíbrio económico geral prevê que os preços flutuem próximo dos valores de uso e, nestas condições, o preço da terra deveria, da mesma forma, aproximar-se tendencialmente do seu valor de uso. Em especial, nas zonas marginais, onde o valor produtivo da terra se tem vindo a reduzir, seria de esperar que os preços fossem muito baixos. Ora tal não é o caso, pelo contrário, é sobretudo nessas zonas que se tem verificado uma dissociação dos preços da terra do seu valor produtivo, facto que, para manter a coerência de raciocínio, tem levado alguns autores a justificar os desvios verificados, considerando que “os agricultores proprietários dessas zonas aceitam muito dificilmente reconhecer que as suas terras são medíocres e mal adaptadas às tecnologias modernas” (Bergman, 1983, p.4).

Nestas condições, o valor explicativo da análise funcionalista das questões fundiárias resulta necessariamente diminuído.

1.2.5 · Novas abordagens

A persistência de formas de produção na agricultura não coincidentes com o modelo da empresa capitalista, pressuposto pelas teorias marxista e neoclássica, teve como efeito que o debate teórico se afastasse das questões fundiárias, onde os autores clássicos o tinham focalizado. De facto, após o auge que a teoria da renda de Ricardo e de Marx constituíram na análise da questão da terra, esta foi sendo secundarizada ou considerada apenas como um obstáculo ao desenvolvimento da empresa agrícola capitalista, quer por autores neo-marxistas, que se centraram na análise dos conflitos entre classes sociais, quer pelos neoclássicos para quem a terra constitui um factor de produção ou uma aplicação de capital como qualquer outra. Em definitivo, estas duas análises não diferem substancialmente uma da outra:

“- banalizam o solo e reduzem-no a um uso estritamente económico;

- consideram os indivíduos e as classes sociais como tendo um comportamento económico racional de maximização da renda”
(Gigou, 1982, p.869)

Ora as observações tem mostrado que os determinantes da apropriação do solo são bem mais complexos que os pressupostos por um comportamento estritamente económico de maximização da renda. É reflexo disso a incapacidade das teorias da renda ou da produção para explicar a formação do preço da terra ou a utilização do solo.

Já no início do século, Tchayanov (cfr. Tchayanov, 1990) defendia que a lógica da exploração agrícola camponesa, deveria ser procurada na dinâmica interna da unidade familiar e não na esfera da produção. Ele concebia a sua “teoria da economia camponesa como um aspecto particular de uma doutrina mais vasta, uma teoria geral da economia da família”⁸. A chave para explicar a actividade económica da família é aquilo que ele designa por balanço trabalho-consumo⁹, entre a satisfação das necessidades familiares e a penosidade do trabalho. Mas Tchayanov não desenvolveu uma adequada conceptualização das relações entre famílias e entre as famílias individuais e a economia global (Evers *et al*, 1984: 30). Por outro lado, no quadro em que desenvolveu a sua teoria, a questão da apropriação da terra não era pertinente e, assim, não pôs em relevo o carácter patrimonial dos meios de produção das explorações agrícolas camponesas.

A predominância das formas de produção por conta própria, a incapacidade da análise em termos de capital de dar conta da sua prevalência (cfr. Lifran, 1988) e a importância que o fundiário assume na reprodução destas formas de produção agrícola, tem vindo a provocar um aumento de interesse pelo carácter patrimonial da posse da terra, pela sua gestão e transmissão no âmbito da família. (cfr. INRA, 1986)

De facto, reconhecido o carácter patrimonial da terra, as decisões relativas à sua acumulação, gestão e transmissão intergeracional deverão ser analisadas tomando como unidade base de análise a família

e não o indivíduo ou a classe social, uma vez que é no âmbito da família que elas são tomadas. Aspecto que assume ainda maior importância, quando se constata a predominância da propriedade da terra pelas explorações agrícolas familiares¹⁰ e da sua transmissão hereditária¹¹. A imbricação entre a família e a unidade de produção nestas explorações é, por outro lado, unanimemente reconhecida e, nessas condições, as decisões relativas à produção agrícola não poderão ser separadas das outras decisões que definem as estratégias de reprodução das famílias, tais como as que se referem à arbitragem entre as diversas formas de trabalho dos membros da família (trabalho no exterior, trabalho na exploração agrícola, trabalho doméstico), ou ainda das que se prendem com a afectação do rendimento entre despesas de consumo ou acumulação de capital (material ou humano). Assim, a compreensão da dinâmica das práticas produtivas necessita portanto a consideração dos outros elementos através dos quais a reprodução social se efectua. Por outro lado, as práticas de acumulação e de transmissão do património fundiário são determinadas por motivações que escapam em boa parte à esfera da produção: motivos de segurança, simbólicos, e outros, parecem ter um papel importante. Esta ideia, segundo a qual a reprodução da esfera económica não se dissocia da reprodução do meio social e natural, era de resto já apresentada pelos fisiocratas (Menahem, 1982: 34). Sendo as estruturas fundiárias determinadas pelas práticas produtivas, mas também, e sobretudo, pelas práticas reprodutivas de acumulação e de transmissão do património fundiário, cuja lógica é determinada por motivações que em grande parte não podem ser encontradas na esfera estrita da produção, a pertinência da escolha metodológica de tomar a família como nível privilegiado de análise e de a conduzir na esfera mais global da reprodução das famílias, parece-nos assim evidente.

1.2.5.1 • Economia da família

Nos últimos anos, tem-se vindo a assistir a um renovar de interesse pela família enquanto unidade económica. Esta tendência acentua-se a partir dos anos 60 e sobretudo com a crise económica de 75, período em que as sociedades ocidentais sofreram transformações profundas que revelaram o papel fundamental da família enquanto unidade económica (Guigou, 1982:872). Vários factores contribuíram para esta evolução: a desaceleração do crescimento económico diminuiu o interesse pelos activos financeiros, insuficientemente remuneradores, e aumenta a atractibilidade dos activos reais; por outro lado, o aumento do desemprego, a crise de algumas instituições públicas de carácter social (assistência social, educação, saúde), tem revelado a dificuldade do Estado em fazer face a inúmeros problemas que foram transferidos do domínio da economia doméstica para a responsabilidade pública (Guigou, 1982:872). Foi na sequência destas transformações, e sobretudo a partir dos trabalhos de *Gary Becker*, que a nova corrente da Economia da Família (New Household Economics), surgiu nos anos 70 nos Estados Unidos.

Partindo das críticas à teoria neoclássica do consumidor, demasiado simplista por considerar o agregado doméstico apenas como célula de consumo e cujo comportamento é exclusivamente explicado com base no rendimento, a economia da família introduz uma série de novas funções ao nível do agregado doméstico, numa tentativa de chegar a uma teoria explicativa do comportamento das famílias mais realista. É esta nova abordagem económica do agregado doméstico que Strauss-Kanh exprime do seguinte modo:

“Nas representações elementares da microeconomia neoclássica, era (o agregado doméstico) reduzido a uma simples figuração. Celibatário, míope, atingido por uma esquizofrenia avançada que o fazia aparecer do lado do coração como consumidor e do lado do jardim como produtor, o agregado doméstico tinha apenas um papel menor. Aprecia-se aqui a extensão do seu registo. Certamente trabalha, consome, poupa. Mas para além disso vê-mo-lo desenvolver uma actividade considerável: preocupa-se com a sua reforma, acumula um património, distingue a oferta de trabalho consoante ela emana dos diferentes membros do agregado doméstico, transmite uma herança, insere-se na hierarquia social, ajuda os seus ascendentes, cresce (por casamentos ou nascimentos), divide-se (por divórcio), reduz-se (por mortes), etc.” (Strauss-Kahn, 1985:1)¹²

Assim, o rendimento que tradicionalmente é tomado como um dado do qual depende o nível de consumo, passa a ser analisado como uma função das opções da família entre tempo de trabalho remunerado, tempo de trabalho não remunerado e tempo de lazer. Por outro lado, os stocks de património humano e não humano, são colocados no centro da análise. O consumo é analisado em função do ciclo de vida da família, portanto da sua distribuição ao longo das várias fases de vida do agregado doméstico. A dimensão intergeracional da família é considerada através da transmissão do património material e humano. A gestão do património é igualmente considerada.

O agregado doméstico é, enfim, analisado como uma empresa de produção na qual o consumo constitui a condição de produção e o trabalho (o único recurso do agregado doméstico) é distribuído entre as diversas actividades de forma a maximizar a utilidade global do grupo doméstico. Assim, numa tentativa de integrar todos estes aspectos, Strauss-Kahn (1977), estabeleceu o balanço do agregado doméstico em função de uma equação de variação do património, ou seja, como a diferença entre os fluxos positivos que vêm aumentar o stock de património e os fluxos negativos que o vêm diminuir:

$$\Delta\Pi = p + (i + \beta) \Pi + \Delta d + \eta - \delta$$

Onde, $\Delta\Pi$ é a variação de património, p é o rendimento do trabalho e de transferências, $i\Pi$ o rendimento do capital (onde i é a taxa de juro), $\beta\Pi$ as mais e menos-valias em capital, β é a taxa média de variação dos preços dos activos patrimoniais do agregado doméstico considerado,

Δd a variação do endividamento, η o saldo da transmissão hereditária e δ representa o consumo do agregado doméstico.

1.2.5.1.1 · O agregado doméstico como empresa de produção

A teoria tradicional do comportamento do consumidor que, essencialmente tenta analisar o efeito das modificações dos preços dos bens sobre a arbitragem do rendimento (considerado como um dado) entre os diferentes consumos de bens, não permite explicar a verdadeira complexidade do agregado doméstico. Deve-se a Becker (1965) as primeiras tentativas de construção de uma teoria mais realista, dentro do quadro neoclássico, onde o tempo e a composição do agregado doméstico fossem introduzidos, por forma a dar conta da complexidade do agregado doméstico

Com efeito, para a teoria tradicional o agregado doméstico é considerado como sendo constituído por uma única pessoa que, com um dado rendimento, tenta maximizar a sua utilidade através do consumo de bens e serviços. Trata-se pois de maximizar a função de utilidade:

$$U = U(x_1, \dots, x_n)$$

onde x_1, \dots, x_n representam os diferentes bens, sujeita à restrição $\sum p_i x_i = R$, onde p_i é o preço do $i^{\text{ésimo}}$ bem e R o rendimento disponível.

A condição de equilíbrio estabelece que a utilidade marginal (UM) de cada bem é proporcional ao seu preço:

$$UM = \lambda \cdot p_i \quad i = 1, \dots, n$$

onde λ é a utilidade marginal do rendimento.

Um aumento do rendimento implica uma procura de mais bens, devendo-se verificar a igualdade entre rendimento e despesas totais.

Becker (1965: 495) introduz a hipótese de que não são directamente os *bens* (goods) de consumo que fornecem utilidade. Estes constituem, pelo contrário, factores para a produção de *géneros* (basic commodities) quando os agregados domésticos a isso consagram uma parte do seu tempo. São estes últimos que vão fornecer *utilidade* e satisfazer *funções*.

O agregado doméstico é, desta forma, assimilado a uma pequena empresa (Becker, 1965: 92) cujos recursos produtivos são a sua força de trabalho (t_w). A partir de bens que compra ao exterior e do tempo de trabalho que emprega no interior do agregado doméstico (t_h)¹³, a família produz *géneros* que proporcionam directamente utilidade. A função de utilidade do agregado doméstico pode então escrever-se (Becker, 1981: 8):

$$U = U(Z_1, \dots, Z_m)$$

onde Z_1, \dots, Z_m são os diferentes géneros consumidos, cada um deles sendo produzido segundo a seguinte função de produção:

$$Z_i = f_i(x_i, t_i; E_i) \quad i = 1, \dots, m$$

onde x_i, t_i representam os diferentes tipos de bens e de trabalho necessários para produzir o género i , et E_i o capital humano do agregado doméstico e outras “variáveis ambientais”.

A restrição de tempo do agregado doméstico escreve-se então:

$$\sum t_{hj} + t_w = t$$

onde t_{hj} é o tempo dispendido na actividade doméstica j e t o tempo total disponível.

Strauss-Kahn, introduz uma formalização mais complexa do modelo: “os *bens* servem para preparar *gêneros* (denrées) e esses *gêneros* satisfazem *funções* [...] Só as funções são bens finais, os géneros e os bens devem ser considerados como bens intermédios” (1977: 18 - 19). O tempo do agregado doméstico subdivide-se entre tempo exterior e tempo interior. No primeiro caso distingue ainda entre tempo vendido ao exterior (tempo de trabalho remunerado) (τ^v) e tempo de trabalho não assalariado dedicado à gestão do património não humano (τ^s). Por sua vez o tempo interior, não remunerado, subdivide-se também entre tempo *doméstico* (*ménager*) (τ^m) necessário à preparação dos géneros ξ a partir dos bens χ , e do tempo passado a consumir ou a utilizar os géneros (τ^x), ou seja, a satisfazer as funções (Φ). A restrição de tempo do agregado doméstico é assim a seguinte:

$$\tau^w + \tau^s + \tau^x + \tau^m = \tau$$

E a função de utilidade U , escreve-se: $U(\Phi_i)$, com:

$$\Phi_i = \Phi_i(\xi_{ji}, \tau_{ji}^x) \quad \text{e} \quad \xi_i = \xi_i(\chi_{hj}, \tau_{hj}^m)$$

onde Φ_i é a função i , ξ_i a quantidade do género j utilizada para satisfazer a função i e τ_{ji}^x o tempo correspondente, e onde χ_{hj} é a quantidade do bem h consumida para produzir o género j com o tempo doméstico τ_{hj}^m (cfr. Strauss-Kahn, 1977: 19).

Considerando porém que a força de trabalho (ϵ^x) não é proporcional ao tempo passado em cada uma das actividades e que a função satisfeita pelo consumo de um género depende do património humano do agregado doméstico (Πh), temos:

$$\Phi = \Phi(\xi, \tau^x, \epsilon^x, \Pi h) \quad \text{e} \quad \xi = \xi(\chi, \tau^m, \epsilon^m)$$

A primeira relação indica que as funções são satisfeitas a partir de géneros, de tempo de *consumo* desses géneros, de força de trabalho e de património humano. A segunda relação constitui a função de produção dos géneros, a partir de bens, de tempo doméstico e de força de trabalho.

O agregado doméstico estabelece relações com o exterior, vendendo a sua força de trabalho que lhe permite adquirir bens no exterior. A existência de um mercado de géneros, permite substituir a sua produção pela aquisição no exterior, desde que o seu custo marginal não seja superior ao rendimento que proporciona a unidade suplementar de tempo que é preciso vender para os adquirir, caso contrário será mais vantajosa produzi-los. Cada unidade de tempo não vendida tem pois um preço sombra que é igual ao rendimento que proporcionaria a sua venda. Numa situação de autarcia completa do agregado doméstico, este produziria ele próprio os bens e os géneros e portanto não haveria venda de força de trabalho, ou seja $\tau = \tau^x + \tau^m$.

Esta análise repousa sobre duas hipóteses implícitas: a primeira “é a hipótese clássica da constância da taxa horária de salário; a segunda, mais perniciosa, consiste na possibilidade de aplicar o cálculo marginal à duração do trabalho assalariado do agregado doméstico” (Strauss-Kahn, 1977: 63). Strauss-Kahn, mostra que estas duas hipóteses podem ser abandonadas, o que lhe permite analisar a questão do *trabalhador adicional*. Em termos globais, a oferta de um trabalhador adicional, depende de dois efeitos distintos: um *efeito de rendimento* e um *efeito de substituição*. Quando o salário do indivíduo que trabalha fora é elevado, a necessidade de um trabalhador adicional faz-se sentir menos, trata-se de um efeito de rendimento. Mas por outro lado a oferta de um trabalhador adicional, depende também do balanço entre a compra de bens e de géneros que a remuneração suplementar permite e a diminuição na produção de géneros devida ao decréscimo do tempo doméstico disponível, portanto da existência ou não de vantagens na substituição do tempo doméstico por tempo de trabalho remunerado. O efeito de substituição será tanto mais importante quanto as qualificações forem mais elevadas. A acção conjunta destes dois efeitos permite explicar a taxa de actividade das mulheres nos diferentes grupos sociais; esta cresce com o grau de instrução mas decresce à medida que a taxa de salário dos maridos aumenta.

Becker (1981: 16) analisa esta mesma questão baseando-se na teoria das vantagens comparativas, segundo a qual os recursos dos membros dos agregados domésticos serão aplicados entre as diversas utilizações alternativas de acordo com as suas “eficiências comparativas ou relativas”. Estabelece assim alguns teoremas relativos às vantagens comparativas dos diferentes membros do agregado doméstico, em função das quais se estabelece uma divisão do trabalho entre trabalho no exterior e trabalho doméstico. A existência de vantagens comparativas diferentes conduzirá a que somente um dos membros do agregado doméstico se especialize no trabalho doméstico.

A análise da repartição óptima do tempo de trabalho remu-

nerado entre τ^w e τ^g , permite analisar a questão da escolha do estatuto do agregado doméstico: assalariado ou independente. A este propósito, Strauss-Kahn defende que o estatuto profissional é principalmente determinado pelo stock de património humano possuído, contrariando outras hipóteses segundo as quais é o *gosto pelo risco* o factor determinante. Admitindo a hipótese de que a rendibilidade do património aumenta com o tempo consagrado à sua gestão, a repartição óptima entre tempo de trabalho vendido ao exterior e tempo de gestão do património, será aquela que garanta a maximização do rendimento; ou seja:

$$\begin{aligned} \text{Max } \rho &= W \tau^w + r (\tau^g) \Pi nh \\ \tau^w + \tau^g &= \tau^0 \quad \tau^w > 0, \quad \tau^g > 0 \end{aligned}$$

onde, r é o rendimento, W a taxa de salário, $r = i + b$ taxa de juro mais a taxa de rendimento ou mais valias do capital e Πnh o património não humano.

A percentagem de tempo de trabalho dedicado à gestão do património não humano aumenta com a relação $\Pi nh / W$, que reflecte a riqueza relativa do indivíduo em património não humano e património humano. Naturalmente que a substituição entre τ^w e τ^g só poderá fazer-se até um determinado ponto, a partir do qual será necessário optar por abandonar a actividade assalariada em favor da dedicação exclusiva à gestão do património e portanto adoptar o estatuto de independente.

Esta nova abordagem da família como unidade de produção, baseada nas decisões relativas à arbitragem do tempo do agregado doméstico entre as diversas actividades, constitui sem dúvida um campo teórico promissor para a análise de alguns problemas da agricultura familiar, sobretudo daqueles que dizem respeito à questão da pluriactividade.

De facto, a integração no modelo do tempo dedicado à gestão do património e do stock de património não humano e humano, poderá constituir um bom instrumento de análise de alguns fenómenos cuja acentuação se tem vindo a verificar, como seja por exemplo o da crescente integração das famílias ligadas à agricultura nos mercados de trabalho não agrícolas. Nesta perspectiva, existindo oferta nesse mercado, a venda de trabalho ao exterior por parte do agregado doméstico, estaria sobretudo dependente da dimensão do património fundiário, mas também da dimensão da família e da produtividade do trabalho, portanto do património humano.

A influência deste fenómeno na evolução das estruturas fundiárias, já nos parece mais dificilmente abordável no estado de desenvolvimento actual deste quadro teórico. A introdução no modelo de motivos puramente económicos na acumulação e gestão do património, dificilmente permitirá explicar que, em situações de baixa rendibilidade da terra, as famílias não se desinteressem do património fundiário em favor de outros activos propiciadores de rendimentos mais elevados e que, portanto, não se verifique uma extensificação da propriedade da terra. Será pois ainda necessário acumular um conhecimento empírico

que permita fazer uma formulação mais correcta do modelo teórico, sobretudo no que se refere à função de utilidade das famílias rurais agrícolas. Contudo, parece-nos que esta formulação só dificilmente poderá explicar a realidade se nela forem apenas consideradas motivações de natureza económica.

1.2.5.1.2 · Transmissão hereditária do património

Um dos avanços mais importantes da economia da família, relativamente à economia neoclássica tradicional, consiste na abordagem económica da transmissão hereditária do património. O grupo doméstico é, por esta via, inserido na família, entendida esta na sua dimensão intergeracional. A visão diacrónica é integrada com uma visão sincrónica, estabelecendo uma ligação entre o agregado doméstico e o seu passado e futuro. A integração desta dimensão temporal na análise económica é conseguida considerando os aspectos económicos da transmissão do património humano e não humano.

Património humano

A transmissão do património humano, reveste segundo Strauss-Kahn (1981), dois aspectos distintos: transmissão do capital humano (soma das despesas que tem por objectivo aumentar a produtividade do trabalho) e transmissão do capital social e cultural.

O primeiro aspecto tem a ver com a arbitragem entre dotar os descendentes em capital humano ou transmitir uma herança em capital não humano. O quadro de análise é o do estudo da rendibilidade dos investimentos na educação: investir-se-á em educação enquanto a sua taxa de rendibilidade marginal for superior à taxa de rendibilidade marginal dos investimentos não humanos.

O segundo aspecto, consiste na transmissão de uma função de utilidade. Assim a herança em capital cultural é composta principalmente por uma definição das necessidades, a qual conduz à função de utilidade. Para além disso, os pais transmitem também aos filhos através da educação uma *atitude a ter novas necessidades*.

Património não humano - As teorias do ciclo de vida

Embora as formulações iniciais da teoria do ciclo de vida se interessassem apenas pela relação entre consumo e recursos, formulações mais recentes, sobretudo através da introdução de outros motivos de poupança para além do consumo diferido, tem vindo a configurar um quadro de análise interessante para o estudo da acumulação e transmissão do património.

De facto, o modelo do ciclo de vida tem tido a partir dos anos 70 um tal desenvolvimento, sobretudo por parte dos autores anglo-saxónicos, que as formas actuais do modelo pouco tem a ver com a forma inicial de Modigliani e Brumberg (1954) que lhe deu origem. Tratava-se, nesta sua forma original, de explicar a arbitragem inter-temporal entre consumo e poupança sob o pressuposto de que a

afecção dos recursos recebidos ao longo da vida seria óptima segundo critérios de racionalidade económica.

A hipótese de base que preside a todas as formas do modelo do ciclo de vida, é a do *exercício de uma racionalidade sob restrições num dado horizonte* (Masson, 1983). Na sua forma mais elementar, as três componentes que constituem a hipótese de base do modelo (horizonte de decisão, racionalidade e restrições e dados exógenos), tem a seguinte definição: o horizonte de decisão é o do período de vida; a racionalidade consiste na definição de uma função de utilidade cujo argumento é o consumo da família nos n períodos elementares considerados ao longo do ciclo de vida; o rendimento é exógeno ao modelo e é imposta uma restrição relativa ao orçamento, que implica que os recursos sejam esgotados no fim da vida. Na forma mais elementar do modelo do ciclo de vida, a poupança tem apenas como objectivo o de constituir um património que garanta uma reserva de consumo para a última fase do ciclo de vida, após a reforma. O montante de património líquido crescerá assim continuamente até à idade da reforma, após o que será consumido até ser esgotado no fim da vida.

Desenvolvimentos do modelo do ciclo de vida

Masson (1983) enquadra os diferentes desenvolvimentos do modelo do ciclo de vida em quatro grupos, de acordo com o elemento da hipótese de base em que as alterações foram introduzidas e com a distinção entre modelos estáticos e modelos dinâmicos¹⁴ (primeiro e último dos grupos que tratamos de seguida).

A - Incerteza e imperfeições do mercado em regime permanente

As modificações introduzidas por estes desenvolvimentos do modelo, pretendem torná-lo mais realista pela tomada em conta da incerteza relativamente aos recursos futuros: salários, taxa de juro ou duração de vida. A tomada em conta destes elementos, pode alterar significativamente o modelo de base. É assim possível, por exemplo, considerar outros motivos de detenção do património para além do consumo diferido: motivo de precaução de rendimento, etc.

B - Modelos de ciclo de vida “generalizados”

A hipótese do modelo inicial do ciclo de vida, segundo a qual as famílias tem uma poupança negativa durante o período de reforma, não foi posta em evidência pelos testes empíricos. O estudo da repartição dos níveis de património, também se revelou não coerente com a forma *pura* do modelo do ciclo de vida (Cf. Atkinson, 1971; Wolff, 1981; Masson, 1983). Uma forma de tornar o modelo do ciclo de vida compatível com o comportamento observado de poupança das famílias, foi a de introduzir um motivo de transmissão patrimonial, ou seja: considerar que o montante de património acumulado será superior

às necessidades do período da reforma, de modo a deixar uma herança aos descendentes.

São conhecidos por formas *generalizadas* do modelo do ciclo de vida (segundo a designação de Modigliani), aquelas que tomam em conta este motivo. A forma mais aceite de introduzir este aspecto no modelo é considerar, na função de utilidade, o consumo das gerações futuras. Integram-se assim as ligações familiares intergeracionais no modelo: o património continua a ser uma reserva de consumo diferido, mas alargado à descendência, e o horizonte de decisão passa a ser infinito.

Estas formas do modelo, embora façam intervir uma série de antecipações relativas ao futuro, não permitem, por não terem em conta o passado, explicar a desigualdade e a reprodução da fortuna. “Alarga-se com efeito o horizonte para além da morte e o indivíduo faz intervir nas suas escolhas antecipações relativas aos recursos e aos comportamentos da sua descendência para a qual ele tem portanto um projecto elaborado e coerente. Mas o passado é considerado de maneira muito sumária, sendo a importância da herança recebida, quer seja material, cultural ou social, largamente subestimada”. (Masson, 1983, p.19-20)

C - Os modelos alargados do ciclo de vida

De forma a reduzir o número de parâmetros exógenos no modelo do ciclo de vida, foram desenvolvidas algumas formas que consideram outras arbitragens para além do consumo e da poupança. No argumento da função de utilidade, passam assim a entrar outros factores para além do consumo. Estas formas designam-se por modelos *alargados*.

A modificação mais importante do modelo de base consiste na endogeneização da oferta de trabalho. A restrição do orçamento é assim substituída pelo tempo de trabalho disponível. Estas formas aproximam-se das teorias da produção não mercantil ou do capital humano (Masson, 1983: 20-21).

Os desenvolvimentos recentes da teoria do ciclo de vida, tem pois sido notáveis. Porém, o seu poder explicativo fica muito reduzido quando o património assume outras funções para além de stock de capital satisfazendo motivações de segurança ou de reserva de consumo. É, nomeadamente, o caso das famílias com actividade agrícola que exploram em comum um activo produtivo. Nesta situação o património é também um meio de produção.

É este carácter específico do património fundiário que leva alguns economistas a concluir que as famílias agricultoras tem “um comportamento de acumulação específico, largamente voltado para o passado, que repousa sobre concepções tradicionais, pré-capitalistas, do património e da família e escapa portanto à lógica dos modelos do ciclo de vida.” (Masson, 1985, p.65)

Este carácter patrimonial e específico das famílias ligadas à agricultura, tem também sido assinalado por outros autores. Assim, analisando as formas de organização familiares correspondentes às

transformações da organização económica e social global, Georges Menahem (cfr. Menahem, 1979 e 1982), define três modelos distintos de organização familiar: modelo da família patrimonial, modelo da família conjugal e modelo da família-associação. Sob um ponto de vista sócio-histórico, corresponde o primeiro modelo a famílias onde a transmissão de um património produtivo é predominante. Ao desenvolvimento do capitalismo industrial, que separa a produção da propriedade, corresponde o modelo conjugal. Por último, ao alargamento do domínio das relações mercantis, corresponderia o modelo da família-associação em que o indivíduo se liga à família por laços muito fracos.

As famílias de agricultores, cuja organização interna e relações com o exterior estão fortemente condicionadas pelo imperativo de reprodução e transmissão de um património, enquadram-se, nesta perspectiva, no modelo da família patrimonial. Menahem, define a família patrimonial como “uma família simultaneamente unidade de produção, hierarquizada sob a autoridade de um chefe de família, e organizada de forma a assegurar a reprodução e a transmissão do património familiar” (Menahem, 1979:65-66)

A Nova Economia da Família, introduz uma abordagem original e sem dúvida interessante em relação à teoria neoclássica. “Articula, à maneira dos sociólogos, o grupo doméstico e a família, o diacrónico e o sincrónico” (Segalan, 1981: 280). Mas o quadro de análise funcionalista e a ancoragem ao esquema do equilíbrio geral implicam “as mesmas insuficiências: unidimensionalidade, ignorância das contradições internas aos agentes e a fixidez dos comportamentos” (Menahem, 1982:128). Com efeito, como Menahem (1982: 129), podemos perguntar-nos se a compreensão dos fenómenos sociais pode reduzir-se a uma só dimensão monetarizável que se procura otimizar. “Se acreditarmos que a realidade é mais complexa e que pretender reduzi-la a uma só dimensão é mutilá-la, não podemos deixar de criticar o carácter unilateral, senão a irreabilidade, de tais esquematizações unidimensionais dos comportamentos familiares que fazem unicamente aparecer o aspecto monetarizável.”

Esta abordagem tem revelado a incapacidade de a economia resolver, por si só, os novos problemas levantados pela análise da família. Particularmente, no domínio da agricultura e sobretudo do fundiário, problemas como os que se relacionam com a transmissão do património, o valor simbólico que ele assume na reprodução social e outros; são reveladores da necessidade de recorrer a uma abordagem multidisciplinar e de conduzir a análise, não estritamente no seio da esfera da economia da produção, mas na esfera mais global da reprodução.

1.2.5.2 · Reprodução das famílias e gestão patrimonial da terra

O património fundiário revela um papel estratégico na reprodução das famílias ligadas à agricultura, não só como espaço de produção, mas recobrimdo múltiplas funções; desde garante de um espaço de residência até ao seu valor simbólico. Mesmo no estrito campo económico, as suas funções são bem mais complexas do que as que

resultam da sua condição de meio de produção. Como refere Hespanha (1987, p.147), “mesmo quando a actividade produtiva perde o interesse económico, o património fundiário familiar pode, ainda assim, funcionar como um capital de recurso (tal como o saber profissional camponês, de resto) destinado, por exemplo, a ser valorizado em situações de crise ou precariedade de emprego, ou então como um capital produtivo de reserva apenas dependente da disponibilidade de recursos financeiros a obter através do trabalho fora da exploração.”

É neste sentido que consideramos que, sendo evidente o défice teórico, a abordagem da evolução das estruturas fundiárias face à integração das famílias rurais nos mercados não agrícolas, deve passar por um mais profundo conhecimento das estratégias de reprodução dessas famílias e do papel que a gestão do património fundiário assume nessas estratégias. Só esse conhecimento, que terá necessariamente que revestir um carácter de pluridisciplinaridade, permitirá uma posterior formalização teórica mais adequada à realidade. É neste sentido que optamos por conduzir a análise na esfera da reprodução.

Segundo Evers *et al* (1984: 24), a reprodução social pode ser subdividida, por razões analíticas, entre *reprodução primária* e *reprodução secundária*. Na primeira categoria inclui-se a reprodução da força de trabalho e da vida humana em geral, sendo definida como “um processo complexo que inclui a produção de alimentos e a sua confecção, a educação, a administração do agregado doméstico, a produção de habitação¹⁵ e muitos outros aspectos”. As necessidades de reprodução são asseguradas pela combinação de várias fontes de rendimento, contudo, uma “grande parte desta reprodução tem lugar em associação com a produção e o consumo directos fora da economia mercantil”. A reprodução primária inclui assim nesta perspectiva, a produção de subsistências (*household subsistence reproduction*) e a produção de um espaço de habitação (*habitat subsistence reproduction*), mas muitos outros aspectos, ou passos intermediários de análise, existem ainda entre a reprodução primária e o último nível da reprodução social, sendo um dos mais importantes “a reprodução da estrutura dos agregados domésticos, famílias, e sistemas de parentesco” (Evers *et al.*, 1984: 24). Este último nível, a *reprodução secundária*, diz respeito à reprodução da ordem económica e social, de modo a assegurar a continuação da sua existência enquanto formação social definida, ou então a sua transformação.

O quadro teórico de análise que adoptaremos é, como já referimos, o da reprodução e, no seguimento do texto, sob a designação de reprodução das famílias ou simplesmente de reprodução, pretendemos referir-nos aos aspectos da reprodução social que dizem respeito à reprodução da força de trabalho e da vida humana, e a sua articulação com a dinâmica da evolução da formação social onde as famílias se inserem. Ou seja: situar-nos-emos, sobretudo, no nível de intermediação entre a *reprodução primária* e a *reprodução secundária*, na designação de Evers *et al.*

Colocando a análise na esfera da reprodução, consideramos

assim, como refere Gigou (1982: 869), que a abordagem deve revestir os seguintes aspectos:

- tomar a família como nível privilegiado de análise;
- efectuar uma análise em termos de património e não apenas de fluxos e de trocas;
- considerar que as famílias, na gestão do seu património fundiário, não obedecem apenas a motivações económicas, mas antes se determinam em função de regras, de crenças, de mitos e de símbolos, cujo conhecimento releva de outras ciências sociais.

1.3 · A metodologia de investigação

Por forma a responder às questões que formulámos no início, iremos estruturar este trabalho em três partes, as quais correspondem também a fontes de informação e a métodos de investigação diferentes.

A primeira tem como objectivo caracterizar a formação social actual, na qual as famílias rurais se inserem, e a evolução que ela sofreu durante os últimos anos no que diz respeito aos aspectos que mais decisivamente influenciaram as transformações dos modos de reprodução das famílias rurais.

Começaremos assim no capítulo II, por analisar a evolução da estrutura agrária da região nos últimos anos, de modo a diagnosticar as principais tendências e os principais vectores de transformação. Seguidamente, tendo como objectivo a identificação dos principais factos económicos e sociais que, de uma forma mais evidente, marcaram a transformação da sociedade global e em consequência da sociedade rural da região, e ainda por forma a localizar no tempo estas transformações, iremos proceder a uma breve análise da evolução da economia portuguesa e da região no período de 1926 aos nossos dias. Finalmente analisaremos as modalidades que resultam das diferentes participações da produção agrícola nos orçamentos *tempo e rendimento* das famílias rurais na actualidade. Para esta análise utilizaremos informação estatística secundária, sobretudo dos Recenseamentos Gerais da Agricultura e dos Censos da População. Tomando algumas variáveis caracterizadoras da evolução das estruturas e das modalidades de produção agrícola, construiremos grelhas de leitura que analisaremos através de parâmetros estatísticos simples. No que diz respeito à evolução económica, conjugaremos informação bibliográfica sobre as políticas económicas globais e agrícolas, com indicadores estatísticos relativos à evolução da conjuntura económica.

Seguidamente, tendo como finalidade a identificação dos diferentes modos de reprodução das famílias, e a sua integração numa perspectiva temporal, caracterizaremos no capítulo III a estrutura da sociedade rural tradicional e os modos de reprodução das famílias que daí resultam, bem como as transformações que sofreram durante os últimos anos. Para isso utilizaremos a informação bibliográfica disponível em diversos estudos monográficos de sociologia e antropologia que foram

realizados na região. Posteriormente, a fim de confirmar e completar esta informação e, sobretudo, de identificar os principais vectores de evolução dos modos de reprodução das famílias nos últimos anos, cruzaremos esta informação com os nossos próprios dados resultantes de três estudos de caso de genealogias de famílias numa comunidade rural da região.

Um estudo aprofundado desta comunidade será realizado no capítulo IV, tendo como objectivo a análise da influência das transformações dos modos de reprodução das famílias rurais nas práticas produtivas agrícolas e de gestão do património e, por este meio, tentar explicar a evolução das estruturas fundiárias.

Esta comunidade rural, que designaremos por *Vale de Castanheira*¹⁶, foi escolhida tendo em atenção critérios relativos ao centralismo geográfico, a características ecológicas próximas da média da região e a valores médios em termos de distância e de acessibilidade ao principal centro urbano da região (Bragança). Julgamos assim que esta comunidade é representativa da situação mais comum na região no que diz respeito às práticas e às representações sociais e, mais particularmente, no que concerne à integração das famílias rurais nos mercados de trabalho não agrícolas.

Retivemos nesta fase, como nível privilegiado de análise, a família numa abordagem longitudinal de genealogias. Foi-nos assim possível identificar estratégias de reprodução dos grupos domésticos no momento actual, mas também localizá-las nas dimensões intergeracionais e patrimoniais das famílias das quais descendem. Para isso, cruzámos diversas fontes de informação: primeiramente, reconstituímos as genealogias das famílias da aldeia, recorrendo aos registos paroquiais de baptismo, casamento e morte, desde o início do século. Construímos assim um ficheiro, no qual cada indivíduo era codificado e situado na sua genealogia, e relativamente ao qual dispúnhamos de informação relativa à sua data de nascimento, de casamento e de morte, ou alguns destes dados¹⁷, bem como os códigos dos seus pais, cônjuge e filhos.

Sobre este ficheiro, acrescentámos seguidamente informação sobre o património que os indivíduos receberam e transmitiram por herança ou doação. Utilizámos aqui como fonte, os arquivos do imposto sucessório sobre as transmissões a título gratuito. Este arquivo (que existe em todas as Repartições de Finanças) está organizado num livro geral, onde por ordem cronológica são registados os seguintes elementos: data da doação ou morte, nome do doador e a sua localidade de residência e o número do processo de sucessão. Nestes processos, é possível encontrar a seguinte informação: o valor e o rendimento colectável do conjunto dos bens transmitidos, o nome dos herdeiros, a descrição dos bens objecto de transmissão, bem como outros documentos, como seja, uma cópia do testamento se existir. Para recolher estes dados utilizámos um método sistemático, isto é, consultando o livro geral desde 1911 (data após a qual a declaração da sucessão se tornou obrigatória), para todas as ocorrências relativas à aldeia de Vale de Castanheira, consultámos e recolhemos a informação dos processos respectivos, no que diz respeito

ao valor e rendimento colectável da totalidade dos bens transmitidos, o nome dos beneficiários e os montantes recebidos por cada um deles. Localizados todos estes indivíduos no ficheiro geneaológico, acrescentámos então esta informação.

Finalmente, cruzámos este ficheiro com a informação obtida através de um inquérito exaustivo aos agregados domésticos da aldeia, o qual compreendia questões relativas à composição do agregado doméstico, ao património, à exploração agrícola, às actividades dos membros do agregado doméstico, aos rendimentos e às atitudes face à acumulação e à transmissão do património (ver anexo 4).

A qualidade da fonte do imposto sobre as transmissões a título gratuito não é a melhor. Com efeito, dois factores contribuem para comprometer a exactidão destes dados: por um lado as declarações que são fornecidas nem sempre são exactas; alguns bens podem não ser incluídos nas declarações de transmissão, sobretudo no caso dos processos mais antigos. O outro tem a ver com o valor atribuído aos bens, o qual é extraído das matrizes cadastrais. Estes valores foram actualizados algumas vezes durante o período estudado e teve lugar uma reavaliação da propriedade da qual resultaram novas matrizes cadastrais, sem que seja possível estabelecer uma correspondência directa entre os antigos e os novos valores. É assim impossível dispor rigorosamente, sobre a mesma base, de todos os valores extraídos dos processos sucessórios, seja porque as datas exactas das actualizações do cadastro nem sempre são conhecidas, seja porque não é possível estabelecer uma correspondência exacta entre os valores antes e após a reavaliação. Contudo, a utilização destes valores sob a forma de classes, pode eliminar em boa parte esta inexactidão da fonte e tornar a sua utilização possível. Foi este procedimento que adoptámos.

1.4 · O objecto de investigação: A região da terra Fria Transmontana

O espaço geográfico que constitui o objecto da nossa investigação, é a região que designaremos por Terra Fria e que compreende os concelhos de Bragança e Vinhais.

Em termos gerais, podemos dizer que algumas das características mais particulares da região lhe são imprimidas pelo relevo: uma sucessão de formas arredondadas, de planaltos a uma altitude média de 700-800 m, cortados pelos vales profundos dos rios. Acima destes, elevam-se algumas montanhas com encostas suaves e cumes arredondados. Uma boa ilustração deste aspecto da paisagem, é a descrição que Taborda (1987:44) faz da serra de Montezinho: “ao cabo de 2 Km de subida, quase se esquecerá que se caminha numa montanha; até ao ponto culminante, sucedem-se as esplanadas cada vez mais altas, sulcadas de picos e morros arredondados. Ao contemplar-se do alto a imensa serra é uma estranha e vaga sucessão de formas regulares, de superfícies quase niveladas que se avista”.

Esta diversidade de condições topográficas e de exposições, geram uma multiplicidade de condições climáticas. O isolamento da região das influências atlânticas por uma cadeia montanhosa (Gerês, Alvão, Marão), imprime ao clima características de continentalidade, com invernos longos e frios e verões muito quentes e secos. Contudo, os vales profundos dos rios prolongam até ao interior da região condições mediterrânicas, bem visíveis no coberto vegetal, cuja transição é por vezes abrupta. Esta oposição de condições climáticas está na origem das designações regionais de Terra Quente e Terra Fria. As condições mediterrânicas são mais marcadas na parte sul da região de Trás-os-Montes, enquanto que, na parte norte, dominam as características de continentalidade. A delimitação regional que adoptámos (concelhos de Bragança e Vinhais), não coincide totalmente com a região ecológica da Terra Fria; existem nestes concelhos zonas onde a influência mediterrânica - e portanto a Terra Quente - é dominante bem como, do mesmo modo, as características de continentalidade - e portanto a Terra Fria - se prolongam nos concelhos mais a sul. Contudo, por razões de organização da informação estatística e de facilidade de delimitação da região objecto de análise, preferimos reter os dois concelhos referidos - Bragança e Vinhais.

Capítulo II

As transformações recentes na região da Terra Fria e a evolução da sociedade global

Tomámos como hipótese geral, para explicar a evolução das estruturas fundiárias, que *as atitudes face à propriedade da terra se inscrevem nas práticas de gestão patrimonial, sendo estas determinadas pela lógica mais global das estratégias de reprodução das famílias*. Colocámos assim a análise na esfera da reprodução, o que implica que um conjunto de variáveis que consubstanciem a noção de reprodução das famílias, sejam tomadas em conta. Por outro lado, optámos pela escolha metodológica que implica uma abordagem longitudinal da reprodução das famílias; isto é, tomar em conta a variável tempo, identificando os modos de reprodução na sociedade tradicional e analisando a sua transformação na época recente. Assim, mais do que caracterizar as condições nas quais a reprodução se efectua no momento actual, importa identificar os aspectos que mais decisivamente determinaram a sua evolução ao longo de um período. É o que nos propomos fazer ao longo deste capítulo.

Inicialmente, tentaremos reter os factos da evolução sócio-económica global, cujos efeitos foram mais decisivos na transformação da sociedade rural. Seguidamente ocupar-nos-emos da caracterização dos aspectos mais importantes da evolução das estruturas fundiárias na região. Por último, pretendemos mostrar a forma como as famílias rurais se inserem actualmente na sociedade global.

2.1 · Alguns aspectos da transformação da formação social portuguesa

Até ao fim da segunda guerra mundial, Portugal sofreu um forte crescimento demográfico em consequência de uma conjuntura externa pouco favorável que impedia a emigração (grande depressão do início dos anos 30, II guerra mundial nos anos 40). Por outro lado, as concepções *ruralistas* do desenvolvimento da economia portuguesa, não favoreciam a industrialização do país, sem que, no entanto, a dinamização da agricultura tivesse sido induzida.

Após a II Guerra Mundial, a acumulação interna de capitais que foi possível durante o período de guerra, permitiu o triunfo das teses *industrialistas* e, um modelo de crescimento baseado na industrialização, apoiado sobre a protecção externa, o condicionamento interno e o controlo dos custos (sobretudo dos produtos agrícolas), foi posto em prática. Complementarmente, a política florestal, procedendo à florestação de grandes extensões de baldios, reforçava o êxodo das populações rurais (sobretudo das classes dos pequenos proprietários e sem terra, desprovidos dos meios de subsistência que o acesso aos baldios lhes permitia) em direcção ao litoral, onde a industrialização se desenvolvia.

No início dos anos 60, alguns sectores industriais tinham-se já consolidado, mas as condições de vida no campo eram miseráveis e os salários industriais situavam-se a níveis muito baixos, por comparação com os países ocidentais industrializados. Em consequência, a emigração em direcção a esses países, tomou proporções enormes durante os anos 60, sendo a região da Terra Fria uma das mais atingidas por este movimento. A acrescer a esta conjuntura, a guerra colonial e a integração europeia, vieram induzir o modelo de crescimento adoptado à ruptura.

Após 1974, o êxodo populacional que *esvaziava* as zonas rurais, inverteu-se com o retorno de centenas de milhares de pessoas das ex-colónias, a desmobilização militar e a contenção da emigração. A tendência demográfica modificava-se, tendo a região da Terra Fria ganho de 1970 à 1981, 2803 indivíduos, isto é, um crescimento populacional de 5.7%.

Contudo, em consequência da emigração, a estrutura das idades é ainda nitidamente deficitária nos estratos em idade activa, sobretudo naqueles dos 30 aos 50 anos (ver quadro 2 e figura 2, anexo 1). Porém, o perfil das idades é marcadamente diferente entre o meio rural e o meio urbano; é sobretudo o primeiro que é deficitário nos referidos estratos etários, enquanto que os centros urbanos da região revelam uma estrutura demográfica bastante mais equilibrada e com uma forte proporção de jovens.

A redistribuição de rendimentos que teve lugar após a mudança de regime de 1974, induziu uma forte procura alimentar que a agricultura não pode satisfazer. A inflação tomou assim níveis bastante elevados e, após 1977, foi mais forte que o crescimento dos salários nominais, processo que se manteve até 1985, com a única excepção de 1980 (ver quadro 3 - anexo 1).

A terciarização da economia acentua-se, sobretudo ao nível da Administração Pública e da esfera da distribuição (anexo 1 - quadros 4 a 10). Os Censos da População mostram para o Distrito de Bragança um crescimento global de 3.6% (Quadro 1), uma diminuição da população activa agrícola e um forte crescimento no sector terciário. Contribuíram para este aumento os sub-sectoros da construção, do pequeno comércio e restauração e sobretudo a Administração Pública (anexo 1 - Quadros 5, 6 e 8). De uma economia essencialmente agrícola na região, passou-se para uma actividade económica partilhada entre a agricultura e o sector terciário, mantendo-se a indústria a níveis muito fracos. Tentaremos mostrar na secção seguinte que, pela pluriactividade e combinação de diferentes fontes de rendimento, as famílias estão fortemente integradas nos dois sectores: agrícola e terciário.

Quadro 1 – População activa no Distrito de Bragança

População activa		BRAGANÇA			
Ramos	1970		1981		Taxa de cresci.
	Efectivos	%	Efectivos	%	
Agric., Floresta e Pescas	39,275	70.4%	29,688	51.3%	-24.4%
Ind. Extractivas	420	0.8%	479	0.8%	14.0%
Ind. Transformadoras	2,405	4.3%	3,103	5.4%	29.0%
Serviços	13,710	24.6%	24,555	42.5%	79.1%
TOTAL	55,810	100.0%	57,825	100.0%	3.6%

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1970 e 1981

A estrutura dos rendimentos das famílias exprime este conjunto de circunstâncias (Quadro 2 e anexo 1 - Quadros 11 a 13), os salários constituem apenas 20.3 % dos rendimentos globais (contra 42.1% no Continente) e a totalidade das componentes produtivas contribuem com menos de 50% (70.1% no Continente). As transferências correntes, as prestações sociais e os juros, asseguram assim mais de metade dos rendimentos das famílias.

O mercado do emprego não agrícola, dominada pelo sector terciário, o forte peso da agricultura e a importância das transferências de rendimentos, seja por via da emigração ou das prestações sociais, são portanto os aspectos globais que marcam mais decisivamente as condições específicas de reprodução das famílias na região.

Os efeitos da adesão à Comunidade Europeia, ao nível do espaço rural, são ainda mal conhecidos, no entanto, no que diz respeito aos fundos estruturais, e sobretudo aqueles que intervêm directamente ao nível das explorações agrícolas, cujos efeitos esperados sobre a melhoria das estruturas fundiárias eram mais importantes, parece terem sido as famílias mais integradas nos mercados de trabalho não agrícolas e no espaço urbano que, contrariando a filosofia dessas políticas, mais beneficiaram dessas subvenções. Por outro lado, o impacto sobre as estruturas

Quadro 2 – Origem dos recursos das famílias na região *Norte Interior*

Ano: 1979

Rubricas	1 000 000 Escudos	%
E.B.E. E.N.I. *	11 150	29.3%
Salários	7 712	20.3%
Juros	4 846	12.8%
Prestações sociais	3 120	8.2%
Transferências correntes	11 169	29.4%
TOTAL DOS RECURSOS	37 997	100.0%

* - Excedente bruto de exploração das empresas em sociedade individual

Fonte: IACEP/GEBI, 1983

fundiárias parece ter sido reduzido, ainda que, ao nível da melhoria do equipamento das explorações, ele seja importante. Num estudo efectuado na região (Martins, 1991), que incidiu sobre 37 explorações agrícolas com projectos de investimento subsidiados no quadro do Reg. CEE nº 797/85, verificou-se que no total dessas explorações apenas 37.8% das famílias tinham uma actividade exclusivamente agrícola, sendo a pluriactividade encontrada nas 37 famílias que constituíam a amostra, muito mais elevada do que no conjunto da região.

2.2 · As modalidades de agricultura: integração das famílias rurais nos mercados não agrícolas – Dimensão e formas do fenómeno

A reprodução dos sistemas fundiários na Terra Fria, faz-se actualmente num quadro de profundas transformações económicas e sociais, a agricultura não é mais o elemento central na reprodução da sociedade rural. Uma grande diversidade de rendimentos e de actividades, uma forte circulação dos indivíduos e uma modificação das práticas e das representações sociais, marcam actualmente o quadro de vida rural.

Porém, o património fundiário parece constituir, mesmo no novo quadro de reprodução social, um elemento que em grande medida determina as escolhas dos indivíduos e que estrutura o quadro de subsistência e de reprodução das famílias de origem rural. Mesmo nas famílias com residência urbana e com rendimentos maioritariamente não agrícolas, a agricultura pode constituir, para alguns estratos sociais, uma fonte de rendimentos a não negligenciar.

Desenha-se assim um quadro onde as famílias ligadas à agricultura se articulam fortemente com outras fontes de rendimento. Esta

articulação pode fazer-se pela via do mercado do trabalho assalariado ou por outras fontes de rendimento como as prestações sociais ou as receitas da emigração. O seu grau pode ser variável: desde a situação mais simples onde, por exemplo, um dos filhos trabalha como assalariado durante alguns períodos trazendo algumas receitas suplementares, até à situação mais complexa em que um ou vários membros da família tem empregos no exterior, podendo nesses casos a agricultura tornar-se uma actividade complementar¹⁸ das outras fontes de rendimento, na medida em que ela contribui com uma pequena parte do rendimento global da família e apenas ocupa uma reduzida parte do seu tempo total de trabalho. É possível portanto uma grande diversidade de situações em função dos diferentes graus de articulação das famílias rurais com outras fontes de rendimento. Da diferente capacidade da exploração agrícola assegurar a subsistência e a reprodução da família (portanto da dimensão do património fundiário), e da diferencial oferta de empregos não agrícolas, dependerá em boa parte a explicação da diversidade social e regional do fenómeno. Assim, em zonas de forte industrialização, o carácter de complementaridade da agricultura concerne um número bem mais importante de explorações (cfr. p.e. Baptista et al. 1989, Reis 1985, Novais 1990, Rodrigo 1991, Moreira 1984, Lourenço 1991) do que em zonas com fraca industrialização, como é o caso da Terra Fria. De qualquer modo, ainda que menos importante, a oferta de trabalho existe noutros sectores para além da indústria (ver anexo 1 - Quadros 4 a 10) e, por outro lado, o grande número de famílias na região que beneficiam de prestações sociais e a importância de outras fontes de rendimentos, dão ao fenómeno da articulação das famílias agrícolas com rendimentos não agrícolas uma dimensão apreciável. Assim, e no que diz respeito à articulação com os mercados de trabalho, 34.5% das famílias vendem um parte da sua força de trabalho fora da exploração agrícola, dividindo-se da seguinte forma: 29.6% aplicam a maior parte do tempo de trabalho fora da exploração e 4.9% dedicam mais de metade do trabalho disponível à exploração agrícola (ver Quadro 3). Tomando como indicador o chefe de exploração em vez do conjunto

Quadro 3 – Pluriactividade das famílias agrícolas na região da Terra Fria

% das UTA da família que trabalha na expl. agr.	Importância relativa (%)			
	Nº de expl.	Sup. agr. total	VAB total	Nº de pessoas que trab. na expl. agr.
< 50%	296	17.0	19.9	33.1
≥ 50% a < 100%	4.9	8.4	8.1	7.0
100%	655	74.6	72.0	59.9
Total das expl. familiares	100	100	100	100
Expl. não familiares	5.8	6.9	11.2	3.9

Fonte: Recenseamento Censal da Agricultura de 1979

da família, constata-se que 25.8% dos produtores tem uma actividade fora da exploração agrícola.

Considerando agora a articulação das famílias com rendimentos exteriores independentemente da sua origem (trabalho ou outros) constata-se que somente 34.6% das famílias tem rendimentos exclusivamente agrícolas, 29.1% encontrando o seu rendimento principalmente fora da exploração e 36.3% sobretudo na actividade agrícola (ver Quadro 4). Portanto, a articulação das famílias ligadas à agricultura com os mercados não agrícolas, compreende 34.5% das famílias se tomarmos somente em conta o trabalho, 65.4% se considerarmos a existência de rendimentos exteriores independentemente da sua origem.

Quadro 4 - Origem dos rendimentos das famílias agrícolas na região da *Terra Fria*

% do rendimento total da família com origem na exploração agrícola	Importância relativa (%)			
	Nº de expl.	Supagri útil	VAB total	Nº de pess. qui habi em expl. agr.
<50%	29.1	12.8	15.5	26.2
≥50% a <100%	36.3	38.6	38.1	36.7
100%	34.6	48.6	46.4	37.1
Total das expl. familiares	100	100	100	100
Expl. não familiares	5.8	6.9	11.2	3.9

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura de 1979

Podemos assim imaginar uma grande diversidade de situações segundo a diferencial integração das famílias nos mercados não agrícolas. De seguida, ir-nos-emos ocupar da apreciação da diversidade social do fenómeno na região da Terra Fria, isto é, da identificação das diferentes modalidades de articulação das famílias agrícolas com outras fontes de rendimento em função da dimensão e características das explorações. Para isso, basear-nos-emos em duas variáveis: a percentagem das UTA (Unidades de Trabalho Agrícola)¹⁹ que trabalham na exploração agrícola e a origem dos rendimentos das famílias. Pelo cruzamento destas duas variáveis definiremos várias modalidades de agricultura familiar, das quais analisaremos as 5 mais representativas (ver anexo 2).

A este nível, iremos apenas considerar na análise as explorações familiares. De facto, as explorações não familiares constituem um grupo com pouca homogeneidade no que diz respeito à dimensão, tecnologia, ou orientação cultural. Por outro lado, estas explorações estão muito pouco representadas na região, não englobando mais que 5.8% do total de explorações, ainda que, no que diz respeito à superfície total que ocupam, a sua importância suba para 32.6%,

descendo porém para 6.9% e 11.2% se considerarmos a SAU ou o VAB, respectivamente.

2.2.1 • Pluriactivos I:

Iremos considerar nesta modalidade as famílias agrícolas nas quais menos de 50% das UTA da família são dedicadas à exploração agrícola, constituindo esta actividade, no entanto, a principal fonte de rendimento do agregado doméstico. Este grupo representa 12.1% das explorações da região, 9.3% da superfície total, 10.4% do VAB e engloba 13.9% das pessoas que habitam em explorações agrícolas (ver Quadro 5).

Em 72.1% dos casos o chefe de exploração trabalha simultaneamente na exploração e fora, e em 24.9% das situações trabalha apenas na exploração agrícola. A maior parte dos chefes de família situa-se nas classes de idade de 35 - 54 anos, seguindo-se-lhe a classe dos 55 - 64 onde se enquadram 33.1% dos chefes. Em média os agregados domésticos tem 3,9 elementos, sendo a classe de 4-5 pessoas a mais representativa desta modalidade (36.1%) (ver anexo 2).

Quadro 5 – Modalidades de agricultura na região da *Terra Fria*

Modalidades de agricultura	Importância relativa (%)					Dimensão média			% do n.º de expl. por classes de idade do produtor				
	N.º de expl.	SAU (ha)	Superf. irrig.	VAB total	HEA *	SAU (ha)	N.º de TN Total	Dimen. do agreg. domést.	classes de idade do produtor				
									≤34 Anos	35≤54 Anos	55≤64 Anos	≥65 Anos	
Pluri-activos I	12.1	9.3	9.3	10.4	13.9	3.7	2.2	3.9	7.0	49.8	31.1	12.1	
Pluri-activos II	17.1	7.4	9.1	9.2	18.7	2.1	0.9	3.8	10.6	51.4	25.7	12.2	
Exclusi. agricol.	33.8	47.4	45.4	45.3	36.0	6.8	3.9	3.7	4.5	47.9	38.0	9.6	
Reformados I	20.4	22.7	23.1	21.3	17.3	5.4	2.6	2.9	1.3	14.4	17.9	66.3	
Reformados II	11.3	4.5	4.9	5.4	6.5	1.9	0.7	2.0	0.4	6.7	13.3	79.5	
Total das expl. famili.	100	100	100	100	100	4.8	2.6	3.4	4.7	37.5	27.9	29.9	
Expl. não familiares	5.8	6.9	7.5	11.2	3.9	5.8	2.5	2.2	2.2	19.6	17.3	53.8	
TOTAL						4.9	2.6	3.4	4.6	36.5	27.3	31.3	

* - Número de pessoas que habitam em explorações agrícolas

As explorações deste grupo, com médias de 4.3ha de superfície total e 3.7ha de SAU situam-se um pouco abaixo da média das explorações familiares na região. A classe de superfície total mais representativa da modalidade é a de 1 a 3 ha (36% das explorações), seguida da classe dos 3 a 5 ha (22.4% das explorações) e de 5 a 10 ha (21.3 % das explorações).

Trata-se de explorações com uma evidente orientação produtiva para o autoconsumo: o vinho, as hortícolas, a batata e o porco constituem uma grande parte do VAB total destas explorações, mas estão também presentes produções para o mercado, como o castanheiro, o centeio ou o trigo.

Estamos pois em presença de explorações de dimensão um pouco inferior, mas próxima da média das explorações familiares, as quais não possuem uma dimensão suficiente para assegurar a subsistência da

família nem a ocupação de toda a mão-de-obra familiar disponível, sendo portanto necessário o recurso ao trabalho fora da exploração agrícola.

2.2.2 · Pluriactivos II:

Incluímos nesta modalidade as explorações nas quais menos de 50% das UTA familiares são ocupadas na exploração agrícola e nas quais o rendimento global da família provém sobretudo de origens exteriores à exploração. Nesta modalidade enquadram-se 17.1% das explorações, as quais detêm 7.8% da superfície total, 7.4% da SAU, são responsáveis por 9.2% do VAB total e englobam 18.7 % das pessoas que vivem em explorações agrícolas.

São explorações com uma dimensão fundiária nitidamente inferior à do grupo precedente; em média tem uma superfície total de 2.5 ha e a maior parte enquadra-se nas classes de superfície de 0.5 a 1 ha (23.5% do total de explorações) e de 1 a 3 ha (42 % do total de explorações). A dimensão e a idade do agregado doméstico não difere muito do grupo anterior, mas a proporção dos chefes de exploração que trabalham exclusivamente na exploração é mais reduzida (14.5%).

Ao nível dos sistemas de produção parece haver também diferenças significativas em relação ao grupo anterior, nomeadamente no que diz respeito ao recurso ao tractor (a percentagem de explorações que possuem um tractor é inferior neste grupo) e aos sistemas de culturas adoptados: o peso das produções animais é inferior enquanto que as culturas hortícolas tem uma importância bastante mais marcada neste grupo. Uma dimensão mais reduzida, uma orientação destas explorações para as produções de subsistência e um menor peso das produções para o mercado, parecem ser as características diferenciadoras das explorações deste grupo em relação ao anterior.

2.2.3 · Famílias agrícolas a tempo inteiro

Constituído pelas famílias nas quais todas as unidades de trabalho disponíveis são aplicadas na exploração agrícola e nas quais o rendimento global do agregado doméstico provém exclusivamente da exploração agrícola, este grupo é o mais numeroso (33.8% do total), situação que, como já referimos, difere nitidamente das regiões do país onde a industrialização é mais importante²⁰. Estas explorações ocupam 46.6% da superfície total e 47.4% da SAU, são responsáveis por 45.3% do VAB total da região e envolvem 36 % da população agrícola.

Dispõem de uma superfície média (7.7 ha) nitidamente superior à média das explorações familiares, sendo a classe de 5 à 10 ha aquela que engloba o maior número de explorações (37.2% do total). No que diz respeito à idade e dimensão do agregado doméstico, esta modalidade não se afasta significativamente das anteriores.

Pelo contrário, relativamente aos sistemas de produção, parece haver diferenças importantes. Indicadores como o recurso ao trabalho assalariado, ou a posse de tractor, apresentam valores bastante mais elevados neste grupo. Por outro lado, no que diz respeito à orientação

produtiva, é interessante notar que o peso da componente animal, e nesta o dos bovinos de leite ou carne, é bastante mais importante, enquanto que o das culturas hortícolas se dilui.

Trata-se pois de explorações de dimensão bastante superior à média da região, as quais permitem a subsistência e a ocupação de toda a mão-de-obra da família. Convém notar que esta dimensão fundiária, bastante mais importante, não é conseguida por arrendamento mas, como nos outros casos de resto, por exploração em conta própria. Com efeito a percentagem de superfície em conta própria, de 88.1% neste grupo, é bastante elevada e não significativamente diferente dos outros grupos.

2.2.4 · Reformados I:

Sob esta designação consideramos as famílias nas quais a globalidade das UTA familiares trabalham na exploração agrícola, tendo também origem na exploração a maior parte do rendimento do agregado doméstico. Constituem 20.4% do total das explorações familiares. Com uma superfície média de 6.3 ha e um perfil de distribuição por classes de superfície semelhante ao do grupo anterior, estas explorações não diferem muito daquele grupo no que diz respeito à dimensão. Contudo relativamente à família existem diferenças nítidas: a dimensão do agregado doméstico é inferior, em mais de metade dos casos estes agregados domésticos são constituídos por uma ou duas pessoas; por outro lado, a idade do chefe de exploração é superior a 65 anos em 66.3% dos casos, enquanto que no grupo anterior esta percentagem não ultrapassava os 9.6%.

No que diz respeito à orientação produtiva das explorações, não há grandes diferenças em relação à modalidade precedente mas, pelo contrário, a percentagem de explorações que tem tractor é nitidamente inferior.

Estamos pois em presença de agregados domésticos constituídos por casais idosos ou mesmo por isolados, tendo já a maior parte ou a totalidade dos filhos saído. Conduzem ainda as suas explorações agrícolas, mas no seu rendimento global as pensões de reforma tem já um peso importante.

2.2.5 · Reformados II:

O último grupo é constituído pelas famílias nas quais todas as UTA são empregues na exploração agrícola, sendo porém o rendimento principalmente de origem exterior. Representam 11.3% das explorações, 5% da superfície total e 3% da população agrícola.

No que diz respeito às características dos agregados domésticos, a análise que fizemos para o grupo anterior é igualmente válida aqui. De facto, trata-se também de agregados domésticos de reduzida dimensão, constituídos por casais idosos ou isolados que vivem sós.

A distinção fundamental reside na dimensão fundiária das explorações agrícolas. Enquanto que no grupo anterior a dimensão média

era de 6.3ha situando-se 35.6% das explorações abaixo dos 3ha, neste grupo estes mesmos indicadores tomam os valores de respectivamente 2.5 ha e 76.3%. Assim compreende-se que, contrariamente ao que se passava no grupo anterior, a parte dos rendimentos que a exploração agrícola permite obter seja inferior aos que proporcionam as fontes exteriores. A actividade agrícola tem aqui sobretudo um carácter de complementaridade em relação às prestações sociais.

2.2.6 · Uma visão de conjunto

A análise precedente permitiu-nos identificar dois grandes grupos dentro das explorações agrícolas familiares: por um lado as famílias cuja actividade na exploração agrícola garante, por si só, a sua subsistência (33.8%); por outro, as famílias que se articulam com outras fontes de rendimento (60.9%). Neste segundo grupo, mais heterogéneo, uma primeira distinção pode ser feita entre as famílias cujos rendimentos exteriores provêm da venda da força de trabalho da família - *pluriactivos*, na tipologia anterior - (29.2%), e aquelas cujos rendimentos exteriores tem origem noutras fontes que não a venda de força de trabalho (sobretudo prestações sociais) - *reformados*, na tipologia anterior - (31.7%). Em ambos estes dois últimos grupos, podemos ainda distinguir dois subgrupos, segundo a forma como se compõe o orçamento global do agregado doméstico: principalmente com rendimentos obtidos na exploração, ou principalmente com rendimentos exteriores.²¹

Poderá esta tipologia das modalidades de agricultura, em função da diferencial articulação das famílias agrícolas com os mercados exteriores do trabalho e rendimentos, encontrar uma fundamentação na estrutura da sociedade rural ? O património fundiário detido, terá algum papel determinante sobre as diferentes estratégias das famílias?

As primeiras conclusões que pudemos extrair desta análise levam-nos a defender a hipótese afirmativa. No entanto, as diferenças de património não podem explicar por si só toda a diversidade observada. De facto, esta variável não permite explicar que as diferentes estratégias das famílias incluídas nas três primeiras modalidades (*pluriactivos* I, *pluriactivos* II e famílias exclusivamente agrícolas) sejam nitidamente mais diversificadas que aquelas das duas últimas modalidades (*Reformados* I e II). Entre as três primeiras modalidades o montante de património explica em grande partes as diferentes estratégias: a última modalidade (famílias exclusivamente agrícolas) é apenas acessível às famílias cuja dimensão fundiária lhes permita subsistir exclusivamente da exploração agrícola, enquanto que os outros são obrigados a encontrar fontes complementares de rendimento. Mas, pelo contrário, nas duas modalidades que designámos por *reformados* I e II, uma vez que encontrámos também aqui dimensões fundiárias nitidamente diferentes, e admitindo que o número de *reformados* de actividades não agrícolas é reduzido e se distribui igualmente pelas duas modalidades, portanto que a maior parte destas famílias tiveram como actividade, ao longo da sua vida, apenas a agricultura, é necessário encontrar outras

explicações para a não verificação a este nível da mesma diversidade que nos outros grupos.

Considerando que entre as três primeiras modalidades e as duas últimas (reformados I e II) existe uma diferença nítida de idades, a distinção entre eles residirá simplesmente num *efeito de idade* (casais em fim de vida activa, sem sucessor na exploração, tendo já os filhos saído e que, chegados à idade da reforma, começam a beneficiar das prestações sociais), ou existirá igualmente um *efeito de geração*? ²² isto é: a pluriactividade tocará sobretudo as novas gerações porque as condições sócio-económicas nas quais as famílias se inserem se modificaram? Serão igualmente estes factores que determinam que muitas explorações se encontrem sem sucessor, originando o elevado número de explorações conduzidas por idosos? No caso afirmativo, é provável que mesmo os filhos casados que residam e trabalhem no exterior, possam participar na actividade agrícola das explorações dos seus pais. Isto justificaria a alta proporção de agregados domésticos constituídos por uma ou duas pessoas idosas que, sem o recurso a mão-de-obra assalariada, apresentam indicadores de produtividade, como o VAB/ha de SAU, não inferiores aos das outras explorações familiares.

A evolução económica ao longo dos últimos anos leva-nos a reter como verdadeira a hipótese segundo a qual a heterogeneidade dos modos de reprodução das famílias agrícolas se deve em grande parte à existência dum efeito de geração. De facto, como vimos já no início deste capítulo, a autarcia da sociedade rural terá sido rompida sobretudo após a II Guerra Mundial. Assim, as transformações económicas globais, nomeadamente no mercado de emprego, terão afectado sobretudo as novas gerações. No grupo dos *reformados*, pelo contrário, tendo já na sua maioria uma idade superior a 65 anos, as possibilidades de terem vendido a sua força de trabalho noutros sectores para além da agricultura, teriam sido reduzidas.

No que diz respeito à distinção dentro dos *reformados*, embora a exploração que fizemos dos dados estatísticos possa ser demasiadamente redutora da complexidade social, ela deixa-nos perceber contudo uma separação nítida entre os detentores dos médios e grandes patrimónios e os pequenos ou muito pequenos proprietários. Relativamente aos primeiros a exploração agrícola permite obter um rendimento superior aquele que provem das pensões de reforma; pelo contrário relativamente aos segundos, a actividade agrícola tem apenas um carácter de complementaridade. Nos capítulos seguintes retomaremos este aspecto, procurando encontrar as relações entre a diferenciação social no momento presente e a hierarquia social na sociedade rural tradicional.

Analisemos agora os grupos constituídos pelas famílias mais jovens: que factores são determinantes na distinção entre as opções que tomaram as famílias pluriactivas e aquelas que obtêm a sua subsistência exclusivamente a partir da exploração agrícola. Naturalmente que a oferta de empregos não agrícolas é um factor limitativo da expansão da pluriactividade, no entanto ele não pode explicar totalmente as diferentes estratégias. Vimos que a idade não era significativamente

diferente entre estas três modalidades de agricultura familiar, mas que, pelo contrário, a dimensão fundiária era nitidamente superior no grupo das famílias exclusivamente agrícolas, e julgamos ser este aspecto que explica as diferentes opções. De facto, dispor de uma dimensão fundiária mínima, de modo a permitir a subsistência e a reprodução da família, é uma condição indispensável para que a família possa dedicar todo o seu tempo de trabalho à exploração agrícola. Caso contrário, será necessário encontrar outras fontes de rendimento, vendendo a força de trabalho ao exterior, ou então emigrar, para que seja possível assegurar as condições de subsistência da família.

Existe contudo uma barreira entre a condição de agricultor a pleno tempo e a de pluriactivo. De facto, na região não existe industrialização difusa em meio rural e a oferta de trabalho noutros sectores faz-se normalmente em meio urbano. Nestas condições, um emprego urbano implica que todo o agregado doméstico mude a sua residência, ou então que o(s) membro(s) com emprego no exterior se desloque diariamente para a cidade. Atendendo a que, para uma grande parte das aldeias, os transportes não são fáceis (são caros e não são rápidos), a transição de uma condição à outra não é contínua.

Resulta portanto que uma dimensão mínima de património fundiário é determinante na escolha do estatuto de agricultor a tempo inteiro. É também o património que separa os dois subgrupos de pluriactivos, ainda que não de forma tão nítida como a que se verificava relativamente aos *reformados*. De facto os empregos não agrícolas podem ter remunerações significativamente diferentes²³, o que evidentemente tem influência sobre a relação rendimentos exteriores/rendimentos da exploração agrícola. De qualquer modo, podemos dizer que o segundo subgrupo (pluriactivos II) é constituído sobretudo pelas famílias detentoras de pequenos ou muito pequenos patrimónios fundiários e, deste modo, estes encontrarão nas actividades assalariadas rendimentos mais importantes do que aqueles que a exploração agrícola lhes permite obter. De resto, a orientação produtiva destas explorações vai mais no sentido das produções de subsistência, sendo portanto, devido à sua reduzida dimensão, fracas as suas relações com o mercado. São sobretudo as necessidades de autoconsumo da família que determinam a orientação produtiva e a lógica de funcionamento destas explorações.

2.3 · O imobilismo fundiário

De que forma as estruturas de produção agrícola evoluíram nos últimos anos ? Terá o aumento relativo dos custos de produção na região, relativamente às zonas mais favorecidas, conjugado com o êxodo rural, conduzido ao desenvolvimento de explorações agrícolas de maior dimensão e de carácter extensivo ?

Tentaremos ao longo desta secção responder a estas questões através da análise da evolução de quatro indicadores: a dimensão das explorações, a sua fragmentação, a forma de exploração e o tipo de exploração.

Antes de começar a análise, são porém necessárias algumas considerações preliminares. No que diz respeito às fontes estatísticas disponíveis (Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1954 e 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979), a comparação fica fortemente limitada pelas diferentes definições e apresentações dos dados utilizadas nos três inquéritos. De facto, o Inquérito de 1954 fornece apenas a estratificação das explorações por *classes de extensão da cultura arvense* enquanto que, em 1968, o critério de estratificação era o da superfície total das explorações e, em 1979, a superfície agro-florestal^{24 25}

No que diz respeito à apresentação dos dados nos três inquéritos, a análise ao nível do Concelho em termos de estratos de dimensão das explorações, não é possível relativamente a muitos indicadores uma vez que, frequentemente, não estão disponíveis a este nível, sendo então necessário recorrer à análise ao nível do Distrito.

Por fim convém notar que as categorias estatísticas de que dispomos se referem à unidade *exploração agrícola* (ver definição no anexo 2) e não à unidade propriedade. Assim as conclusões sobre a evolução da estrutura de dimensão das explorações agrícolas, apenas nos podem elucidar indirectamente sobre a evolução das estruturas da propriedade fundiária, tendo em conta a evolução das formas de exploração.

2.3.1 · Dimensão

Expostas as limitações da análise, vamos agora tentar extrair algumas conclusões pela comparação dos dados dos três inquéritos. No que diz respeito à distribuição do número de explorações por classes de área, parece haver uma grande coerência entre os valores dos inquéritos de 1954 e 1979, pelo contrário o inquérito de 1968 apresenta uma distribuição que se afasta muito daquela que é sugerida pelos outros dois (possivelmente devido aos critérios utilizados na definição das classes), a qual dificilmente pode ser admitida como correspondendo à realidade (ver anexo 3 - Figura 1 e 2 e Quadro 1).

Eliminando da análise o inquérito de 1968, pela incoerência que manifesta relativamente aos outros, e considerando portanto apenas os inquéritos de 1954 e 79, podemos ver que na região da Terra Fria é clara a diminuição do estrato das médias explorações (de 5 a 20 ha). Esta diminuição no estrato médio parece resultar de um fenómeno de dupla polarização, isto é; do aumento simultâneo do peso das pequenas e muito pequenas explorações (menos de 1 ha e de 1 a 5 ha, respectivamente) e das grandes explorações (mais de 50 ha), (ver figura 1 e anexo 3 - Quadro 1). Contudo, esta conclusão é mais segura relativamente às pequenas explorações. De facto, como as grandes explorações florestais fazem parte do universo inquirido em 1979, e não tinham sido consideradas nos inquéritos anteriores, é provável que, por este facto, o peso das grandes explorações venha sobrevalorizado em 1979.

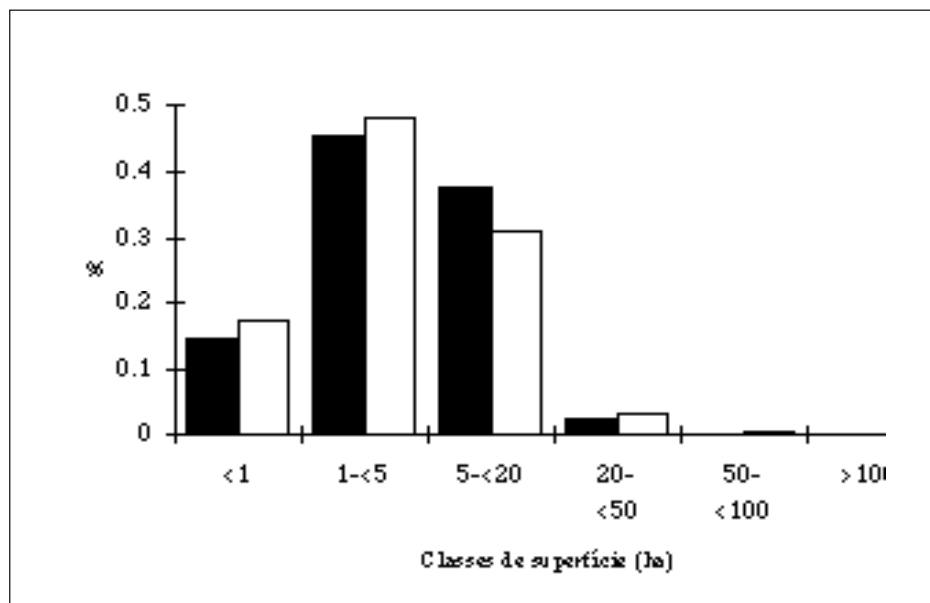


Figura 1 - Número de explorações por classes de área na região da Terra Fria

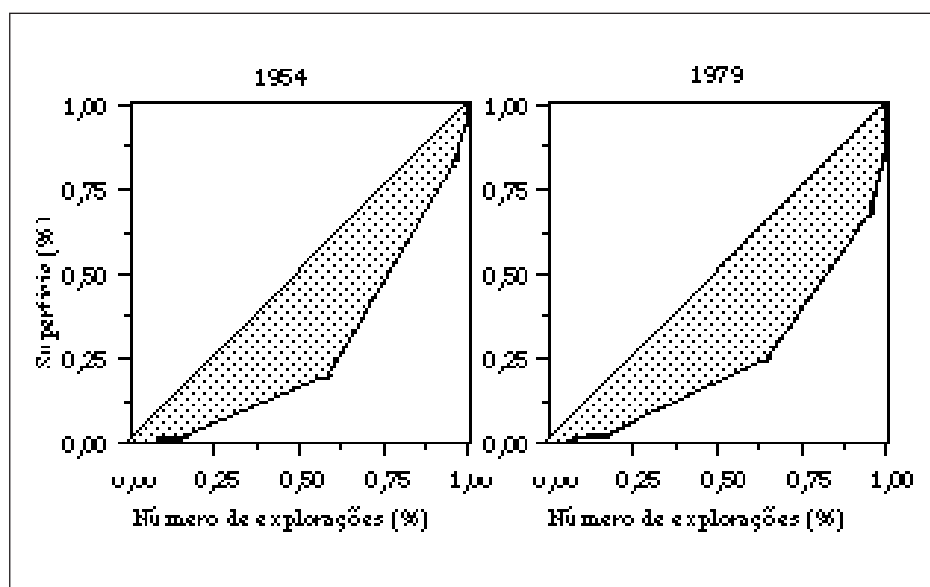


Figura 2 - Estrutura das Explorações agrícolas na região da Terra Fria: Curvas de Lorentz.

As curvas de Lorentz reflectem também este ligeiro aumento da concentração da estrutura das explorações de 1954 a 1979 (ver figura 2), como aliás o índice de Gini que sobe de 0.21 em 1954 para 0.46 em 1979. Mas a análise de índices globais de concentração, pode esconder a verdadeira dimensão das transformações verificadas, da qual os aspectos mais significativos são talvez a diminuição do peso das médias explorações, à custa de uma dupla polarização na base e no topo dos estratos de dimensão das unidades de produção agrícola, mais consistente no entanto na base. Apesar das reservas que esta análise nos suscita, considerando as limitações das fontes estatísticas, cremos ser esta a conclusão mais importante a reter da evolução das estruturas das explorações agrícolas no que respeita à sua dimensão.

2.3.2 · Fragmentação

Em termos globais, a fragmentação das explorações agrícolas não sofreu modificações substanciais ao longo dos últimos anos; a superfície média por bloco e o número de blocos por exploração (ver quadro 6) mantiveram-se praticamente sem alteração de 1968 a 1979. Pelo contrário, no que diz respeito aos diferentes estratos de dimensão, parece haver um movimento em sentido inverso entre as pequenas e grandes explorações: a fragmentação diminuiu nas grandes explorações e aumentou nas pequenas e médias.

A evolução do número de explorações com 1, 2 a 6 e mais de 6 blocos no Distrito de Bragança (ver anexo 3 - Quadro 3),²⁶ também não demonstra uma modificação significativa na fragmentação das explorações.

Portanto podemos afirmar que a evolução no que diz respeito à fragmentação das explorações, manifesta uma grande estabilidade na região da Terra Fria.

Quadro 6 - Superfície por bloco e número de blocos por exploração, segundo a dimensão das explorações

Classes de Superfície	Terra Fria					
	1968			1979		
	Número de Parcelas	Sup./ (ha) Parcela	Parcel./ expl.	Número	Sup./ Parcela	Parcel./ expl.
< 20 ha	86155	0.4	13.4	129905	0.3	15.6
> 20 ha	24243	0.5	47.9	13546	1.3	42.6
Total	110398	0.4	16.0	143451	0.4	16.6

Fonte : INE : Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1968
Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

2.3.3 · Formas de exploração

Relativamente às formas de exploração, a hipótese da estabilidade parece ser também a mais segura. De facto, a diminuição do número de explorações em conta própria e em formas de exploração mistas, sugerida pela comparação dos valores dos inquéritos de 1954 e 68 com os de 1979 (ver Quadro 7), não é confirmada no que diz respeito à superfície, onde se manifesta uma tendência em sentido inverso, tanto no que diz respeito às pequenas como às grandes explorações. Estes mesmos valores relativos ao Distrito de Bragança (ver anexo 3 - Quadro 4) mostram um aumento das explorações por conta própria tanto no que diz respeito à superfície como ao número de explorações e em relação a quase todos os estratos de dimensão. Pelo contrário, a diminuição das explorações em arrendamento e parceria de 1954 a 1968, mas sobretudo de 1968 a 1979, é evidente.

Atendendo a que a importância das superfícies em arrendamento e mistas é muito reduzida nas explorações com dimensão superior a 20 ha, podemos, relativamente a este estrato, estabelecer uma analogia entre a estrutura das explorações agrícolas e a da propriedade fundiária. Pelo contrário, relativamente às pequenas e médias explorações, não podemos fazer o mesmo, uma vez que o peso das superfícies em formas de exploração mistas atinge valores consideráveis nessas explorações.

2.3.4 · Tipos de exploração

Apesar de a definição de exploração patronal não ser inteiramente coincidente entre o inquérito de 1954 e os seguintes, a predominância das explorações do tipo familiar e a tendência para a redução do número de explorações patronais, é evidente no conjunto dos três inquéritos (ver Quadro 8). A uma ligeira redução evidenciada de 1954 para 1968, segue-se uma forte redução de 1968 para 1979, mais evidente nas grandes explorações, onde o peso das unidades patronais era maior.

O forte êxodo rural verificado durante os anos 60 é sem dúvida o factor que mais contribuiu para esta evolução. Reduzindo a mão-de-obra rural e aumentando o seu custo, o êxodo populacional tornou inviáveis as grandes explorações do tipo patronal baseadas na grande disponibilidade de mão-de-obra rural, obrigando-as assim a refugiar-se nas disponibilidades familiares de mão-de-obra.

A consolidação da predominância da exploração agrícola do tipo familiar na região é, portanto, a nota mais evidente da evolução no decurso dos últimos anos.

Como conclusão geral desta secção, podemos dizer que a evolução da estrutura das explorações agrícolas se caracterizou nos últimos anos, mais que por um imobilismo, por uma evolução em sentido inverso àquele que seria de esperar das análises neoclássicas ou marxistas. O modelo de exploração agrícola de tipo capitalista, bem dimensionada para fazer face ao aumento relativo dos custos de produção, não se desenvolveu. Pelo contrário, o número de explorações do tipo patronal diminui, o parcelamento mantém-se ou mesmo aumenta ligeiramente

e a estrutura da dimensão das explorações agrícolas polariza-se, ainda que ligeiramente, pelo aumento do peso das grandes explorações e, muito mais seguramente, das pequenas.

Quadro 7 - Formas de exploração em percentagem do número e da superfície das explorações por classes de área, na região da Terra Fria

Classes de Superfície	Número								
	1954			1968			1979		
	CP	Mistas	Arrend	CP	Mistas	Arrend	CP	Mistas	Arrend
<20 ha				70.4%	26.0%	3.6%	53.7%	45.3%	1.0%
>20 ha				80.4%	16.9%	2.8%	56.4%	41.9%	1.7%
Total	69.8%	26.0%	4.1%	71.2%	25.3%	3.5%	54.2%	44.7%	1.1%
Classes de Superfície	Superfície								
	1954			1968			1979		
	CP	Mistas	Arrend	CP	Mistas	Arrend	CP	Mistas	Arrend
<20 ha				70.4%	27.9%	1.8%	70.3%	29.0%	0.7%
>20 ha				80.8%	15.8%	3.4%	91.1%	8.3%	0.6%
Total				73.6%	24.1%	2.3%	79.0%	20.4%	0.6%

Fonte : INE - Inquéritos às Explorações Agrícolas do Continente de 1954 e 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

Quadro 8 - Tipos de exploração por classes de área

Classes de Superfície	Terra Fria											
	1934				1968				1979			
	Terra livres		pastorais		Terra livres		pastorais		Terra livres		pastorais	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
<20 ha					3970	92.9%	433	7.1%	7906	94.3%	433	3.2%
>20 ha					410	30.6%	90	19.4%	236	33.6%	33	11.4%
Total	3200	90.4%	372	9.6%	6080	92.0%	334	3.0%	3162	94.6%	466	3.4%

Fonte : INE - Inquéritos às Explorações Agrícolas do Continente de 1934 e 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

Capítulo III

Modos de reprodução e estrutura social

Baseando-nos na diferente situação das famílias face ao património (material, humano e simbólico), portanto na diferente posição que elas ocupam na hierarquia social, tentaremos neste capítulo identificar os diferentes modos de reprodução das famílias na sociedade rural tradicional, para, de seguida, analisando a sua evolução face às transformações económicas e sociais da região e da formação social portuguesa, procurar compreender o papel do património fundiário nas novas condições de reprodução das famílias e, por este meio, explicar a evolução das estruturas fundiárias.

Subjacente a esta análise, está a hipótese de que, num contexto social determinado, o património determina em grande medida as diferentes estratégias de reprodução postas em prática pelas famílias.

3.1 · A estrutura social na sociedade rural tradicional

Vários estudos monográficos descrevem a hierarquia social da sociedade rural tradicional, na região norte de Trás-os-Montes, como sendo constituída por três grupos fundamentais: *proprietários*, *lavradores* e *jornaleiros*²⁷.

Esta hierarquização social é perfeitamente interiorizada na sociedade rural (O'Neill, 1984: 100); aliás estas designações, são mesmo utilizadas nos documentos oficiais (nos registos paroquiais por exemplo)

para designar as profissões dos indivíduos. Ainda que existam casos de transição e que se verifiquem movimentos de ascensão ou de decadência, as divisões são bastante evidentes para que numa determinada aldeia seja possível, sem dificuldade, identificar as famílias pertencentes a cada um dos grupos sociais. (Descamps, 1935: 25)

O'Neill (1984), num estudo antropológico, rigoroso e detalhado, que fez numa comunidade rural não muito longe daquela que estamos a estudar, descrevia a sociedade rural tradicional como sendo constituída por estes três grupos sociais fundamentais: *proprietários*, *lavradores* e *jornaleiros*. A sua distinção tem sobretudo origem na dimensão do património fundiário. Assim, os jornaleiros não possuíam terra, ou possuíam muito pouca e sobreviviam trabalhando à jorna. Os lavradores, possuíam já uma dimensão fundiária que lhes permitia subsistir trabalhando as suas próprias terras ou tomando algumas de renda. A posse de pelo menos uma junta de vacas, elemento estratégico na exploração tradicional da terra que assegurava a autonomia em termos de tracção, é também um elemento característico deste grupo social e que marca uma distinção clara relativamente aos jornaleiros. Portanto, uma família de lavradores, assegurava a sua subsistência e empregava a sua força de trabalho na sua exploração agrícola. Os proprietários, para além de possuírem uma dimensão fundiária nitidamente superior à dos lavradores, caracterizavam-se também por possuírem ao seu serviço *criados*, serviçais que habitavam e trabalhavam nas casas dos proprietários com carácter permanente.

Mas, a distinção entre a grupo dos proprietários e os outros, não residiria exclusivamente em factores materiais; determinados aspectos de ordem simbólica constituíam também elemento de diferenciação: a detenção de determinados poderes políticos, influência administrativa, e outros, bem como o prestígio social transmitido de geração em geração.

O'Neill, identifica ainda um grupo intermédio entre os lavradores e os proprietários: os lavradores abastados. Contrariamente aos lavradores, os lavradores abastados não recorriam ao arrendamento de terras, pelo contrário, nalguns casos, eles cediam ainda terras em arrendamento. Trata-se portanto de famílias autosuficientes: cultivam a sua própria terra.

P.Descamps (1935: 25), numa série de monografias realizadas em Portugal de 1930 a 1934, descrevia para a parte norte de Trás-os-Montes uma estrutura social igualmente composta por três “grandes classes”: *proprietários*, *lavradores* e *cabaneiros*. No primeiro grupo “trata-se de proprietários enriquecidos, a maior parte absentistas e que consagram a sua actividade a um negócio comercial ou industrial ou a uma profissão liberal”.

Os *lavradores* “ocupam uma casa com as dependências agrícolas necessárias e cultivam uma verdadeira exploração, enquanto que os segundos (cabaneiros) ocupam apenas uma cabana, por vezes com alguma terra.”

“Os lavradores dividem-se em três classes: aqueles que tem

mais terras do que aquelas que podem cultivar, aqueles que se bastam em terras; enfim os caseiros que alugam terras.”

Estas duas descrições, ainda que não completamente coincidentes, revelam, mesmo assim, uma estrutura social caracterizada por três grupos fundamentais facilmente identificáveis: os *proprietários*, detentores de grandes patrimónios fundiários (mais que suficientes para assegurar a reprodução de uma família), que exploram directamente com o recurso a *criados*, ou dando-os a explorar a *caseiros*²⁸, e com um capital humano e simbólico importante; os *lavradores*, possuindo uma dimensão fundiária variável, desde a situação em que são autosuficientes ou em que têm mais terra do que aquela que podem cultivar, até à situação em que necessitam tomar em arrendamento uma grande parte das terras que cultivam, mas em todos os casos subsistindo da sua própria exploração; e finalmente os *jornaleiros*, sem terra ou possuindo muito pouca, subsistem sobretudo da venda da sua força de trabalho.

3.2 · Modos de reprodução das famílias e estrutura social

Como vimos, a propriedade da terra é a principal fonte de desigualdades sociais mas não é, no entanto, o único elemento a estruturar a hierarquia social: o capital humano e simbólico constituem também factores de diferenciação. A manutenção da posição social das famílias implica assim estratégias diferentes segundo os grupos sociais e portanto modos de reprodução distintos. São estes aspectos que tentaremos esclarecer de seguida.

3.2.1 · O conflito estrutural base da reprodução da sociedade rural: Igualdade entre herdeiros e conservação da posição patrimonial na descendência

Antes de particularizar para cada um dos grupos sociais as estratégias específicas, que nos permitiram identificar os diferentes modos de reprodução, propomo-nos analisar os mecanismos de base comuns a proprietários e lavradores, os quais dizem respeito à manutenção da posição patrimonial ao longo das gerações, forma de garantir a reprodução da sua posição na hierarquia social.

Os modos de reprodução destes dois grupos sociais são marcados por um conflito entre dois objectivos contraditórios: por um lado a perenização do património, por outro a “regra rígida da herança *post-mortem*” (O’Neill, 1984: 224) que implica igualdade de direitos de todos os herdeiros sobre o património. De facto, o recurso aos dispositivos legais da doação ou testamento²⁹, de forma a privilegiar um dos herdeiros, é muito mal aceite socialmente, raramente havendo recurso a ele, salvo nos casos de indivíduos sem descendentes. (cfr. O’Neill, 1984: 354-6)

A este propósito Bourdieu escreve: “a toda a família camponesa se propõe dois fins contraditórios, a salvaguarda da integralidade do património e o respeito pela igualdade de direitos entre os filhos. A

importância relativa que é dada a cada um destes dois fins varia segundo as sociedades, bem como os métodos empregues para os atingir” (1962: 58). Segundo O’Neill (1984: 204), na sociedade rural da região que analisamos, a resolução tende a fazer-se em favor da manutenção de um património indiviso através do tempo. É da identificação dos “métodos empregues para os atingir”, que nos ocuparemos de seguida.

Uma vez que não existe unigenitura ou primogenitura institucionalizadas, e sendo mesmo condenáveis socialmente as práticas que favorecem legalmente um dos herdeiros, um dos mecanismos de evitar a dispersão do património é a *unigenitura indirecta* (O’Neill, 1984: 361). Este mecanismo, descrito por vários autores, consiste em escolher um herdeiro favorecido, normalmente o primeiro a casar, que toma a responsabilidade de administrar a exploração agrícola. Esta escolha constitui, só por si, uma forma de pressão indirecta sobre os outros herdeiros, levando-os a manterem-se solteiros, a casar fora ou a emigrar.

Willems (1962) refere que nas famílias camponesas do Minho e de Trás-os-Montes “o casamento é apenas permitido a um dos filhos, normalmente o mais velho. Para que a família se mantenha pequena, o pai tende a adiar tal decisão enquanto for possível. O filho que casa herda a propriedade dos pais indivisa, mas espera-se dele que assuma a responsabilidade pelos seus irmãos solteiros os quais serão coparticipantes nos privilégios e nos deveres da sua casa”.

Jorge Dias (1981: 80) descreve, também para uma comunidade rural da região, este mecanismo de casamento tardio de apenas um dos herdeiros, mantendo-se os outros solteiros, de forma a preservar a integridade do património da família e a assegurar força de trabalho abundante, necessária para os trabalhos agrícolas.

Descamps, também numa monografia de uma comunidade da região, explica que “a partilha existe em princípio, mas os agricultores que conseguiram constituir uma propriedade largamente suficiente para a família, procuram evitar o desmembramento favorecendo um herdeiro. Parece que antigamente os outros filhos ficavam solteiros, mas hoje sendo as comunicações menos difíceis, preferem ir para a cidade ou para o estrangeiro” (1935: 51).

Estes mecanismos de reprodução das famílias, conduzem a estruturas dos agregados domésticos múltiplas, onde casais de gerações diferentes e irmãos solteiros podem coabitar sob o mesmo tecto. Rowland, fazendo uma análise a nível nacional com base nos dados do Recenseamento Geral da População de 1960, confirma a diversidade geográfica que podemos inferir dos trabalhos monográficos: “Quanto maior for a proporção de camponeses (membros não assalariados da população activa agrícola) na população activa, maior é a proporção de grupos domésticos múltiplos e menor a dos grupos domésticos simples ou famílias nucleares.” (1984: 17)³⁰

O mecanismo da escolha de um herdeiro favorecido não implica uma perda dos direitos sobre a herança dos outros filhos; de facto, o perigo de os herdeiros desfavorecidos reivindicarem uma parte da

herança está sempre presente. Para o evitar, os instrumentos de controle são por um lado a regra rígida da herança *post-mortem* e por outro o casamento: estando escolhido, de forma informal, e casado o herdeiro favorecido que no futuro vai dirigir o grupo doméstico e a propriedade, os pais guardam contudo até ao fim o poder e, a partir desse momento, as estratégias tanto dos pais como do filho eleito, consistem principalmente em evitar que os outros filhos se casem e se estabeleçam na aldeia. De facto, cada casamento traz consigo o perigo de uma nova descendência e assim da divisão do património.

Em regra, quando o momento da partilha chega, a posição social dos outros herdeiros está já definida: ou estão solteiros, ou emigraram, ou então casaram e ficaram a residir na aldeia. A estratégia do herdeiro favorecido consiste em retardar o mais possível a partilha e, se esta é inevitável, em comprar as partes dos co-herdeiros de forma a consolidar o património global. (O'Neill, 1984: 363)

Outra forma de assegurar a manutenção de uma dimensão patrimonial na descendência que evite a descida na hierarquia social, manifesta-se através de uma forte endogamia social. São inclusivamente frequentes, as trocas recíprocas de herdeiros entre famílias de semelhante posição social.³¹ Frequentemente esta endogamia verificava-se também no interior da linhagem, isto é, contratos matrimoniais eram estabelecidos entre aparentados.

Este mecanismo de preservação da posição social, envolvendo famílias de semelhante dimensão patrimonial, é facilitado pela estrutura da propriedade, fortemente fragmentada, a qual permite uma grande flexibilidade na divisão e recombinação dos patrimónios fundiários. “Explorações fragmentadas podem ser facilmente combinadas por casamento de forma a formar novas explorações de maior dimensão.” (Bentley, 1986: 17).

De facto, o fundiário de uma exploração agrícola é composto por um certo número de elementos *agro-ecológicos* (ver capítulo 4 secção 4.1), podendo haver dentro de cada um deles um grande número de parcelas, sem que isso se repercuta de forma negativa nos custos de produção. Nesta região, a manutenção da família territorializada sobre um determinado domínio, ligado à linhagem, não é importante. O que importa é garantir “a posição da família, pois é difícil encontrar um verdadeiro domínio: um grande proprietário possui apenas, como os outros, parcelas dissiminasadas, mas em maior número.” (Descamps, 1935: 53). O'Neill refere também que não se verifica uma ligação formal entre a casa e a terra, esta passa de indivíduo a indivíduo e não se constitui qualquer tipo de propriedade colectiva e indivisível (1984: 364).

O casamento joga portanto um papel chave na resolução do conflito estrutural base da reprodução da sociedade rural. Por um lado, ele é central na escolha de herdeiro favorecido, de forma informal, que se casa e assegura a sucessão, sendo os outros filhos pressionados a manterem-se solteiros para evitar a dispersão do património. Por outro lado, e complementarmente, por uma forte endogamia social do casamento, permite posteriores reorganizações patrimoniais evitando que

as novas famílias desçam na hierarquia social. O casamento tem pois um papel central na reprodução dos grupos e das desigualdades sociais.

3.2.2 · Os modos de reprodução na sociedade rural tradicional

Descrevemos os aspectos fundamentais dos conflitos e interesses em torno da terra, bem como as estratégias das famílias cuja finalidade é a preservação da unicidade do património. Sendo a terra um elemento central na determinação das estratégias de reprodução, estas são no fundamental comuns aos grupos sociais que nela estão interessados; ou seja, àqueles para os quais a propriedade da terra assume um papel fundamental na sua reprodução. Estes mecanismos de base são portanto comuns a proprietários e lavradores. Contudo, como já referimos, a dimensão do património fundiário não é o único elemento a diferenciar os grupos sociais: o capital humano e simbólico são igualmente elementos de diferenciação e é o conjunto que modela as diferentes estratégias de reprodução.

Assim, no grupo social dos proprietários, para além do aspecto material de evitar a dispersão do património fundiário, interessa também garantir a transmissão de um capital simbólico, assegurar a continuidade do prestígio social da família, preservando uma posição social elevada e conceituada. (cfr. O'Neill, 1984: 230)

Isso pode ser conseguido fundamentalmente por duas vias: através do investimento em capital humano, na educação dos filhos; ou então por meio de um casamento de prestígio. Portanto, o casamento no grupo social dos proprietários, não serve simplesmente para manter a posição patrimonial na sucessão da família, mas ele deve igualmente proporcionar um capital simbólico importante, prestígio social, posição ou influência política, administrativa ou religiosa.

No grupo social dos lavradores, e sobretudo nos menos abastados, a importância de evitar a dispersão do património é ainda maior do que no caso dos proprietários, uma vez que, sendo menor a dimensão fundiária, a sua divisão implica um muito maior risco de cada uma das partes resultantes dessa divisão não ser suficiente para assegurar a sobrevivência de uma família e, nestas condições, o risco de descer na escala social para a condição de jornaleiro está sempre presente.

Um outro factor determinante da distinção dos modos de reprodução de proprietários e lavradores, é o tipo de força de trabalho empregue na exploração agrícola. Como já vimos, os proprietários tem ao seu serviço um grande número de criados, ou então entregam o cultivo das suas terras a caseiros. Os lavradores, pelo contrário, dispõe apenas da força de trabalho da família para fazer face às necessidades dos trabalhos agrícolas. Este aspecto introduz ainda um novo elemento de diferenciação na reprodução das famílias de lavradores; de facto, é necessário assegurar a existência de mão-de-obra abundante na exploração agrícola e, portanto, uma descendência numerosa e o maior número possível de filhos solteiros residindo na casa paterna. Isto vem multiplicar os riscos de alguns dos herdeiros virem a reivindicar no

futuro os seus direitos sobre o fundiário, ainda que, se todos o fizerem, a sua reprodução enquanto lavradores fique seriamente comprometida.

Ainda no que diz respeito às disponibilidades de força de trabalho, o casamento joga um papel importante, constituindo também este aspecto um factor de diferenciação das estratégias de reprodução de proprietários e lavradores. Assim, o casamento do filho que vai assegurar a sucessão numa família de lavradores, para além dos objectivos patrimoniais, deve sobretudo trazer ao grupo doméstico um cônjuge com boas qualidades de trabalho e capaz de assegurar uma descendência numerosa.

No grupo dos jornaleiros, a não existência de um património a transmitir, introduz diferenças significativas relativamente aos grupos anteriores. O matrimónio, instrumento fundamental de regulação da transmissão do património nos grupos anteriores, não assume aqui essas funções. É, por isso, frequente neste grupo social a coabitação fora do matrimónio e um número de filhos ilegítimos elevado. Os descendentes mantêm-se pouco tempo na casa natal, forçados a procurar a subsistência como jornaleiros ou criados, por vezes longe da aldeia de origem.

Fazendo uma análise a nível nacional, Willens (1962: 78) conclui que em “contraste com a família camponesa, fortemente integrada, a família do proletariado (...) rural tem uma estrutura frouxa e relativamente instável, e uma forte tendência para a anomia.”

É portanto possível identificar modos de reprodução nitidamente distintos, correspondendo aos três principais grupos sociais: proprietários lavradores e jornaleiros.

Para os primeiros podemos resumir da seguinte forma as principais características do seu modo de reprodução: transmissão de um património cultural importante aos descendentes, selecção de um herdeiro favorecido que faz normalmente um matrimónio de prestígio, mantendo-se os outros irmãos solteiros ou então casando-se mais tarde (mas nesse caso já não será um matrimónio de prestígio), descendentes pouco numerosos e grupos domésticos com um elevado número de criados.

Os lavradores tem um modo de reprodução caracterizado por “grandes grupos domésticos com muitos filhos de um só casal, ausência de criados, poucos matrimónios de prestígio, e um certo controlo de herdeiros através da separação entre um favorecido que casa cedo e vários herdeiros secundários que não se casam, ou o fazem tarde.” (O'Neill, 1984: 251)

Enfim os jornaleiros tem como características principais as seguintes: grupos domésticos “pequenos, com uma estrutura nuclear ou matrifocal com poucos irmãos celibatários co-residentes, raros casos de estruturas de tipo *famille souche* com dois casais, inexistência de criados, um elevado índice de coabitação fora do matrimónio e altas proporções de filhos ilegítimos.” (O'Neill, 1984: 272)

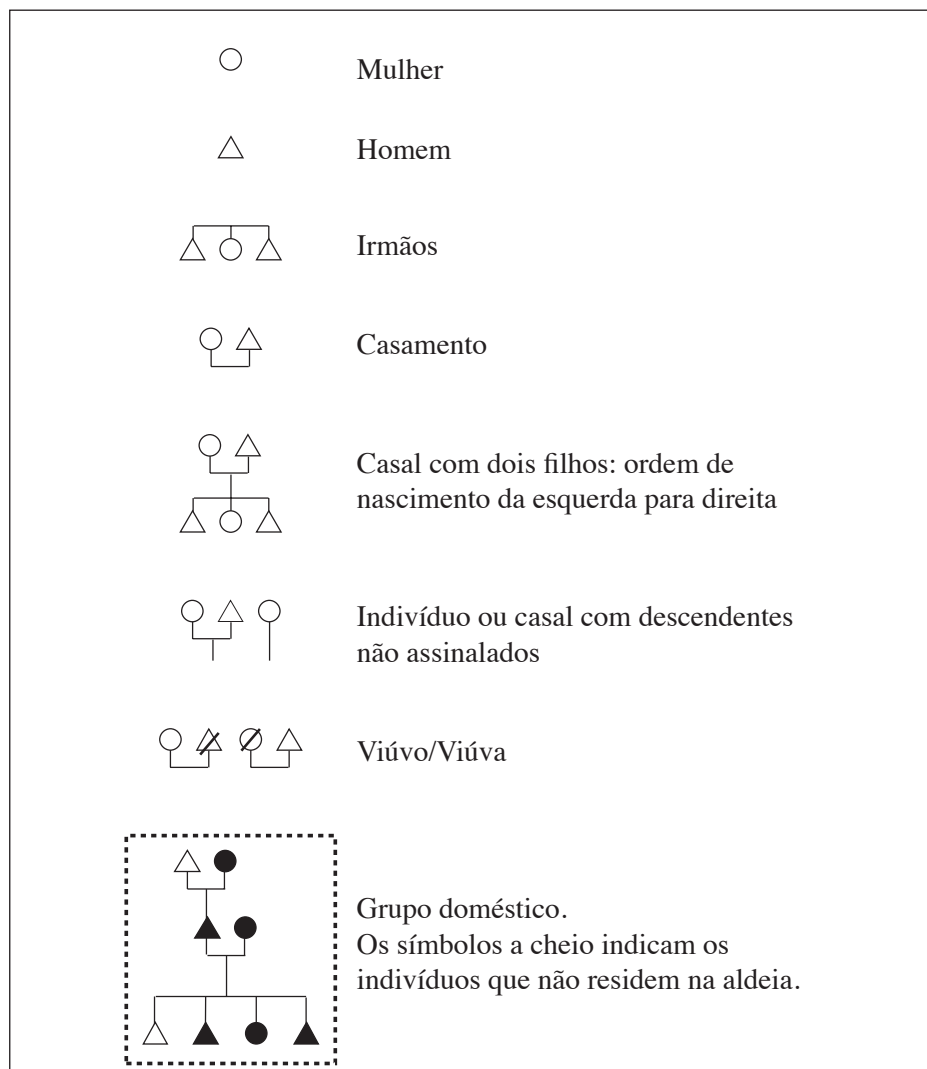


Figura 3 - Códigos das figuras 4, 5 e 6

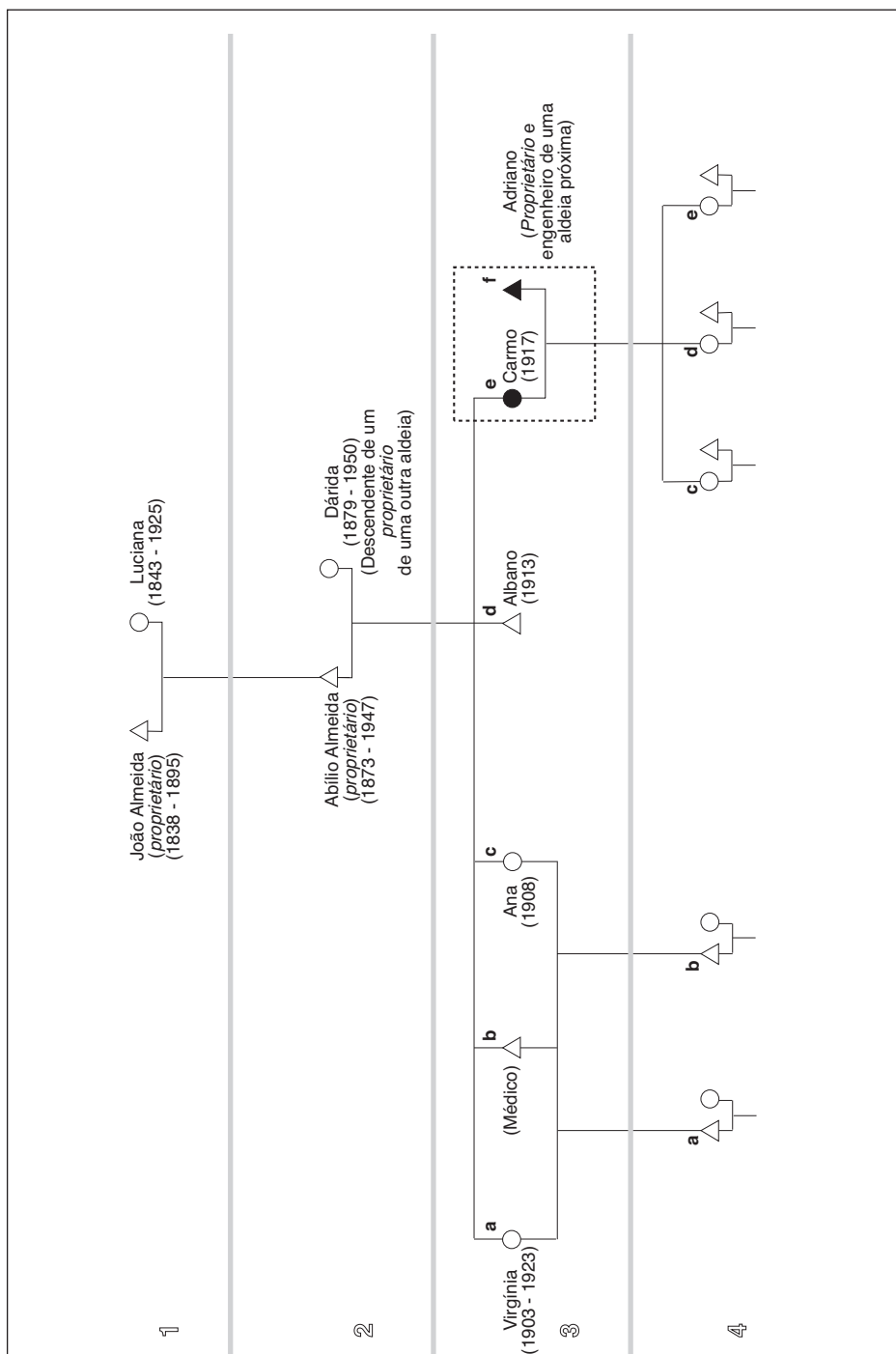


Figura 4 - Genealogia de uma família de proprietários

3.3 - A evolução dos modos de reprodução: Três estudos de caso

Admitindo que estes mecanismos fundamentais de reprodução social, característicos da sociedade tradicional, são generalizáveis para a região, de que forma eles evoluíram face às recentes transformações sócio-económicas globais ?

Através de quatro estudos de caso na comunidade de *Vale de Castanheira* procuraremos, por um lado, demonstrar a aderência a esta comunidade dos modos de reprodução que acabámos de caracterizar de forma global e, por outro, numa abordagem longitudinal de análise de genealogias, fazer uma primeira caracterização da sua evolução face às transformações globais na formação social.

3.3.1 · Proprietários

Como referimos, a preservação do património material e simbólico através das gerações é um dos aspectos fundamentais da reprodução do grupo social dos proprietários. As estratégias para o conseguir passam pela limitação de herdeiros e pela manutenção de um capital de prestígio importante, nomeadamente através de alianças matrimoniais de prestígio, do investimento em capital cultural dos descendentes, do controlo do poder administrativo e político.

Tomemos como exemplo a dinastia³² fundada pelo proprietário João Almeida (ver figura 4). Na geração seguinte, teve apenas um herdeiro, Abílio Almeida. A herança recebida por este foi importante. Compreendia para além do *casal* na aldeia, mais dois casais em duas diferentes aldeias da *Terra Quente* que produziam, entre outras coisas, azeite e vinho³³. Uma aliança matrimonial com uma proprietária de uma daquelas aldeias, permitiu-lhe alargar consideravelmente a sua dimensão patrimonial.

Os matrimónios contraídos pelas descendentes de Abílio Almeida, três filhos e uma filha, são reveladoras das estratégias dos proprietários, de perpetuação não só da dimensão patrimonial, mas também do prestígio social. Virgínia, a sua filha mais velha, casou com um médico de Bragança e, após a sua morte prematura, a sua irmã Ana, contraiu matrimónio com o cunhado (ex-marido de Virgínia) agora viúvo. Foram duas alianças de prestígio, mas que evitaram simultaneamente uma maior dispersão do património. A filha mais nova, Maria do Carmo, casou por sua vez com um proprietário de uma aldeia próxima, engenheiro e bem colocado na administração pública³⁴. Albano, o único descendente do sexo masculino, nunca chegou a casar.

Na última geração que analisámos (4), todos os descendentes tem uma formação superior e são actualmente quadros superiores sobretudo nos grandes centros urbanos. Isso não significa porém, que se desinteressem completamente da gestão do património fundiário, embora absentistas e os rendimentos que a terra lhes permite obter sejam marginais, alguns aspectos evidenciam o interesse na gestão e na perpetuação do património fundiário. Assim, por exemplo os descendentes *a* e *e* candidataram-se recentemente às ajudas ao investimento ao abrigo do regulamento CEE nº 797.

As características mais importantes das estratégias de reprodução do grupo social dos proprietários, que podemos inferir a partir deste estudo de caso, são pois a perpetuação de uma determinada dimensão patrimonial ao longo das gerações, através de um controlo de herdeiros, e o assegurar de um capital simbólico importante através de alianças matrimoniais de prestígio e do controlo do poder político e social.

A evolução económica e social dos últimos anos, veio reforçar a estratégia de transmissão de um capital cultural importante aos descendentes, como forma de assegurar a reprodução da posição na hierarquia social. Por outro lado, o êxodo dos grupos sociais sem terra, originou uma escassez de mão-de-obra, que inviabilizou a exploração intensiva dos domínios fundiários dos proprietários. Desta forma, neste grupo social, os rendimentos da terra passaram a ser marginais face aos rendimentos globais. Porém, isso não tem significado uma perda de interesse pelo fundiário. Embora a dimensão económica desse património tenha actualmente perdido drasticamente o interesse, o mesmo não parece ter acontecido com a sua dimensão simbólica.

3.3.2 · Lavradores

Tomaremos agora como exemplo, para ilustrar as estratégias de reprodução do grupo social dos lavradores na sociedade tradicional e a sua evolução face às transformações recentes, as dinastias de duas casas de lavradores (ver figura 5). A endogamia social no grupo dos lavradores é bem evidente neste caso. Na geração 2, houve duas uniões com trocas recíprocas de cônjuges entre as duas casas: Luciana casou com Anibal e Matilde com Manuel António. Por sua vez, os dois restantes irmãos de ambas as casas, José e Joaquim, casaram com filhas de outros lavradores da aldeia. Desta forma, e embora o mecanismo de selecção de um herdeiro privilegiado (o primeiro a casar e afastamento dos outros irmãos do casamento) não se tivesse verificado neste caso, o balanço patrimonial acabou por ficar equilibrado através de alianças matrimoniais dentro do grupo dos lavradores e, apesar da partilha igualitária, todos os descendentes se mantiveram no mesmo estrato de dimensão patrimonial.

Na geração seguinte (3), podemos verificar que os mecanismos de reprodução se mantiveram idênticos no fundamental: em todas as descendências das quatro uniões estabelecidas na geração anterior, o número de filhos foi reduzido (em nenhum caso ultrapassou os três); por outro lado verificou-se de igual modo uma forte endogamia no seio do grupo social dos lavradores e dentro da própria aldeia (apenas Maria de Jesus (d) casou fora da aldeia, mas também com um lavrador). Porém, a partir daí, quebrada a autarcia da sociedade camponesa, e tendo as famílias rurais deixado de ficar na dependência exclusiva da produção agrícola para a sua reprodução e subsistência, verificaram-se alterações consideráveis.

O investimento importante no capital humano dos descendentes, sobretudo nos lavradores abastados (descendências de *a* e *b*) é um dos aspectos importantes a realçar; mesmo os descendentes de

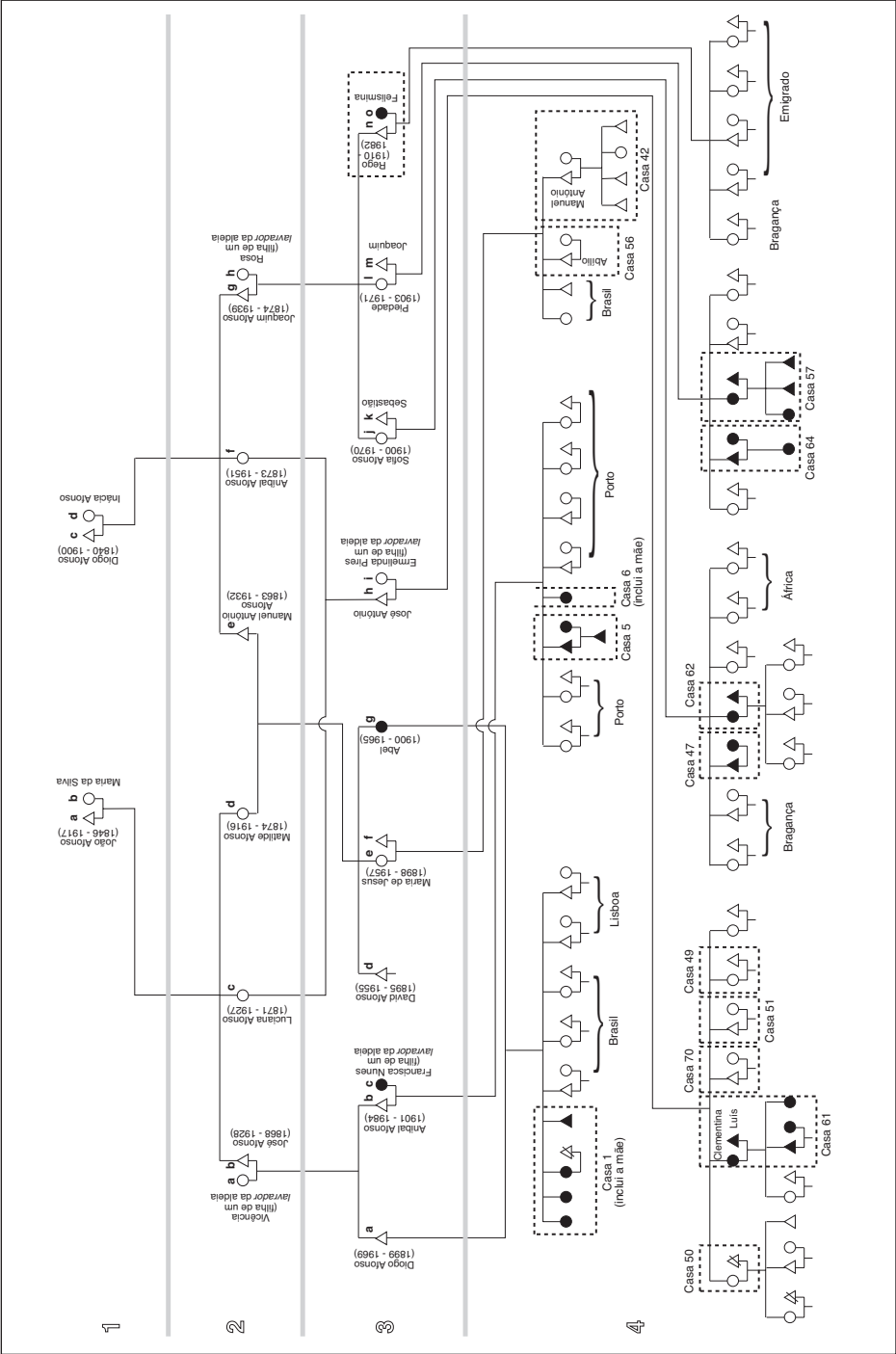


Figura 5 - Genealogia de uma família de lavradores

lavradores pobres (descendências de *h* e *i*) estão pelo menos habilitados com a 4ª classe, aspecto que, como veremos à frente, introduz vantagens importantes neste grupo social, face ao emprego, relativamente aos jornaleiros. Por outro lado, nas famílias que se constituíram nesta última geração (4), verifica-se uma reduzida dependência da agricultura e da comunidade rural, tanto na sua subsistência como na escolha do cônjuge. Dependendo do capital humano dos indivíduos e das diferentes oportunidades que o mercado de emprego foi oferecendo ao longo dos últimos anos, assim essas famílias foram definindo as suas estratégias de reprodução e de subsistência através da emigração (Brasil, África ou Europa)³⁵, ou de empregos urbanos mais ou menos próximos da comunidade rural de origem, melhor ou pior remunerados. Destes factores depende também a menor ou maior ligação que essas famílias mantêm relativamente à terra e à aldeia.

Vejamos por exemplo a família de Anibal Afonso (3-b), o lavrador mais abastado de todas as famílias representadas no diagrama nessa geração. Dos seus oito filhos, seis tiveram formação superior, uma teve formação secundária, ficando solteira a residir com os pais (embora com um emprego na função pública), e apenas um dos filhos assegurou a sucessão na exploração agrícola, todos os restantes residem e trabalham num grande centro urbano (Porto). Nesta família, um forte investimento no património humano dos filhos, levou a que todos eles, com a excepção daquele que trabalha exclusivamente na agricultura, encontrassem fora da actividade agrícola os meios para a sua subsistência. Assim, e como as partilhas só serão feitas após a morte da mãe, o descendente agricultor, pode dispor de todo o património fundiário da família de forma gratuita.

Na família de José António (f), de dimensão patrimonial bastante inferior à de Anibal Afonso, embora, como no caso anterior, apenas um dos herdeiros tivesse assegurado a sucessão na exploração agrícola a tempo inteiro, algumas diferenças importantes são de realçar: o investimento em património humano dos filhos é nitidamente menos importante, estes não ultrapassaram a 4ª classe. Mesmo assim, isto permitiu a dois filhos encontrar emprego na Administração Pública como motoristas, a duas das filhas casarem com guardas e, apenas uma, veio a casar com um descendente de uma família de caseiros. Foi este último casal que assegurou a sucessão na exploração agrícola. Uma outra diferença importante relativamente à família anterior é que, enquanto naquela os descendentes tem a sua residência e sua vida activa longe da aldeia, nesta família a residência é próxima. Resulta daqui que a relação com a terra é diferente; de facto, a maior parte dos herdeiros da segunda família tem uma actividade agrícola: o castanheiro (cuja produção é quase integralmente comercializada), constitui provavelmente a actividade mais importante, mas as culturas para autoconsumo são também importantes (hortícolas, árvores de fruto, etc.). Pelo contrário, no caso precedente, os herdeiros que não ficaram na aldeia não exploram directamente o seu património fundiário, têm portanto uma relação com a aldeia e o património bastante menos estreita.

A partilha dos bens já foi feita, mas, como vimos, os irmãos que tem empregos não agrícolas apenas exploram directamente os castanheiros e algumas parcelas irrigadas destinadas a culturas hortícolas, tudo o resto (terras de cereais, lameiros, etc.), cedem-no gratuitamente a Clementina e Luís³⁶, o único dos novos grupos domésticos cuja actividade é exclusivamente agrícola. Isto permite-lhe dispor de uma dimensão fundiária apreciável em terras de cereais (25 ha) e em lameiros (10 ha), podendo assim praticar uma pecuária extensiva com reduzidos custos fundiários.

Na descendência de Maria de Jesus (3-e), que casou com Abel filho de um médio lavrador da mesma aldeia, o desenrolar dos acontecimentos foi diferente. Dos quatro filhos que tiveram, os dois primeiros emigraram para o Brasil, tendo os outros dois encontrado empregos em Bragança. Abílio fez estudos secundários e trabalha na Administração Pública, Manuel António, que tem apenas a 4ª classe, é motorista. Após a morte dos seus pais fizeram as partilhas em natureza de todos os bens. Os dois irmão emigrados no Brasil quiseram vender, mas Abílio e Manuel António compraram-lhes quase a integralidade das suas quotas. Acabaram assim por dividir entre eles a quase totalidade do património dos seus pais. Mas esta partilha não levou à separação do seu aproveitamento produtivo, como faziam até aí, continuaram a cultivar em comum a terra que herdaram, tendo mesmo comprado em sociedade máquinas agrícolas (tractor e alfaías).

3.3.3 · Jornaleiros

A inexistência de um património importante a transmitir, ou de uma posição social a preservar, como já referimos atrás, introduz diferenças importantes na reprodução social do grupo dos jornaleiros relativamente aos outros que estudámos. A perda de importância do casamento, enquanto elemento estratégico na preservação de uma dimensão patrimonial (e portanto de um estatuto social), seja pela regulação da transmissão do património, seja pela reunificação de patrimónios divididos em cada geração, é sem duvida um dos aspectos que mais contribui para a distinção deste grupo dos precedentes.

Tomemos como exemplo; a dinastia parcial fundada pelo jornaleiro Manuel Pires (figura 6). Enquanto que, no estudo que fizemos anteriormente para os lavradores, foi possível encontrar na aldeia um grande número de descendentes, neste caso isso não foi possível, aspecto que é revelador de uma grande mobilidade dos indivíduos em cada geração neste grupo social. De facto, o património e a necessidade de o preservar, não existe, pelo contrário, é necessário encontrar trabalho, o que implica muitas vezes partir, ou pelo menos circular frequentemente. A necessidade de fazer um controlo de herdeiros também não existe, o que pode explicar as descendências mais numerosas neste grupo social por comparação com os outros.

Analisando a última geração (4), podemos ver que, contrariamente ao caso anterior, um grande número de descendentes emigraram, residindo apenas dois na aldeia, mas com empregos na cidade. Olímpio

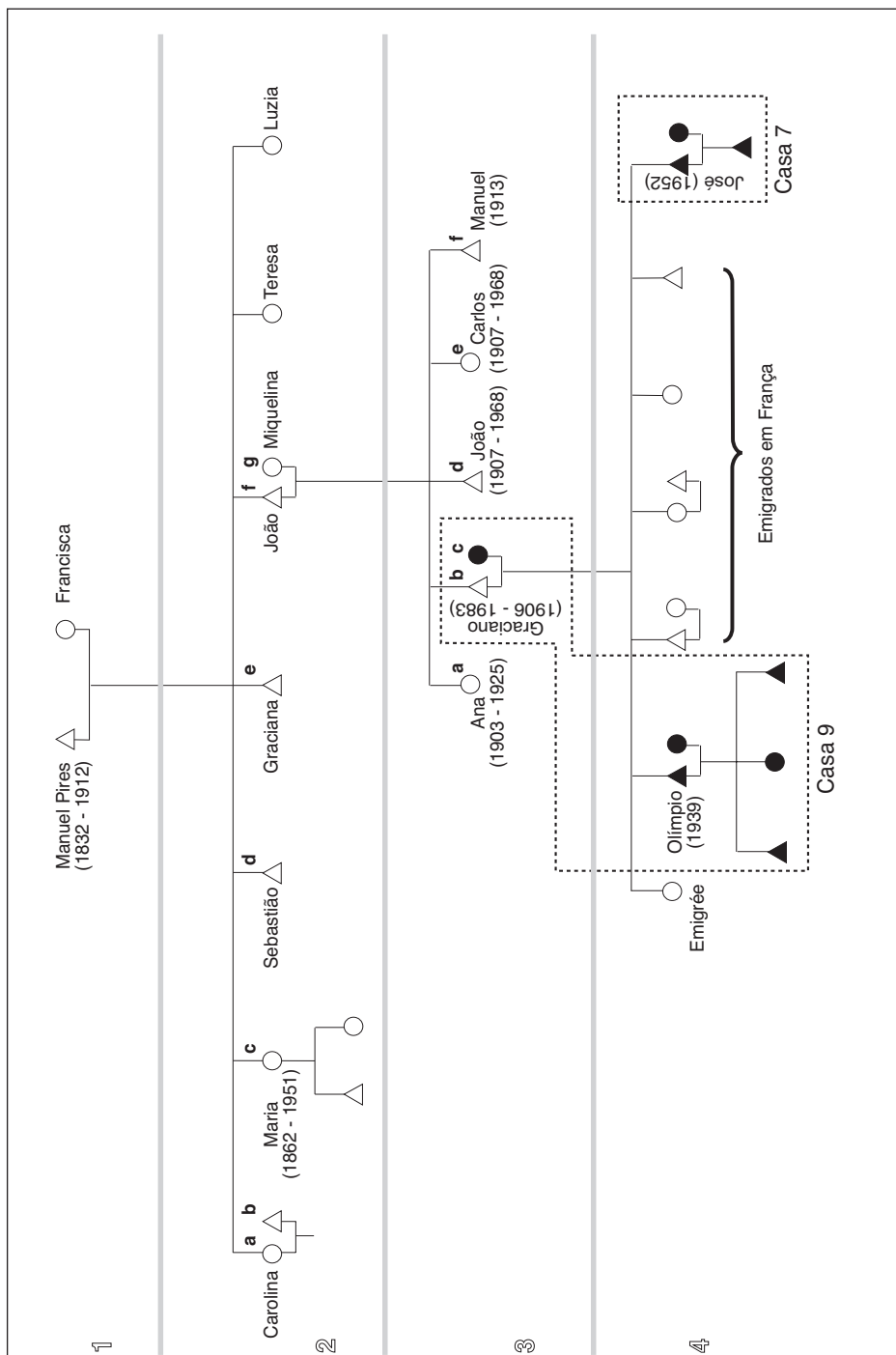


Figura 6 - Genealogia de uma família de jornalheiros

também esteve emigrado mas, sem grande sucesso, retornou primeiro para casa dos pais da sua mulher e finalmente voltou à aldeia onde reside actualmente com a sua mãe. Trabalha na Câmara sendo esse o único rendimento do trabalho assalariado de que dispõe o grupo doméstico, uma pequena actividade agrícola de autoconsumo complementa o orçamento da família. A família de José encontra a sua subsistência de forma semelhante, tal como o seu irmão, tem também uma actividade assalariada na cidade, tendo igualmente a família uma actividade agrícola que fornece, sobretudo, bens de autoconsumo.

Todos os irmãos desta geração (4) tem um nível de instrução muito baixo, a maior parte não terminou a escola primária, aspecto que, como já referimos, pode explicar as opções diferentes dos descendentes de jornaleiros relativamente aos filhos de lavradores. Não podendo aceder a um emprego sólido e bem remunerado (como guarda por exemplo), só lhes resta emigrar ou então aceitar na aldeia, ou próximo, empregos com remunerações baixas. Nestas circunstâncias, o rendimento da família pode não ser suficiente para pagar uma residência urbana, sendo portanto obrigados a fixar a residência na aldeia a um menor custo. De facto, alguns grupos domésticos, igualmente pluriactivos, mas tendo herdado um património fundiário mais importante, conciliam a residência urbana com uma actividade agrícola de dimensão nitidamente maior que no caso que acabámos de analisar.

Destes estudos de caso podemos pois concluir pela validade da hipótese que pusemos no início deste capítulo: o património determina, em boa parte, as diferentes estratégias de reprodução das famílias. O conflito estrutural de base, envolvendo a arbitragem entre a manutenção da posição patrimonial das famílias ao longo das gerações e a igualdade de direitos entre herdeiros, estrutura os diferentes modos de reprodução. Na sua resolução o casamento joga um papel chave: no caso dos proprietários, para além de evitar a dispersão do património, este deve sobretudo proporcionar alianças de prestígio; enquanto que, no caso dos lavradores, joga, por um lado, pela pertinência de constituir um casal que possa assegurar a sucessão e a disponibilidade da mão-de-obra necessária para explorar a terra e, por outro, pela necessidade de estabelecer alianças ao mesmo nível patrimonial de forma a que o perigo de descida na hierarquia social, bastante mais eminente neste grupo social, seja evitado. É ainda o património que, pela sua ausência, individualiza o modo de reprodução dos jornaleiros. De facto, a inexistência de património torna difícil, ou sem interesse material, o casamento neste grupo social. Assim, a proporção de celibatários, a coabitação fora do casamento e o grande número de filhos ilegítimos, assumem proporções importantes nos jornaleiros. Para além disso, a necessidade de encontrar trabalho, induz-lhe uma grande mobilidade geográfica.

Nas últimas gerações, modificações importantes são visíveis. Os descendentes de proprietários, dotados de um capital cultural importante, deixaram de depender do fundiário para a sua reprodução, tem empregos urbanos frequentemente longe da aldeia. São portanto

motivações de ordem simbólica que terão maior peso no interesse pela preservação da propriedade da terra e do património na aldeia.

Para os descendentes dos lavradores, a sucessão enquanto agricultores não envolve normalmente mais que um ou dois dos descendentes de uma família mas, os outros, que tradicionalmente ficavam pressionados a ficarem solteiros ou a encontrar noutra casa um casamento ao mesmo nível, deixaram de depender exclusivamente do património fundiário e do espaço rural para a sua reprodução. A possibilidade de aceder a empregos urbanos, permite-lhes encontrar aí os meios de subsistência. Contudo, uma produção agrícola pode complementar a insuficiência de rendimentos do trabalho assalariado e, assim, assegurar um nível de vida mais alto do que aquele que a actividade urbana permitiria por si só.

Para aqueles que tiveram origem no grupo social dos jornaleiros, foi sobretudo a emigração europeia que lhes permitiu uma saída e melhores condições de subsistência.

No capítulo seguinte, pela análise da aldeia de *Vale de Castanheira*, procuraremos confirmar estas conclusões, fazendo uma análise mais aprofundada das modificações dos modos de reprodução e das suas consequências sobre as práticas de gestão patrimonial.

Capítulo IV

A articulação entre os modos de reprodução, as práticas produtivas e as práticas patrimoniais: Uma análise a nível local

Após termos descrito os aspectos mais decisivos da evolução sócio-económica global (capítulo II) e termos identificado e caracterizado de forma global os modos de reprodução das famílias (capítulo III), iremos agora, com base numa análise ao nível de uma comunidade rural, procurar explicar a diversidade de estratégias de reprodução que são postas em prática pelas famílias, as quais, como vimos anteriormente, se manifestam actualmente por uma multiplicidade de formas de integração das famílias nos mercados de trabalho não agrícolas, pela combinação de diversas fontes de rendimento nos seus orçamentos e, enfim, por uma nova integração entre os espaços rural e urbano. Através da identificação dos mecanismos que geram essas diferentes estratégias, pretendemos compreender a lógica das práticas de gestão do património fundiário.

Assim, começaremos por tentar sistematizar a complexidade de situações que observámos na aldeia de *Vale de Castanheira*, reduzindo-as a um pequeno número de tipos, procedimento que de resto já havíamos adoptado no capítulo II, quando caracterizámos as modalidades de agricultura familiar na região da Terra Fria. Uma tentativa de testar a coerência dos dois níveis de análise e de relacionar as duas tipologias, será ainda objecto do primeiro ponto deste capítulo.

Seguidamente, tomando com referência os modos de reprodução que caracterizamos anteriormente e a sua evolução face às

transformações globais, pesquisaremos, na origem social das famílias, as causas desta diversidade.

Finalmente, articularemos a evolução dos modos de reprodução com a dinâmica das práticas produtivas e patrimoniais.

Para isso, cruzaremos os dados que obtivemos por inquérito directo a todas as casas da aldeia, com outras fontes: processos do imposto sucessório, para o património e sua transmissão hereditária, e os registos paroquiais de baptismo, casamento e óbito³⁷. O nível de análise que adoptámos foi o do grupo doméstico. Porém, alguns dos grupos domésticos da aldeia apenas permanecem aí uma parte do ano ou durante alguns dias da semana; ou seja, algumas famílias partilham a residência entre a aldeia e um centro urbano. Portanto, com mais exactidão, diremos que o critério que adoptámos na definição do universo a inquirir, foi o da casa que, pelo menos durante uma parte do ano, fornece um tecto a um grupo doméstico³⁸.

4.1 · A diversidade das estratégias de reprodução das famílias em Vale de Castanheira

A perda de importância da produção agrícola na reprodução das famílias e a tendência para a diversificação das fontes de rendimento são as notas mais evidentes. Do total de famílias apenas 42.4% tem rendimentos exclusivamente agrícolas³⁹. Este indicador revela-se, porém, mais elucidativo se analisado em função da idade das famílias. Assim, relativamente às famílias nas quais a idade do chefe é inferior a 70 anos, aquela percentagem baixa para 10.2%, assumindo um valor de 100% no estrato com idade superior a 70 anos. Atendendo a que, neste último grupo, a actividade agrícola tem um carácter residual, constituindo apenas um complemento relativamente às fontes de rendimento proporcionadas pelas prestações sociais, podemos concluir que nas famílias em idade activa apenas 10.2% vivem exclusivamente da actividade agrícola.

Esta tendência para a diversificação de actividades e de fontes de rendimento, conjugando uma actividade não agrícola com uma actividade agrícola propiciadora de rendimentos complementares e de autoconsumos, é recente e, portanto, sobretudo evidente nas gerações mais jovens (ver figura 7). A evolução económica nos últimos anos, aumentando a oferta de emprego nos sectores secundário e terciário, e a relativa proximidade da aldeia de um centro urbano de média dimensão, explicam em parte estas transformações: as estratégias de reprodução das famílias evoluem e adaptam-se face, por um lado, a factores de atracção noutros sectores económicos e, por outro, a factores de repulsão internos (penetração do mercado, políticas de florestação, etc).

Em consequência deste fenómeno de integração das famílias nos mercados de trabalho não agrícolas surge, necessariamente, a diversificação da própria residência. Dependendo do local e do tipo de actividade, do número de pessoas da família que trabalham ou estudam

no exterior e das suas possibilidades económicas, assim a residência é na própria aldeia ou partilhada entre a aldeia e a cidade. A opção será pois, em grande parte, determinada por razões de carácter económico e pelo ciclo de vida da família; ou seja, pelo balanço entre os custos suplementares da habitação na cidade e o custo da deslocação dos membros da família. Nas situações em que um ou os dois cônjuges tenham uma actividade remunerada exterior, e o número de filhos em idade escolar seja elevado, será então de esperar que a opção pela residência urbana seja preferida, desde que o rendimento da família permita fazer face ao custo adicional que isso implica. Pelo contrário, nas famílias na fase final do ciclo de vida, nas quais já não é necessária uma permanência na cidade uma vez que já foi atingida a reforma e a escolaridade dos filhos está concluída ou avançada, é então possível um retorno à aldeia (ou pelo menos uma permanência mais prolongada).

O tipo de actividade não agrícola das famílias, o lugar onde ela se desenvolve e se estabelece a residência, não são pois aleatórios, bem pelo contrário, as diferentes formas que podem tomar permitem-nos sistematizar e, numa primeira aproximação, caracterizar as diferentes estratégias de reprodução postas em prática pelas famílias. O peso da actividade agrícola no balanço do tempo das famílias, será necessariamente diferente segundo a forma que assumem a residência e as actividades não agrícolas. Assim, as famílias que residem longe e que apenas vêm à aldeia durante o período de férias, terão obrigatoriamente uma actividade agrícola nula ou muito reduzida. Pelo contrário, às famílias

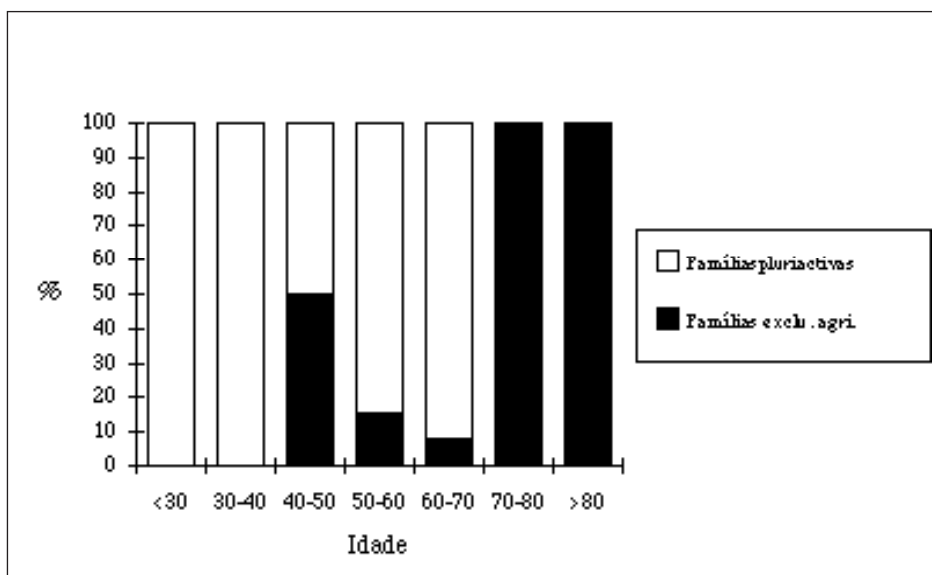


Figura 7 - Actividade das famílias (exclusivamente agrícolas e pluriactivas) segundo a idade do chefe

que embora não residindo na aldeia o fazem relativamente próximo de forma que podem aí vir frequentemente, é possível manter uma actividade agrícola mais ou menos importante dependendo das disponibilidades globais de tempo e de mão-de-obra.. O tipo de produções efectuadas e as tecnologias utilizadas, terão também que estar adaptadas às necessidades e às disponibilidades das famílias. No quadro 9, apresentamos a distribuição das famílias segundo as diferentes configurações que a actividade e a residência podem tomar.

Quadro 9 - Actividade e residência das famílias

Total das famílias											
Actividade das famílias		Exclusiva. agrícola		Não exclusivamente agrícola						Total	
				Na aldeia		Urbana		Reformados			
Residência		total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Na aldeia		25	42.4	5	8.5	8	13.6	5	8.5	43	72.9
Fora com vistas	Frequ.		0		0.0	8	13.6	6	10.2	14	23.7
	Raras		0		0.0	2	3.4		0.0	2	3.4
Total		25	42.4	5	8.5	18	30.5	11	18.6	59	100

Famílias nas quais a idade do chefe é inferior a 70 ans (67.8%)											
Actividade das famílias		Exclusiva. agrícola		Não exclusivamente agrícola						Total	
				Na aldeia		Urbana		Reformados			
Residência		total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Na aldeia		6	10.2	5	8.5	8	13.6	5	8.5	24	40.7
Fora com vistas	Frequ.		0		0.0	8	13.6	6	10.2	14	23.7
	Raras		0		0.0	2	3.4		0.0	2	3.4
Total		6	10.2	5	8.5	18	30.5	11	18.6	40	67.8

Tendo em conta estes aspectos, é então possível estabelecer uma tipologia que considere as diferentes estratégias de reprodução das famílias. Identificámos assim os seguintes seis diferentes tipos de famílias:

- Tipo 1- Residência na aldeia: a actividade da família é exclusivamente agrícola (42.4 % do total de famílias);
- Tipo 2- Residência na aldeia: um ou mais membros da família têm uma actividade não agrícola dentro da própria aldeia (normalmente como independentes) (8.5 % do total de famílias);
- Tipo 3- Residência na aldeia: um ou mais membros da família têm uma actividade urbana, deslocando-se diariamente (13.6 % do total de famílias);
- Tipo 4- Residência na cidade e actividade não agrícola urbana: a família (ou alguns dos seus membros) desloca-se à aldeia, com uma frequência determinada pelas necessidades dos trabalhos agrícolas (13.6 % do total de famílias);

Tipo 5- Reformados, após uma vida activa que teve lugar, na maior parte dos casos, longe da aldeia, regressaram e aí residem em permanência, ou partilham a residência entre um centro urbano e a aldeia (parte do ano fora parte na aldeia) (18.6 % do total de famílias);

Tipo 6- Por último, aquelas famílias que apenas utilizam a residência na aldeia durante o período de férias (3.4 % do total de famílias).

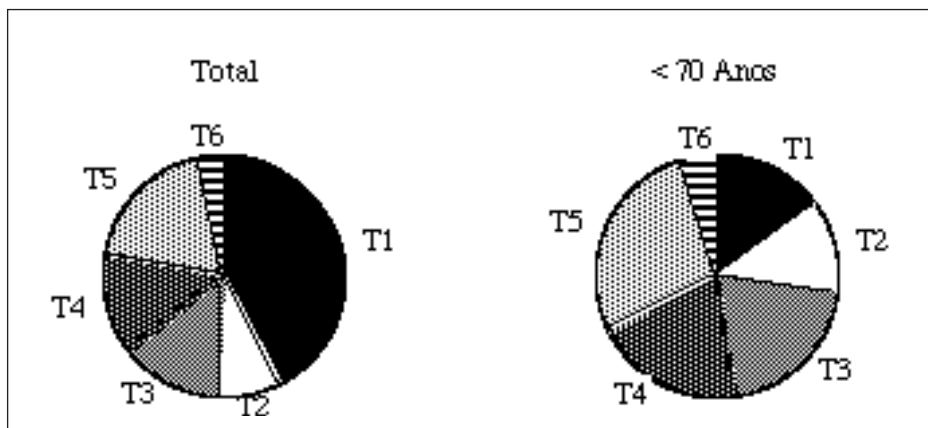


Figura 8 - Percentagem dos tipos de agregados domésticos segundo as estratégias de reprodução

Também nesta tipologia das famílias, em função da actividade e residência, a tendência em termos de evolução recente, pode ser apreciada pela forma como se comportam as famílias mais jovens (ver quadro 9 e figura 8). De facto, estas famílias incluem-se sobretudo nas situações 2, 3 e 4, enquanto que, na primeira situação, se enquadram sobretudo as famílias mais idosas. Mais do que de um efeito de idade, julgamos tratar-se aqui de um efeito de geração. De facto, a autarcia da sociedade rural terá sido quebrada a partir dos anos 50, pela acção conjugada da política de florestação, da industrialização e da emigração (esta sobretudo a partir dos anos 60) (cfr. Baptista 1975 e 1984). Ao movimento interno de repulsão originado pela florestação dos baldios (portanto pela impossibilidade dos camponeses deles usufruíram, sobretudo aqueles que tinham menos terra), e pela desfavorável confrontação no mercado das produções agrícolas locais com as originárias de regiões mais favorecidas, vieram-se juntar as novas oportunidades de empregos exteriores pela via da emigração ou do aumento da oferta de emprego industrial nas regiões do litoral. As condições de reprodução das famílias, alteraram-se pois profundamente em face destas transformações e, desta forma, na época em que as estratégias de reprodução das famílias mais idosas foram definidas, esses efeitos ainda não se faziam sentir.

Assim, para poder analisar esta evolução e separar o efeito de idade do efeito geração, será então conveniente estabelecer uma distinção entre as famílias que se enquadram no primeiro tipo (aquelas em que embora os cônjuges tendo tido sempre uma actividade exclusivamente agrícola têm já uma idade muito avançada), daquelas que, estando em idade activa, não tem outra actividade para além da agricultura. Consideraremos, para o efeito, como limiar a idade de 70 anos do chefe de família. Subdividimos assim o grupo 1 em dois subgrupos, 1.1 e 1.2, em função da idade do chefe de família ser respectivamente superior ou inferior a 70 anos.

4.2 · A evolução dos modos de reprodução: Articulação entre as estratégias de reprodução e a posição das famílias na hierarquia da sociedade rural tradicional

Face às diferentes situações que descrevemos, as quais reflectem estratégias diversas de reprodução das famílias, haverá alguma correlação entre essas opções e a inserção dos indivíduos na família, entendida esta na sua dimensão intergeracional e patrimonial⁴⁰ ?

Abordaremos esta questão relacionando a tipologia das diferentes estratégias de reprodução das famílias que acabámos de estabelecer, com algumas variáveis caracterizadoras das suas origens familiares e patrimoniais. Numa primeira fase iremos considerar apenas as famílias cuja idade do chefe é inferior a 70 anos (excluindo portanto o grupo 1.1). Pretendemos assim afastar da análise um efeito geração, que resultaria de considerar simultaneamente famílias que tiveram condições de reprodução substancialmente diferentes, dado que, como defendemos atrás, as transformações económicas globais se alteraram profundamente nos últimos anos. Numa segunda fase, tomando como nível de análise não o agregado doméstico mas o indivíduo, estudaremos os trajectos seguidos pelos descendentes das famílias do tipo 1.1.

No quadro 10 apresentamos os números e as percentagens dos grupos domésticos da aldeia, cruzando a tipologia das estratégias de reprodução com a dimensão patrimonial das famílias de origem dos dois cônjuges. Para dar conta deste último aspecto, tomámos como variável, a média do rendimento colectável do conjunto do património das famílias de origem dos dois cônjuges, transmitido à morte dos pais, que obtivemos nos arquivos do imposto sucessório. Atendendo à distribuição desta variável, às características das famílias e como critério auxiliar às designações das profissões empregues nos registos paroquiais (*proprietário, lavrador e jornaleiro*), estabelecemos 4 classes que identificámos com aos grupos sociais tradicionais: *proprietários, lavradores abastados, pequenos lavradores e jornaleiros*.

A constatação mais evidente que podemos extrair da leitura do quadro 10, é que os grupos domésticos dos tipos 2 e 3 tem origem predominantemente no grupo social dos *jornaleiros*. De facto, no que diz respeito ao grupo 3, a totalidade das famílias que se enquadram neste tipo (residindo na aldeia mas exercendo uma actividade não

agrícola urbana) descendem de *jornaleiros* e, relativamente ao tipo 2, (residência e actividade não agrícola na aldeia) 60 % têm também essa origem social, descendendo os restantes 40% de famílias de pequenos lavradores.

Por outro lado, e ainda relativamente ao tipo 2, pudemos observar que, embora quase todas pratiquem actividades de pequeno comércio, as duas famílias que constituem estes últimos 40%, têm uma actividade agrícola bastante mais importante do que as outras, que praticam apenas uma pequena agricultura de subsistência. Pudemos ainda constatar que as famílias do tipo 2 descendentes de *jornaleiros*, são constituídas por emigrantes regressados.

É ainda interessante notar que estes emigrantes investiram as suas economias sobretudo na construção de uma casa e optaram por uma actividade não agrícola, complementada por uma pequena agricultura de autoconsumo. Assim, pela análise de qualquer destes casos, não é possível deduzir que as aquisições de terra dos emigrantes tenham tido um impacto nítido na redistribuição fundiária. Pelo contrário, a sua influência na estrutura da propriedade fundiária, parece não ter sido muito significativa.

Os dois grupos domésticos que constituem o tipo 6 são emigrantes que construíram a sua casa na aldeia e que aí residem apenas durante o período de férias. Descendem ambos do grupo social dos *jornaleiros*.

As famílias do tipo 4, que residem e trabalham na cidade, tendo contudo uma actividade agrícola mais ou menos intensa e deslocando-se à aldeia em função das necessidades dos trabalhos agrícolas, mas sempre com uma grande frequência, têm todas a sua origem no grupo social dos *lavradores*.

Acontece praticamente o mesmo com os grupos domésticos de reformados de uma actividade não agrícola (tipo 5), à excepção de uma família originária de *jornaleiros*, na qual embora a residência fosse na aldeia o chefe tinha uma actividade assalariada fora.

A única família que identificámos como sendo originária do grupo social dos *proprietários*, enquadrava-se, antes da reforma, no tipo 4. O chefe, quadro superior, ocupava importantes funções administrativas, contudo, após a reforma, o casal passou a residir a maior parte do tempo na aldeia ocupando-se da administração da exploração agrícola que é cultivada por caseiros. Parece, pois, que a relação entre o trajecto seguido por estas famílias e a sua origem patrimonial, não é diferente do das outras de reformados que já vimos: aqueles que antes da reforma trabalhavam e viviam fora da aldeia são originários dos grupos sociais dos *proprietários* ou dos *lavradores*, enquanto que aquela que se enquadrava no grupo 2 é também ela descendente de *jornaleiros*. Podemos assim concluir que não é pertinente, nesta análise, reter o critério *reformado*, pelo que o abandonaremos, distribuindo os grupos domésticos do tipo 5 pelos outros aos quais eles pertenceriam se não tomássemos em conta este critério.

Quadro 10 - Estratégias de reprodução das famílias face à sua origem patrimonial

Frequências observadas

Rendi. colectável dos ascendentes	Grupo Social	Tipologia das estratégias de reprodução							Total
		1.1	1.2	2	3	4	5	6	
≤2500 (esc.)	Jornaleiros	7	2	3	8	0	1	2	23
2500 - 10000 (esc.)	Pequenos lavradores	8	3	2	0	4	8	0	25
10000 - 30000 (esc.)	Lavradores abastados	4	1	0	0	4	1	0	10
> 30000 (esc.)	Proprietários	0	0	0	0	0	1	0	1
Total		19	6	5	8	8	11	2	59

Percentagem do total das linhas

Rendi. colectável dos ascendentes	Grupo Social	Tipologia das estratégias de reprodução							Total
		1.1	1.2	2	3	4	5	6	
≤2500 (esc.)	Jornaleiros	30.4%	8.7%	13.0%	34.8%	0.0%	4.4%	8.7%	100.0%
2500 - 10000 (esc.)	Pequenos lavradores	32.0%	12.0%	8.0%	0.0%	16.0%	32.0%	0.0%	100.0%
10000 - 30000 (esc.)	Lavradores abastados	40.0%	10.0%	0.0%	0.0%	40.0%	10.0%	0.0%	100.0%
> 30000 (esc.)	Proprietários	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	100.0%
Total		32.2%	10.2%	8.5%	13.6%	13.6%	18.6%	3.4%	100.0%

Percentagem do total das colunas

Rendi. colectável dos ascendentes	Grupo Social	Tipologia das estratégias de reprodução							Total
		1.1	1.2	2	3	4	5	6	
≤2500 (esc.)	Jornaleiros	36.8%	33.3%	60.0%	100.0%	0.0%	9.1%	100.0%	39.0%
2500 - 10000 (esc.)	Pequenos lavradores	42.1%	50.0%	40.0%	0.0%	50.0%	72.7%	0.0%	42.4%
10000 - 30000 (esc.)	Lavradores abastados	21.1%	16.7%	0.0%	0.0%	50.0%	9.1%	0.0%	17.0%
> 30000 (esc.)	Proprietários	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	9.1%	0.0%	1.7%
Total		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

- Legenda:
- 1.1 - Famílias cuja actividade é exclusivamente agrícola e o chefe tem mais de 70
 - 1.2 - Famílias cuja actividade é exclusivamente agrícola e o chefe tem menos de 70
 - 2 - Famílias residindo na aldeia e aí exercendo uma actividade não agrícola
 - 3 - Famílias residindo na aldeia e exercendo uma actividade não agrícola na cidade
 - 4 - Famílias residindo na cidade e aí exercendo uma actividade não agrícola
 - 5 - Reformados de uma activi. não agrícola e residindo a maior parte do tempo na aldeia
 - 6 - Famílias residindo e trabalhando fora, ficando a casa fechada a maior parte do ano

Analisando agora os grupos domésticos cuja actividade é exclusivamente agrícola, constatamos que a grande maioria descende de famílias de média dimensão patrimonial, portanto do grupo social dos *lavradores*. Há, contudo, dois grupos domésticos deste tipo originários do grupo social de menor dimensão patrimonial. Num dos casos, trata-se de um antigo caseiro de origem exterior à aldeia, que ficou e comprou terra, tornando-se agricultor autónomo. No outro caso, a principal actividade é a criação de ovinos e, como o pastoreio dos rebanhos de ovinos se faz sobretudo nos terrenos em pousio e nos baldios, esta actividade é compatível com uma reduzida dimensão fundiária, como é o caso desta família.

Podemos assim concluir desta análise que os grupos domésticos dos tipos 2, 3 e 6 são originários principalmente de famílias de reduzida dimensão patrimonial, portanto do grupo social dos *jornaleiros*, os grupos domésticos do tipo 4 descendem de famílias de *lavradores*, o mesmo se passando com as famílias com actividade exclusivamente agrícola (tipo 1.2), e por fim no tipo 5 é a situação anterior à reforma que é significativa.

Se tomarmos agora como variável explicativa não a dimensão patrimonial das famílias das quais os cônjuges descendem, mas o montante de património fundiário que eles receberam em herança chegamos a conclusões semelhantes, porém novos factores explicativos das estratégias adoptadas pelas famílias aparecem.

Anteriormente chegámos à conclusão que as famílias dos tipos 1.2 e 4 eram sobretudo originárias do grupo social dos *lavradores*, portanto de famílias de média dimensão patrimonial. Esta conclusão verifica-se também tomando em consideração a variável património herdado, mas agora revela-se que os grupos domésticos com actividade exclusivamente agrícola são tendencialmente maiores herdeiros que os do tipo 4 (ver quadro 11 e figura 9)⁴¹. Por outro lado as famílias do tipo 3 surgem nitidamente como muito pequenos herdeiros.

Parece portanto que a opção pela actividade exclusivamente agrícola se verifica sobretudo nos grupos domésticos descendentes de famílias de *lavradores*, mas onde a herança em património fundiário foi relativamente importante. Pudemos, por outro lado, constatar que na maior parte dos casos esta estratégia de reprodução depende da ocorrência de condições particularmente favoráveis (por intermédio de um ou dos dois cônjuges) no que diz respeito à herança ou à exploração do património fundiário. Ou seja, naquelas situações em que o número de herdeiros é reduzido, tendo havido a possibilidade de receber por herança a integralidade ou uma boa parte do património fundiário, ou então naquelas situações em que os co-herdeiros estando ausentes e/ou não se interessando directamente na exploração da terra, é possível dispor, de forma gratuita ou sob formas de arrendamento precário, de uma boa dimensão fundiária.

A tomada em consideração de outros indicadores permite-nos identificar outros dos factores que explicam as diferentes estratégias adoptadas pelas famílias: ficar na aldeia com uma actividade exclu-

sivamente agrícola, ficar na aldeia mas assegurando a subsistência sobretudo com base em actividades não agrícolas, ou ainda residir fora mas conservando uma actividade agrícola mais ou menos importante.

Quadro 11 - Distribuição dos tipos de agregados domésticos por classes de património fundiário em ha

Tipos	Dimensão do fundiário herdado(ha)		
	≤ 1	1 - 4	> 4
1.2	0.0%	0.0%	100.0%
3	100.0%	0.0%	0.0%
4	0.0%	66.7%	33.3%

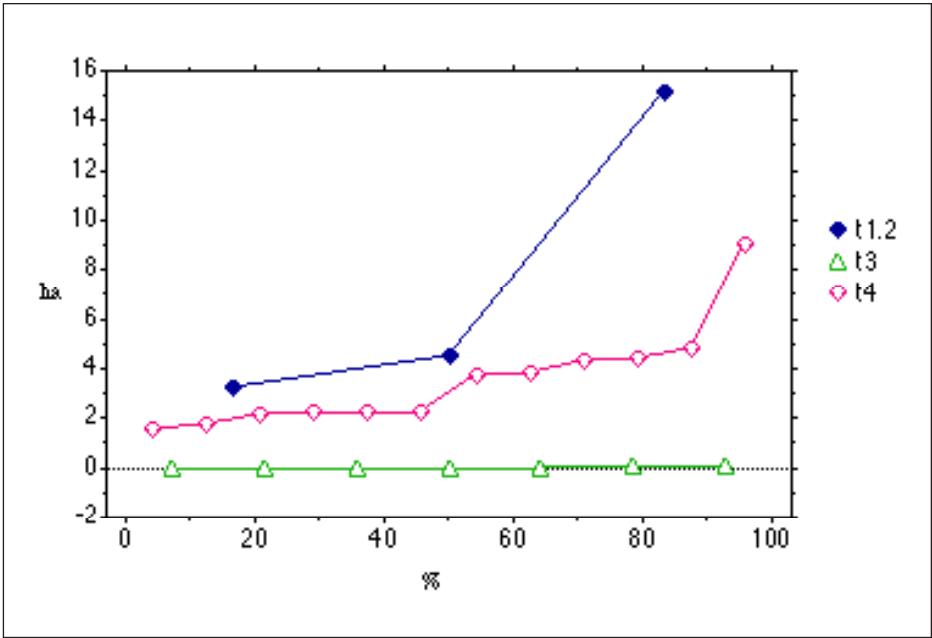


Figura 9- Percentagens acumuladas do número de agregados domésticos segundo o património fundiário herdado

Assim, no quadro 12, apresentamos a formação literária do chefe de família nos diferentes tipos. Surge evidente, da sua leitura, uma oposição nítida entre as famílias do tipo 3 e 6 e as do tipo 4: as primeiras apresentam um nível de formação inferior e, na maior parte

Quadro 12 - Percentagem das famílias segundo a formação literária do chefe

Tipo	Formação literária do chefe de família			
	Analfabeto	Sabe ler e esc.	4ª Classe	> 4ª Classe
1.2	0.0%	33.3%	66.7%	0.0%
2	0.0%	20.0%	80.0%	0.0%
3	18.2%	63.6%	18.2%	0.0%
4	0.0%	0.0%	80.0%	20.0%
6	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%

dos casos, não completaram o ensino primário, enquanto que, nas segundas, todos os chefes tem um nível de formação correspondente à 4ª classe ou superior.

Este aspecto tem repercussões decisivas sobre o emprego e o rendimento das famílias, uma vez que constituiu uma condição de chefe de família nos diferentes tipos. Surge evidente, da sua leitura, uma oposição nítida entre as famílias do tipo 3 e 6 e as do tipo 4: as primeiras apresentam um nível de formação inferior e, na maior acesso a empregos melhor remunerados, sobretudo na administração pública. Pode residir aqui, em boa parte, a explicação para as diferentes opções das famílias no que diz respeito à residência, uma vez que o inferior nível de rendimentos das famílias do tipo 3 torna difícil o acesso a uma residência urbana, cujo custo é superior. Outra opção para estas famílias pode ser a emigração, com efeito, as famílias do grupo 6, tem igualmente um baixo nível de formação.

Numa segunda fase, iremos agora complementar esta análise, identificando ao nível do grupo 1.1, as estratégias postas em prática pelos filhos dessas famílias. Tomaremos aqui como objecto de análise, não o grupo doméstico como anteriormente, mas o indivíduo. Será assim possível, não só identificar as estratégias das famílias que mantiveram um vínculo forte com a aldeia através da residência, mas também as dos outros filhos dessas famílias que, por terem laços mais ténues com a comunidade de origem ou por se tratar de famílias jovens que ainda não puderam aceder por herança à posse de fundiário e da residência, não foi possível avaliar ao nível anterior de análise.

Uma das primeiras conclusões que podemos extrair desta análise, diz respeito ao investimento na educação dos filhos; este é nitidamente mais importante nas famílias mais abastadas, cujo património fundiário é mais importante. De facto, é no estrato superior que se concentram as famílias cujos filhos tem uma formação mais elevada que o ensino primário; em 50% destas famílias o nível de formação do filho mais instruído é superior à escola primária e, em 25% dos casos,

o filho menos instruído ultrapassa também esse nível (ver quadro 13). Os indivíduos oriundos destas famílias têm na maior parte dos casos empregos urbanos bem remunerados e a sua actividade desenvolve-se longe da aldeia (em 75% dos casos mais de metade dos filhos residem longe da aldeia - ver quadro 14), sendo fraca a participação na gestão do património fundiário e nas actividades agrícolas.

De forma diferente, os indivíduos com origem nas casas que pudemos incluir no estrato médio, relativamente à sua dimensão patrimonial, tem em geral uma formação ao nível do primário (4ª classe) e, embora na sua grande maioria tenham empregos urbanos, as suas atitudes face ao património fundiário e às actividades agrícolas apresentam-se substancialmente diferentes: a sua participação nos trabalhos agrícolas é intensa. Embora nestes casos as partilhas ainda não tenham sido efectuadas, tendo portanto a exploração agrícola que ser feita em conjunto, isso não impede que ela se faça de forma bastante activa (do que é sintomático, nalguns casos, a posse de tractor e o cultivo de algumas terras em arrendamento, para além das terras próprias), ainda que a idade dos pais já seja avançada.

Por último, relativamente às casas de antigos jornaleiros ou caseiros, pequenos ou muito pequenos proprietários, o investimento na educação dos filhos é nitidamente o mais baixo. De forma diferente que os seus pais, os filhos encontraram uma saída na emigração (em 25% destas famílias mais de metade dos filhos emigraram e não existe neste estrato nenhuma família em que nenhum dos filhos tivesse emigrado) ou em empregos urbanos. Porém, porque não possuem terra ou apenas a suficiente para assegurar alguns autoconsumos, a sua ligação ao meio rural tende a ser mais ténue, à excepção daqueles que mantêm residência na aldeia (em 66.7% destas famílias mais de metade dos filhos residem longe da aldeia e raras vezes aí vêm).

Quadro 13 - Percentagem dos grupos domésticos cujo chefe tem mais de 70 anos, segundo a formação literária do filho com maior e do filho com menor nível de formação, e a profissão do conjunto dos filhos.

Rendimento colectável do património fundiário da família		Formação literária dos filhos (1)						Profissão		
		Máxima			Mínima			Agricultura	1 (2)	> 1 (3)
		< 2	2	> 2	< 2	2	> 2			
<5000 (esc.)	Jornaleiros	0.0%	100.0%	0.0%	50.0%	50.0%	0.0%	0.0%	81.7%	18.3%
5000 - 20000 (esc.)	Pequenos lavadores	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	2.0%	15.3%	82.7%
20000 - 60000 (esc.)	Lavadores abastados	0.0%	50.0%	50.0%	0.0%	75.0%	25.0%	1.0%	2.5%	96.5%
> 60000 (esc.)	Proprietários									

(1) 2 - Escola primária completa

(2) 1 - Assalariados não qualificados

(3) Assalariados e independentes melhor remunerados que os precedentes
(forças militarizadas, administração pública, etc)

Quadro 14 - Percentagem das famílias cujo chefe tem mais de 70 anos, segundo a residência dos filhos em percentagem do total de filhos de cada família

		Percentagem do total de filhos de cada família que residem:								
Rendimento colectável do património fundiário da família		Na aldeia			Fora (1)			Longe (2)		
		0	< 50%	≥ 50%	0%	< 50%	≥ 50%	0%	< 50%	≥ 50%
≥5000 (esc.)	Jornaleiros	50.0%	50.0%	0.0%	33.3%	33.3%	33.3%	0.0%	33.3%	66.7%
5000 - 20000 (esc.)	Pequenos lavadores	71.4%	14.3%	14.3%	14.3%	28.6%	57.1%	14.3%	57.1%	28.6%
20000 - 60000 (esc.)	Lavadores abastados	50.0%	50.0%	0.0%	25.0%	75.0%	0.0%	0.0%	25.0%	75.0%
> 60000 (esc.)	Proprietários									

(1) - Residem fora da aldeia mas vêm frequentemente

(2) - Residem longe da aldeia e visitam-na raramente

4.3 · A articulação entre os modos de reprodução e as práticas produtivas

Acompanhando as modificações mais ou menos profundas das estratégias de reprodução das famílias, as práticas agrícolas tendem a evoluir e a adaptar-se a um maior absentismo da família. Os sistemas produtivos tradicionais alteram-se de forma a ser possível conciliar a quantidade e os períodos de disponibilidade da mão-de-obra familiar, com uma actividade agrícola que garanta o fornecimento de autoconsumos e de algum rendimento monetário complementar. Assim, as actividades cujas exigências em mão-de-obra sejam importantes e/ou não sejam suficientemente plásticas de forma a serem conciliáveis com os períodos de disponibilidade da família, tenderão a ser preteridas em favor daquelas que apresentem essas características.

Mas, para poder avaliar as alterações, vejamos em traços gerais quais as características mais importantes dos sistemas de produção tradicionais.

4.3.1 · A agricultura tradicional

Fortemente marcada pelo isolamento da região, a agricultura não mudou muito desde a idade média até meados deste século. Baseada na pecuária e na cultura cerealífera, as modificações mais profundas que sofreu foram a introdução de uma nova cultura, a batata, e o alargamento das extensões cultivadas pelo desbravamento de matos e, posteriormente, pela apropriação dos baldios. (cfr. Ribeiro, 1986 e Tabora, 1987)

Em 1932 Virgílio Tabora descrevia da seguinte forma os aspectos gerais da agricultura na região: "Por toda a parte a economia rural tem por base a criação de gado e a cultura cerealífera: - a ceara de centeio e o lameiro são, por isso, as notas típicas da paisagem. [...] O afolhamento bienal, com um ano de pousio, é a regra do sistema de cultura. [...] Nos solos mais profundos e melhor adubados vigora o afo-

lhamento bienal em que entra quase sempre a batata associada às vezes ao milho e, consoante as regiões, um dos dois cereais de Inverno - trigo ou centeio. [...] O gado tem assegurado o sustento essencialmente com a produção dos lameiros.” (Taborda, 1987: 81-84)

A distribuição espacial das culturas era função da topografia, da exposição, da proximidade da água e das habitações. Perto das casas, as hortas; ocupando os terrenos irrigados ao longo das linhas de água, os lameiros; as vinhas nas colinas expostas ao sol; mais longe os cereais e, finalmente, nas encostas e planaltos, os castanheiros ou os bosques de carvalho. O resto eram terrenos baldios com matos (cfr. Taborda 1987: 80; O'Neill (1984: 43-49) refere também uma distribuição espacial das culturas semelhante).

Vejamos brevemente cada uma destas categorias:

Campos de cereais

Os cereais são as culturas anuais mais importantes na região e, dentro destes, o centeio melhor adaptado às condições climáticas, é largamente mais representativo.

A rotação bienal com um ano de pousio, ocupa a maior parte da superfície dedicada aos cereais. Este forma de cultivo da terra é um sistema de *campos abertos*, tal como aquele que Marc Bloch (1956) descrevia para a França meridional e para a região mediterrânica, composto por parcelas irregulares de forma rectangular ou quadrada, com uma rotação bianual de culturas. Este sistema implica que, para uma aldeia determinada, o espaço seja dividido em duas folhas de dimensão idêntica, cultivadas de forma alternada. Na folha que está em pousio, os criadores de ovinos podem pastorear livremente os seus rebanhos nos restolhos, desde a colheita (Julho-Agosto) até ao ano seguinte quando os campos começam a ser preparados para a sementeira. Esta prática constitui uma das fontes de alimento mais importantes para o gado ovino, como veremos de seguida.

Uma outra rotação igualmente bianual, mas esta nos solos mais férteis, alterna um cereal (centeio ou trigo) com uma sachada, normalmente a batata, e frequentemente ainda uma forragem de outono-inverno, o nabo. Mais intensiva, esta rotação absorvia a maior parte dos estrumes produzidos.

Com a multiplicidade de cuidados de que necessitavam ao longo do ano, estas culturas eram muito exigentes em força de trabalho, tornando necessário o recurso à mão-de-obra exterior ao grupo doméstico e aos sistemas de entreaajuda institucionalizados na sociedade rural tradicional.

A vinha

Ainda que difundida em quase toda a região, a vinha é uma cultura que responde apenas às necessidades de autoconsumo da população local. “Mais que as condições do solo e do clima, o isolamento, a

dificuldade de comunicações foram a causa da difusão da vinha, mesmo nos locais onde a colheita, com os gelos e as geadas, fica em risco de se perder e o fruto não chega a amadurecer. O agricultor tinha que, para beber, produzir ele mesmo”. (Taborda, 1987: 86)

Muito cuidada, esta cultura não ultrapassava as necessidades de consumo do grupo doméstico, caso contrário ela tornar-se-ia demasiadamente cara.

As colinas expostas ao sol, defendidas dos ventos e das geadas, eram os locais eleitos para esta cultura.

As hortas

Cultivadas em parcelas de muito reduzida dimensão, nos solos mais férteis e irrigados junto das casas, as culturas hortícolas tinham como objectivo a obtenção de produtos para alimentação humana (couves, batatas, feijão, etc.) e para a criação do porco, principal fonte de alimentos de origem animal ao longo de todo o ano. Baseadas sobretudo no trabalho manual e feminino, o recurso à tracção animal era muito reduzido nestas culturas. Atendendo ao seu papel estratégico na alimentação humana, estas culturas eram praticamente independentes do resto da exploração agrícola e envolviam todos os grupos sociais. Mesmo os jornaleiros e artesãos, tinham que cultivar a sua horta e criar o porco.

O castanheiro

Ocupando vastos espaços ao longo das encostas, o castanheiro constitui um dos aspectos mais característicos da paisagem na Terra Fria. Com um papel fundamental na economia tradicional, fornecia a madeira e castanha, sendo esta uma componente com grande importância na alimentação humana e animal. Mesmo as folhas eram utilizadas nas camas dos animais para a fabricação de estrume. O excedente da produção de castanha era vendido ao exterior.

Os baldios

As superfícies comunitárias, não sujeitas à exploração e apropriação privada, ocupavam os terrenos menos férteis, mais inclinados e mais afastados das aldeias. Sistemáticamente queimados durante muito tempo, estas superfícies estão normalmente cobertas por um mato constituído por diversas espécies arbustivas e herbáceas (giestas, urzes, etc.). Era aí que os rebanhos de ovinos encontravam a sua principal fonte de alimento. Estes espaços forneciam ainda a lenha e, ocasionalmente, algumas parcelas podiam ser desmatadas e cultivadas individualmente, normalmente com centeio.

A pecuária

A alimentação dos bovinos era assegurada essencialmente com a produção dos lameiros. Ocupando as zonas húmidas, vales e

encostas junto às linhas de água, os lameiros dispõem de composições florísticas mais ou menos ricas consoante a sua localização. Nas zonas mais húmidas, são mais produtivos mas menos ricos em gramíneas e portanto com inferior valor nutritivo. A maior parte são pastoreados durante todo o ano, salvo durante a primavera até à altura do corte do feno. Os lameiros constituem o tipo de terreno mais valorizado na economia rural tradicional: ocupam os solos mais férteis e atingem os preços e as rendas mais altos.

Os bovinos constituem a principal produção comercializada e portanto a principal fonte de rendimentos monetários na economia rural tradicional. No início do século a exportação dos bovinos da região, de raça mirandesa, para as regiões mais meridionais do país, sobretudo como animais de trabalho, assumia grande importância. As feiras de gado na região tinham uma actividade muito intensa, milhares de cabeças eram aí transaccionados (cfr. Taborda 1987: 95). Mas os bovinos assumiam o seu principal papel na agricultura tradicional, enquanto fornecedores de força de tracção. Reside aqui, uma das causas mais decisivas de diferenciação social. De facto, os grupos sociais que não tinham uma dimensão suficiente para manter uma junta de bois, não podiam ser lavradores, uma vez que não dispunham da força de tracção indispensável.

Contrariamente aos bovinos, os ovinos asseguravam a sua alimentação nos terrenos marginais, pastoreavam sobretudo os campos de cereal em pousio e os baldios. Os lameiros raramente eram pastoreados pelos ovinos. Assim, não era praticamente necessário dispor de terra para poder manter um rebanho de ovinos. Por este motivo, a criação de ovinos era sobretudo uma actividade dos grupos sociais menos favorecidos em termos de posse de terra.

A lógica do sistema de agricultura tradicional

A diversidade natural da região e a necessidade de assegurar a autossustentabilidade da população pela produção agrícola, atendendo à autarcia das comunidades rurais, justifica os sistemas de produção postos em prática e mesmo, em boa parte, a estrutura da propriedade fundiária existente. De facto, a rotação bienal, impunha a divisão dos terrenos de cereal em duas folhas e a sincronização da rotação entre todos os agricultores, de forma a que os trabalhos de uns não prejudicassem as culturas de outros. Era assim necessário, para que a produção fosse equilibrada de uns anos para os outros, possuir uma dimensão não muito diferente em cada uma das parcelas. Por outro lado, somente os terrenos mais férteis podiam suportar a rotação mais intensiva que incluía a batata e as culturas forrageira como o milho e o nabo.

Os lameiros, segundo as suas diferentes características, tinham papéis complementares na produção forrageira ao longo do ano. Podemos distinguir, grosso modo, três tipos diferentes: os lameiros não irrigados, que secam durante o verão; os lameiros irrigados e ainda os lameiros irrigados mas que normalmente não são pastoreados directa-

mente, servindo para fornecer um complemento de forragem verde no estábulo, sobretudo durante o verão.

As hortas, em solos mais férteis, irrigados e próximos das habitações, eram estratégicas para a produção de bens para consumo humano.

Os castanheiros, pela sua importância na alimentação humana e animal, os bosques de carvalho, pela produção de lenha, são também elementos que dificilmente podiam ser dispensados no quadro de vida tradicional.

Os sistemas de culturas adaptavam-se portanto à diversidade ecológica da região, tirando dela partido. Mas isso significava também que para poder ter acesso à categoria de lavrador era necessário possuir um património fundiário composto por todos estes elementos, portanto constituído por parcelas em todas as diferentes zonas ecológicas de uma aldeia. Se assim não fosse, seria necessário completá-los com parcelas em arrendamento cuja disponibilidade era sempre incerta; ou então, ser jornaleiro nas casas mais ricas.

Portanto, em cada geração, se houvesse lugar a partilhas em natureza entre todos os herdeiros, elas deveriam incidir sobre cada uma destas categorias ecológicas, no limite, sobre todas as parcelas. Mas estas características podem igualmente facilitar recombinações posteriores. De facto, é fácil trocar parcelas de iguais dimensões e características, de forma a que daí possa resultar, para os dois interessados, uma parcela de dimensão superior.

4.3.2 · A transformação das práticas produtivas agrícolas

O declínio da pecuária⁴² surge como a nota mais evidente da transformação dos sistemas produtivos tradicionais, o que pode ser explicado por duas ordens de factores. Por um lado, a perda de importância dos bovinos enquanto fornecedores de força de tracção, a qual tem vindo a ser substituída pela tracção mecânica. Por outro, a pecuária sendo uma actividade com importantes necessidades em mão-de-obra que não são diferíveis, as famílias pluriactivas e sobretudo aquelas que não residem em permanência na aldeia, muito dificilmente poderão ajustar as suas disponibilidades de mão-de-obra às exigências desta actividade. De facto, podemos constatar que a actividade pecuária se concentra nas famílias cuja actividade é exclusivamente agrícola (ver quadro 15).

Como consequência deste facto, existe uma grande quantidade de lameiros que não são utilizados pelas famílias pluriactivas e, assim, as exclusivamente agrícolas podem facilmente dispor deles, normalmente em arrendamentos precários ou por troca de alguns serviços, o que lhes permite praticar uma pecuária extensiva com encargos fundiários muito reduzidos.

De modo inverso, as culturas permanentes (essencialmente o castanheiro), pouco exigentes em mão-de-obra, sendo essas exigên-

Quadro 15 - Posse de tractor, bovinos e ovinos

Tipo	Bovinos (número)		Ovinos (número)		Famílias que têm tractor	
	Famílias que têm	Bovinos/fam. que tem	Famílias que têm	Ovinos/fam. que tem	Número	%
1.1	1	4	0	0	2	10.5%
1.2	4	7	1	100	3	50.0%
2	1	3	0	0	0	0.0%
3	0	0	0	0	0	0.0%
4	0	0	0	0	4	50.0%
5	1	20	0	0	1	9.1%
6	0	0	0	0	0	0.0%
Total	7	5	1	100	10	16.9%

cias perfeitamente conciliáveis com os períodos de disponibilidade da família e proporcionando aos preços actuais rendibilidades interessantes, apresentam-se muito mais atractivas face às novas condições de reprodução das famílias. De facto, em todos os tipos de famílias a totalidade de castanheiros de que dispõem são cultivados directamente, o que não acontece com as outras categorias de património fundiário (ver quadro 16).

As culturas cerealíferas, com características intermédias entre estes dois pólos opostos e desde que a topografia dos terrenos seja compatível com a mecanização, continuam a ser perfeitamente possíveis enquanto a relação de preços se mantiver favorável e são de facto praticadas um pouco por todos os tipos de famílias.

Ainda que as restrições das disponibilidades de tempo das famílias pluriactivas, jogue um papel importante na escolha das acti-

Quadro 16 - Património fundiário em propriedade, herdado e cultivado por tipos de famílias e segundo as categorias de fundiário

Tipo	Terrenos de cereais (ha)			Lameiros (ha)			Castanheiros (ha)		
	ha en pro. /família	% herdada	% cultivada	ha en pro. /família	% herdada	% cultivada	ha en pro. /família	% herdada	% cultivada
1.1	5.1	72.9%	49.0%	1.8	64.7%	47.1%	0.9	55.6%	94.4%
1.2	10.8	22.2%	140.7%	4.2	52.4%	161.9%	2.6	0.0%	100.0%
2	3.7	63.6%	100.0%	0.3	100.0%	100.0%	1.0	0.0%	100.0%
3	0.7	0.0%	120.0%	0.1	0.0%	0.0%	0.1	0.0%	100.0%
4	3.3	80.0%	80.0%	1.2	85.7%	28.6%	0.7	25.0%	100.0%
5	7.3	87.5%	78.8%	4.7	92.3%	76.9%	2.0	77.3%	100.0%
6	0.3	0.0%	0.0%	0.1	0.0%	0.0%	0.1	0.0%	0.0%
Total	5.0	65.8%	82.3%	2.2	75.9%	82.8%	1.2	45.9%	98.4%

vidades agrícolas possíveis, a produção agrícola toma, mesmo assim, uma importância considerável na reprodução dessas famílias. Naquelas do tipo 3, em que o montante de património fundiário é reduzido, a produção agrícola serve sobretudo para fornecer autoconsumos, mas, nas famílias com patrimónios fundiários mais importantes, a produção agrícola permite obter rendimentos monetários não negligenciáveis, o que vem confirmado pela relação entre o património total e cultivado nestas famílias. A posse de um tractor é também um indicador da vitalidade e de uma importante intensificação em capital nas explorações agrícolas dessas famílias. Com efeito, metade dos tractores que existem na aldeia, pertencem às famílias dos tipos 4 e 5 (ver quadro 15).

Em conclusão, podemos dizer que os vectores mais marcantes da transformação das praticas produtivas agrícolas, face ao novo quadro de reprodução das famílias, são os seguintes: a pecuária perde importância, sendo apenas praticada pelas famílias cuja actividade é exclusivamente agrícola, as quais dispoem de grandes superfícies de *lameiros*, têm tendência a extensificar esta actividade; por outro lado, nas famílias pluriactivas, são as restrições de tempo que são decisivas na escolha das produções agrícolas, as culturas permanentes pouco exigentes em mão-de-obra e permitindo diferir os trabalhos segundo os períodos de disponibilidade da família, são aquelas que melhor se ajustam ao novo quadro de vida das famílias pluriactivas. Os cereais são também, embora menos, compatíveis com este novo quadro. Por último, as culturas hortícolas mantêm um grande interesse, mas sobretudo para as famílias cujos rendimentos são mais baixos, isto é, as do tipo 3.

4.4 · A articulação entre as estratégias de reprodução e as práticas patrimoniais

Apesar das limitações dos dados de que dispomos (ver nota do quadro 17), num calculo grosseiro⁴³, podemos afirmar que a percentagem de terra vendida anualmente em relação à superfície agrícola total foi de 0.6 a 0.9% durante o período que compreende os últimos 30 anos. Este valor é bastante baixo relativamente aos valores normalmente admitidos para outras regiões (cfr. Lourenço, 1989 e Carvalho, 1984). As quantidades de património fundiário que são objecto de transacção nos mercados fundiários são pois globalmente bastante baixas, constituindo assim a herança a via principal de transmissão do património.

Mas se é assim em termos globais, o esforço de acumulação de património fundiário é bastante diferente segundo os diferentes modos de reprodução das famílias. De facto, as famílias cuja reprodução é assegurada exclusivamente pela produção agrícola (tipo 1.2), denotam um esforço de acumulação patrimonial muito importante; do total de património fundiário que têm em propriedade, estas famílias acumularam 73.9% e são responsáveis por 46.2% da acumulação total das famílias, ainda que elas representem apenas 10% do número total de agregados domésticos. As famílias do tipo 3, não tendo herdado quase nada, são igualmente forçadas a comprar um mínimo de terra onde

Quadro 17 - Património fundiário total, acumulado e vendido segundo os tipos de famílias⁴⁴

Tipos	Património fundiário									
	Total (ha)			em % do total das linhas					em % do total	
	Em proprie.	Acu. mul.	Vendi. (2)	Acumulado				Vendido	Das colunas	
				Terrenos de cereal (ha)	Lameir. (ha)	Castanh. (ha)	Total		Vendido	Acu. mulado
1.1	148	46	38	56.5%	26.1%	17.4%	31.1%	25.7%	30.6%	30.3%
1.2	88	65	0	64.6%	15.4%	20.0%	73.9%	0.0%	0.0%	42.8%
2	15	7	24	57.1%	0.0%	42.9%	46.7%	160%	19.4%	4.6%
3	7	7	0	71.4%	14.3%	14.3%	100.0%	0.0%	0.0%	4.6%
4	31	8	30	50.0%	12.5%	37.5%	25.8%	96.8%	24.2%	5.3%
5	154	19	32	52.6%	21.1%	26.3%	12.3%	20.8%	25.8%	12.5%
6	0	0	0	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Total	443	152	124	59.9%	18.4%	21.7%	34.3%	28.0%	100.0%	100.0%

(1) - Compreende apenas o património fundiário correspondente

aos lameiros, terrenos de cereal e castanheiros

(2) - Para as mesmas categorias de património fundiário, compreende as quantidades que foram vendidas pelos coherdeiros das famílias representadas actualmente na aldeia

possam produzir alguns bens de autoconsumo, ainda que em termos globais o total das suas compras resulte pouco importante.

As outras famílias pluriactivas (tipos 4 e 5) têm também uma atitude de acumulação importante face ao património fundiário, embora sendo menos acentuado que nos casos precedentes.

Considerando agora a atitude dos grupos domésticos face à acumulação em função da dimensão patrimonial das famílias de que descendem (quadro 18), verificamos que ela é decrescente à medida que a dimensão patrimonial das famílias de origem aumenta. Portanto, em termos globais, são os descendentes dos estratos médios que mais acumulam, o que de resto seria de esperar considerando que é neste grupo social que tem origem as famílias exclusivamente agrícolas.

São também os descendentes do grupo social médio, que deixam definitivamente a aldeia, aqueles que contribuem com a maior parte do património vendido.

Acompanhando as tendências de modificação do quadro de reprodução das famílias e das práticas produtivas verifica-se também uma reorientação dos interesses no que diz respeito às diferentes categorias de património fundiário. Os lameiros, que constituíam um elemento estratégico no sistema produtivo tradicional⁴⁵, perdem interesse em favor dos soutos e das terras de cereal de melhor qualidade, menos inclinadas e mais próximas da aldeia, mas, sobretudo, em favor das

Quadro 18 - Património fundiário total, acumulado e vendido segundo a origem social das famílias

Rendi. colectável do patrim. dos ascendentes		Número de Famílias	Patri. fundiário (ha)			% do total das colunas				% do total em pro.	
			Em proprie.	Acu mulado	Ven dido	Nº de famílias	Em proprie.	Acu mulado	Ven dido	Acu mulado	Ven dido
≤5000	Jornaleiros	23	40	25	4	39.0%	9.0%	16.4%	3.2%	62.5%	10.0%
5000 à ≤20000	Pequenos lavradores	25	167	79	92	42.4%	37.7%	52.0%	74.2%	47.3%	55.1%
20000 à ≤60000	Lavradores abastados	10	131	45	28	16.9%	29.6%	29.6%	22.6%	34.4%	21.4%
> 60000	Proprietários	1	105	3	0	1.7%	23.7%	2.0%	0.0%	2.9%	0.0%
Total		59	443	152	124	100%	100%	100%	100%	34.3%	28.0%

culturas permanentes (castanheiros), que se ajustam bastante melhor às disponibilidades de mão-de-obra das famílias.

De facto, o esforço de acumulação de património fundiário, é bastante menos importante relativamente aos lameiros do que no que concerne as terras de boa qualidade (ver quadro 18), mas sobretudo ele incide sobre os castanheiros, quer seja através de compra quer da instalação de novos soutos. Esta tendência é evidentemente mais marcada nas famílias pluriactivas, e nestas sobretudo nas mais jovens. Assim, as famílias do tipo 4, acumularam 12.5% dos lameiros que possuem contra 37.5% dos castanheiros, ao passo que para as famílias do tipo 5 estas mesmas percentagens tomam os valores de 21.1% e 26.3% respectivamente.

Apesar da crescente substituição dos rendimentos do trabalho agrícola por rendimentos não agrícolas (que embora de forma diversa, afecta todos os grupos sociais da aldeia), o importante papel que a terra ocupa na reprodução das famílias, determina as atitudes, sempre bem presentes, de acumulação ou de conservação do património fundiário recebido por herança. Em situações em que o rendimento das famílias é insuficiente, seja porque os salários auferidos são baixos, seja porque apenas um dos membros do agregado familiar tem uma actividade remunerada, a produção agrícola fornece um contributo de forma nenhuma negligenciável, seja em termos de complemento de rendimentos, seja de fornecimento de autoconsumos.

Por outro lado, o papel do património fundiário não se restringe exclusivamente ao campo da produção agrícola, “mesmo quando a actividade produtiva perde o interesse económico, o património familiar pode, ainda assim, funcionar como um capital de recurso (...) destinado, por exemplo, a ser valorizado em situações de crise ou precariedade de emprego, ou então como um capital produtivo de reserva apenas dependente da disponibilidade de recursos financeiros a obter através do trabalho fora da exploração” (Hespanha, 1987:147). As motivações

por que se regem as famílias na gestão do património fundiário, não são aliás, exclusivamente do domínio económico. “Mais importante, talvez, do que insistir sobre as funções estritamente económicas da posse da terra, interessa realçar outros vínculos, mais de natureza simbólica, que ligam ainda as famílias ao património fundiário.” (Hespanha, 1987: 147)

Em conclusão, diríamos que os modos de reprodução das famílias rurais se alteraram profundamente nos últimos anos em face das modificações globais da sociedade, continuando no entanto a ser largamente determinados pelo património fundiário. Nas famílias em idade avançada, que sempre tiveram na agricultura a única fonte de rendimentos, a actividade agrícola tem actualmente na maior parte dos casos apenas um papel residual relativamente a outras fontes de rendimento (sobretudo prestações sociais). Contudo, o património fundiário, constitui mesmo assim um capital de reserva, um elemento securizador na última fase do ciclo de vida. Nalguns casos ele é mesmo valorizado de forma activa pelos filhos (em comum ou não) que, tendo outras actividades, normalmente urbanas, exercem uma actividade agrícola complementar.

Nas famílias em idade activa que empregam toda a sua força de trabalho na actividade agrícola, um ou os dois cônjuges tiveram origem em famílias do estrato médio ou superior, com reduzido número de herdeiros, ou, os co-herdeiros estando ausentes, permitem-lhes a exploração das suas quotas sem contrapartidas. Para estas famílias, o património fundiário tem um papel estratégico na produção agrícola e portanto na sua reprodução.

As famílias pluriactivas com residência urbana, igualmente originárias no estrato dos médios proprietários, exploram em grande parte dos casos, em comum ou individualmente, e com maior ou menor absentismo, o património fundiário que herdaram. Este reveste aqui múltiplas funções: complemento de rendimentos, capital de reserva, capital simbólico. Após a idade da reforma, a residência tende a ser na aldeia ou partilhada com a cidade, sendo nessa altura, se a vida activa decorreu longe da aldeia, o património fundiário valorizado de forma mais intensa.

Inversamente, as famílias pluriactivas com residência rural, descendem dos grupos sociais de menor dimensão patrimonial, *jornaleiros* ou *caseiros*, habitam uma casa que herdaram ou construíram (frequentemente com poupanças que acumularam enquanto emigrantes), e tem uma actividade não agrícola, urbana ou não, que conjugam com uma pequena agricultura quase exclusivamente de autoconsumo. O património fundiário, de reduzidas dimensões, limita-se apenas a alguns elementos estratégicos (hortas) importantes, mesmo assim, enquanto garante da produção de alguns bens de subsistência (produtos hortícolas, criação do porco, etc).

Por último, os descendentes das famílias detentoras dos maiores patrimónios, tem, na maior parte dos casos, um elevado nível de formação, empregos urbanos frequentemente longe da aldeia e, o património fundiário, terá para estas famílias um papel sobretudo sim-

bólico, não havendo uma participação muito activa na sua gestão, mas ele constitui também um capital de reserva.

O papel do património fundiário na reprodução das famílias rurais, revela-se pois complexo e recobrimdo múltiplas funções, para além de elemento estratégico no acesso à profissão de agricultor:

- Por um lado, os aspectos simbólicos ligados ao psicologismo que a posse da terra implica na reprodução das desigualdades sociais, ou como vínculo de ligação afectiva ao lugar de origem;

- Por outro, as funções económicas que pode cumprir como elemento propiciador de autoconsumos ou de rendimentos complementares a uma actividade não agrícola, ou como capital de segurança a valorizar em situações de crise.

Da transformação dos modos de reprodução das famílias rurais, a face mais visível é sem dúvida a tendência para a diversificação de actividades e de residência, permitindo porém, através de determinados mecanismos (que necessariamente implicam uma transformação profunda dos sistemas de produção agrícolas tradicionais), a valorização do património fundiário com um maior ou menor absentismo. Em consequência, as práticas patrimoniais evoluem também, fundamentalmente por duas ordens de factores: por um lado, porque a valorização relativa dos diferentes elementos do património fundiário aparece reorientada em função da modificação do quadro de vida das famílias: os lameiros e as terras marginais desvalorizam-se relativamente, enquanto que, os castanheiros e as boas terras de cultura mecanizáveis, se valorizam; por outro lado, porque os modos de reprodução se alteraram, as motivações de detenção do património fundiário e as formas de pressão sobre ele, modificaram-se também.

Relativamente à evolução da estrutura fundiária, aparecem assim novos factores actuando em sentidos contrários: uns no sentido do aumento da fragmentação fundiária e outros no sentido do aumento da concentração. No primeiro joga a modificação da difícil arbitragem entre os objectivos contraditórios de manutenção de um património indiviso, da partilha igualitária entre herdeiros e de garantir mão-de-obra abundante na exploração agrícola, (que tradicionalmente encontraria solução na escolha de um herdeiro favorecido e no afastamento do casamento dos outros herdeiros). Tendo vindo a ser resolvido este conflito pela pluriactividade, e as famílias não estando assim mais na dependência exclusiva da produção agrícola e do património fundiário para a sua reprodução ao mesmo nível na escala social, surge como consequência uma divisão efectiva do património fundiário mais frequente. Embora, através do casamento determinados rearranjos patrimoniais sejam feitos, a consequência deste facto será necessariamente uma maior pulverização fundiária. No segundo sentido, contribuem as atitudes dos novos grupos sociais que se revelam fortemente acumuladores, sobretudo as famílias exclusivamente agrícolas. Contudo, para que este último factor tivesse um impacto decisivo, seria necessário que os outros grupos sociais se desinteressassem significativamente da propriedade da terra, o que não parece verificar-se. Enquanto estes factores não se alterarem, julgamos

poder afirmar que a resultante mais provável destes dois vectores opostos, seja um aumento dos pequenos patrimónios fundiários, portanto um aumento da polarização na base da estrutura fundiária.

Esta conclusão, que pudemos extrair da análise das modificações dos modos de reprodução das famílias, vai de encontro à observação da evolução da estrutura das explorações agrícolas na região da Terra Fria nos últimos anos, cuja tendência mais evidente é, como vimos no capítulo II, o aumento do peso das pequenas explorações.

Conclusão

Apresentámos, no início deste trabalho, as estruturas fundiárias na região da Terra Fria, como sendo dotadas de uma notável estabilidade face às transformações recentes da formação social portuguesa. O decrescimento da população rural, iniciado nos anos 50 pela consolidação do modelo de desenvolvimento por concentração urbano-industrial, e que tomou as proporções de um verdadeiro êxodo durante os anos 60, não induziu a esperada reorganização fundiária. Recentemente, a tendência para a inversão deste modelo de crescimento, a emigração regressando a níveis reduzidos, a estrutura demográfica com tendência a reconstituir-se nas regiões rurais (pelo menos nos pequenos e médios centros urbanos) e, enfim, o desenhar de um novo espaço rural reintegrado, parecem também não ter tido um reflexo consistente sobre as estruturas da propriedade fundiária. Face a este quadro, avançámos como hipótese explicativa que, as atitudes face à propriedade fundiária, se inscrevem nas estratégias de gestão patrimonial, as quais são, por seu lado, determinadas pela lógica mais global das estratégias de reprodução das famílias.

Esta hipótese implicava a necessidade de pesquisar os determinantes da propriedade da terra, não exclusivamente na esfera da produção, mas igualmente, ou sobretudo, na esfera da reprodução. Isto conduziu-nos a adoptar um procedimento analítico que compreendia as três principais etapas seguintes: identificar as principais características da formação social portuguesa e da sua evolução recente; conhecer as

principais modalidades de integração das famílias rurais nos mercados não agrícolas; sistematizar e a caracterizar os modos de reprodução das famílias e, enfim, estudar a sua articulação com a transformação sócio-económica global e identificar o papel do património fundiário nos diferentes modos de reprodução.

Da primeira destas etapas pudemos concluir que, após um período de consolidação do sistema capitalista por polarização urbano-industrial, a região que constitui o objecto do nosso estudo, foi afectada por esta evolução⁴⁶ fundamentalmente pelos três seguintes vectores: êxodo populacional que esvaziou os campos e desequilibró a estrutura demográfica; desintegração do espaço produtivo agrícola, que se tornou mono-produtivo-agrícola; e a acentuação da marginalização da região, cada vez mais relegada para a periferia do sistema económico nacional. Recentemente, um conjunto de fenómenos contribuíram para uma transformação mais ou menos profunda desta situação, que designámos por nova integração do espaço rural. Este novo quadro, melhor conhecido nas regiões onde a industrialização difusa induziu uma diversificação nítida das actividades económicas, existe igualmente na região ainda que sob bases diferentes. Aqui, é sobretudo a terciarização da actividade económica nos pequenos e médios centros urbanos da região, sobretudo através do aumento do peso do Administração Pública e dos sub-sectores da construção e da distribuição, que permite o desenvolvimento de diversas modalidades de pluriactividade agrícola, com residência rural ou urbana. Para além disso, as relações humanas culturais e de solidariedade (remessas da emigração e outras) e as prestações sociais, produzem formas diversificadas de pluri-rendimento com complemento agrícola e introduzem modificações nas representações e nas práticas, nomeadamente de consumo e, de novo, contribuem para uma expansão da economia mercantil e para a diversificação de actividades económicas. O espaço rural reaparece assim como um espaço económica, social e culturalmente integrado, ainda que sob formas diferentes do que aquelas que assumia o espaço rural pré-capitalista.

A sistematização dos modos de reprodução das famílias, que definimos na sociedade rural tradicional, portanto antes da transformação capitalista da formação social, era fundamentalmente composta por três diferentes modos, correspondentes aos três grupos sociais básicos: *proprietários, lavradores e jornaleiros*. Estes modos de reprodução, que vimos serem fortemente marcados por estratégias de conservação do património nos dois primeiros grupos, diferenciam-se pelas estratégias complementares a estas, que visam a manutenção de um importante capital de prestígio social, no primeiro grupo; e que, no segundo caso, visam assegurar a abundância de mão-de-obra na exploração agrícola. No terceiro grupo social, a inexistência de um património a preservar e a necessidade de encontrar trabalho, determinavam um modo de reprodução nitidamente diferente dos anteriores e caracterizado por uma grande mobilidade geográfica. Face às transformações na sociedade global, estes modos de reprodução e a estrutura social no espaço rural alteraram-se profundamente. No grupo social dos proprietários,

reforçou-se a estratégia de investimento no capital cultural dos descendentes, aparecendo hoje uma grande parte destes como quadros superiores residindo em grandes centros urbanos. Os descendentes dos lavradores, com um património cultural e fundiário mais modesto, ultrapassaram o conflito de base do seu modo de reprodução (escolha de um herdeiro favorecido de forma informal, que casa e assegura a sucessão na exploração agrícola, sendo o casamento dos outros evitado enquanto possível) através da saída, como empregados da Administração Pública na maior parte dos casos, ficando o estatuto de agricultor a pleno tempo reservado àqueles casos em que uma boa dimensão fundiária é acessível, seja por herança seja por cedência a título gratuito dos co-herdeiros. No que diz respeito aos jornaleiros, a emigração constitui a principal saída, já não sendo hoje possível encontrar a grande maioria na aldeia. Aqueles que ficaram, aproveitam a aldeia enquanto espaço de residência, mas encontram a sua subsistência sobretudo como assalariados na cidade ou em actividades de pequeno comércio (sobretudo os emigrantes regressados). Caricaturando, podemos dizer que saíram sobretudo aqueles que o puderam fazer por *cima* (descendentes das famílias mais abastadas e dotados de um capital cultural importante) e aqueles que não puderam ficar.

O papel do património fundiário revela-se assim complexo e distinto segundo os modos de reprodução, o mesmo se passando com as atitudes face à propriedade e as práticas produtivas e de gestão dos recursos fundiários. No caso dos descendentes dos *proprietários*, ainda que a gestão do fundiário não implique normalmente uma exploração directa, não parece provável uma libertação significativa de terra, pelo menos à escala da geração actualmente em idade activa. Uma valorização do património fundiário, evidenciada por exemplo pelo recurso às ajudas comunitárias ao investimento nas explorações agrícolas, parece de resto estar bem presente neste grupo. Relativamente aos descendentes de *lavradores* que não tem uma actividade exclusivamente agrícola, a gestão do património fundiário e as práticas produtivas diversificam-se segundo, entre outros factores, a proximidade da residência e a fase do ciclo de vida. Contudo, na maior parte dos casos, a adopção de sistemas produtivos adaptáveis às disponibilidades de tempo, é indispensável. Resulta daqui uma preferência evidente pelas culturas permanentes e o desinteresse pela pecuária. O património fundiário assume na reprodução destas famílias pelo menos duas importantes funções: por um lado permite um complemento de rendimentos e a produção não mercantil de bens alimentares; por outro lado, constitui um elemento securizante que em qualquer altura pode ser mais intensamente valorizado. Uma pequena produção de bens alimentares para autoconsumo, está também presente nos descendentes do grupo social dos *jornaleiros*, assim como uma estratégia de acumulação fundiária que, porém, se restringe às parcelas de terra estratégicas na produção de autoconsumos.

Os interesses que incidem sobre o fundiário são portanto múltiplos e diversificados segundo o papel que este assume na reprodução das famílias. Parece-nos ser esta, de resto, a conclusão mais importante

a reter do nosso estudo, a qual explica em parte a estabilidade das estruturas da propriedade fundiária. Por outro lado, julgamos que o interesse da abordagem teórica do ponto de vista da gestão patrimonial da terra, colocando a análise na esfera da reprodução, ficou demonstrada.

A terminar este trabalho, queremos reconhecer que aqui não fizemos mais do que explorar uma via teórica e metodológica e, por outro lado, reafirmar o interesse e a necessidade de conduzir uma investigação multidisciplinar e de maior alcance, de forma a melhor conhecer os modos de reprodução das famílias e a diversidade de funções que neles ocupa o património fundiário. A explicação e a previsão da evolução de variáveis como o preço da terra ou a estrutura fundiária não poderão ser avançadas, em nossa opinião, enquanto um conhecimento bastante mais profundo não for adquirido nestes domínios.

Notas

- 1 - Numa das mais recentes, o Reg. CEE nº 797/85, considerava-se no preâmbulo do Decreto Lei nº 79-A/87 que tornava efectiva a sua aplicação em Portugal, que “as necessárias correcções da estrutura fundiária exigem a dinamização da mobilidade do factor terra”.
- 2 - Situações semelhantes, são frequentemente referidas em zonas de montanha. Cfr. p.e. Kayser, 1977
- 3 - Cfr. p.e. M.A.P., G.P., 1977 : “Muitos dos factores que explicam a persistência da longa crise da agricultura portuguesa, são identificados através da análise da estrutura produtiva. O imobilismo desta, reflecte-se na estagnação do sector.”
- 4 - Queremos deixar desde já claro que não julgamos que a evolução da sociedade portuguesa possa ser confundida com a que se tem verificado nos países centrais mais desenvolvidos, embora, nomeadamente por via da emigração, as transformações que ocorrem nessas sociedades marquem decisivamente a transformação do espaço rural português. A este propósito, a análise da sociedade portuguesa na semiperiferia do sistema mundial, parece-nos particularmente adequada. Cfr. Santos, 1990: 105 a 192

- 5- O termo estratégia tem como refere O'Neill (1984: 224), dois inconvenientes: o primeiro é que ele sugere um certo "militarismo", tácticas estratégicas; e o segundo é que pode implicar um ênfase excessivo sobre os comportamentos dos indivíduos, que individualmente procuram maximizar a utilidade das suas acções. Contudo, o sentido com o qual nós aqui o utilizamos é aquele que lhe confere Bourdieu (1972-a e 1972-b): as estratégias são produzidas por *habitus*; um sistema de disposições duráveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções. (Bourdieu, 1972-b:178) As estratégias são portanto um meio de estabelecer uma ligação entre as representações e as práticas, entre a escolha individual e a estrutura social.
- 6- Alguns economistas rurais advertiram também para o facto de que a desarticulação da economia camponesa, não dá necessariamente lugar a uma economia agrícola capitalista, mas a uma "amalgama" de situações diversas, um mundo onde a "economia rural transbordava da economia agrícola". Cfr. Badouin, 1967.
- 7- Características particulares de funcionamento da agricultura familiar, relação dessas explorações com o mercado, pluriactividade, pluri-rendimento, propriedade da terra enquanto reserva de valor ou fornecedora de outros valores de uso, valores simbólicos ligados ao património fundiário, etc. Cfr. Lourenço, 1989
- 8- D. Thorner, Prefácio ao livro "A Organização da Economia Camponesa". Cfr Tchayanov, 1990: 14
- 9- O chefe de família põe em balanço (conscientemente ou não) a penividade marginal cada vez maior do trabalho (e portanto do rublo marginal de ganho), e a satisfação das necessidades (cada vez menos vitais) que esse rublo permite. O ponto de equilíbrio é atingido logo que o trabalho necessário para ganhar o rublo marginal é estimado pelo camponês como demasiadamente penível relativamente à satisfação das necessidades que assegura." (Tchayanov, 1990: 327)
- 10 - A área total das explorações agrícolas reparte-se sobretudo entre o capitalismo agrário privado (40%) e a agricultura familiar (46%). O peso desta última é ainda mais evidente na [...] SAU (50%).” Por outro lado, as explorações familiares são largamente predominantes, sobretudo em termos da população (62% da população activa agrícola e 95% da população que vive em unidades agrícolas), mas também em termos do Valor Acrescentado Bruto que geram (67%

do VAB agrícola total). (Baptista, 1990, p.1-9)

- 11 - No Continente Português, apenas 1.3% do nº total de prédios é objecto de transacção no mercado fundiário, sendo no entanto grande parte destas transacções devidas a mudanças no uso social dos solos para fins não agrícolas. (Lourenço, 1989, p.25-26)
- 12 - Cfr. KesslerD. e Masson A.. ed., 1985
- 13 - Conservamos aqui, e no seguimento do texto, as notações utilizadas pelos autores citados.
- 14 - As antecipações dos recursos futuros são feitas continuamente à luz da experiência passada ou dos desvios observados.
- 15 - "the provision of housing"
- 16 - Por razões que se prendem com a preocupação de guardar a confidencialidade das fontes que utilizámos, designámos a comunidade por um nome fictício, que não existe na região. Pelas mesmas razões, no que diz respeito aos indivíduos, utilizámos de igual modo pseudónimos. Os inquéritos que realizámos encontram-se depositados na Escola Superior Agrária de Bragança.
- 17 - Com efeito, dispúnhamos apenas de informação para estes três elementos quando os indivíduos tinham nascido, casado e morrido na aldeia; para os outros casos só contámos com a informação relativa àqueles destes factos que aí tinham ocorrido.
- 18 - Complementaridade não significa que a produção agrícola tenha exclusivamente como finalidade o autoconsumo. Em certos casos, pode existir uma comercialização importante das produções resultantes deste tipo de agricultura. Cfr. Reis, 1985, p. 226
- 19 - A informação quantitativa que utilizaremos nesta secção do capítulo II, tem como origem os dados disponíveis no quadro do projecto *Zonagem e caracterização dos principais tipos de agricultura no Continente* (INIC / JNICT), que está a ser realizado no Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural da Universidade Técnica de Lisboa. Relativamente à metodologia seguida no tratamento da informação e às definições e notações utilizadas, ver anexo 2.
- 20 - No Distrito de Braga, por exemplo, esta percentagem é apenas de 17.4%. Cfr. Baptista et alt, 1989
- 21 - Não tomámos em conta na análise 4 das modalidades que resultam de conjugar os dois critérios que utilizámos (tempo de trabalho e rendimento). Três delas porque são muito pouco representativas (menos de 1%). A outra (50 a 100% das UTA empregues na exploração agrícola e mais de 50% do rendimento com origem

exterior), embora com uma representatividade de 3.8%, tem características mistas, comuns ao grupo dos Pluriactivos I e famílias exclusivamente agrícolas, por isso considerámos que a sua inclusão não enriqueceria a análise.

- 22 - Numa visão temporal, um determinado fenómeno pode ser decomposto entre um efeito de idade, isto é um certo perfil observável ao longo da vida de um indivíduo, mas esse mesmo perfil segundo a idade, pode também ele ser diferente no decurso da história: falamos então de um efeito de geração. “Os comportamentos variam segundo a idade em razão de fenómenos como a inércia, os hábitos, a memória, a tradição (visão retrospectiva) ou as antecipações, os horizontes, a incerteza (visão prospectiva)”. Se os comportamentos considerados a uma dada idade são determinados por tais factores e se estes últimos se mantêm estáveis no decurso do tempo, o efeito de idade obtido é também ele invariante, os mesmos factores produzem os mesmos efeitos sobre as atitudes ou comportamentos.

Contudo, para a maioria dos fenómenos sócio-económicos, um efeito de idade puro nunca se manifesta. Certos efeitos de momento tem consequências sobre os indivíduos, ao mesmo tempo duráveis e variáveis segundo a idade ou a sua posição no ciclo de vida no momento considerado. Convém então recolocar o indivíduo não simplesmente no seu ciclo de vida e num dado meio ambiente mas igualmente no seio do grupo que percorreu a mesma trajectória histórica, mais precisamente que conheceu no mesmo momento um acontecimento tomado para referência.” (Kessler et Masson, 1985: 288-89).

- 23 - Sobretudo em função das qualificações, o que de resto não é independente da origem social dos indivíduos.
- 24 - “A área constituída pelas terras aráveis, terras com culturas permanentes, terras com prados e pastagens permanentes e terras com matos e florestas.”
- 25 - O inquérito de 1954 dá apenas o número de explorações por classes de superfície. A superfície por classe que figura no quadro 1 do anexo 3, foi obtida multiplicando o número de explorações pelo valor central de cada classe de superfície.
- 26 - É o único indicador de parcelamento comparável nos três inquéritos.
- 27 - A expressão cabaneiros é também frequentemente utilizada. Esta refere-se, segundo alguns autores, ao tipo de residência (uma cabana) mas aplica-se também para designar os grupos sociais que

se situam no mais baixo nível da hierarquia social. Cfr, Descamps, 1935: 25.

- 28 - Caseiro, é aquele que toma um casal : “um conjunto composto por casas, currais, lameiros, terras, hortas e árvores dispersas” (Caldas, 1988: 132). Trata-se de um sistema de parceria, frequente no norte de Trás-os-Montes, em que um contrato (oral na maior parte dos casos) é estabelecido entre o proprietário e uma família cultivadora (um contrato de um ano tacitamente renovável, enquanto uma das partes não rompa o acordo), que se obriga a entregar, na época das colheitas, a metade de todas as produções. O proprietário, contribui com metade das despesas de exploração e paga a totalidade dos impostos. Sobre este assunto cfr. Caldas, 1988.

Descamps colocava os caseiros no grupo social dos lavradores, ainda que no mais baixo nível da sub-hierarquização que estabelecia para este grupo. Contudo, ainda que explorem de forma autónoma uma exploração agrícola, parece-nos que estão mais próximos do grupo social dos jornaleiros do que dos lavradores. De facto, possuem muito pequenas dimensões fundiárias, ou mesmo não possuem qualquer terra e, da mesma forma que os jornaleiros, são obrigados a ter uma grande mobilidade geográfica procurando um patrão que os aceite como caseiros, ou então, se não encontrarem nenhum, cairão no estatuto de jornaleiros.

- 29 - Segundo o Código Civil de 1966, um indivíduo pode dispor livremente de 1/3 do seu património (1/2 no caso de haver apenas um herdeiro) através de testamento. Esta parte designa-se por quota disponível. Os restantes 2/3 não podem ser incluídos em testamento e constituem a herança legítima dos restantes herdeiros.
- 30 - Medeiros, 1985, fazendo uma análise dos trabalhos da escola de Le Play de 1904 à 1934, chega a conclusões semelhantes.
- 31 - Alves, (1990: 65), descreve também este mecanismo para o centro do país: “frequentemente o contrato entre famílias pressupõe uma troca simétrica, isto é, dois filhos de sexos diferentes eram trocados entre famílias”.
- 32 - Por dinastia entendemos a estrutura do conjunto de descendentes do primeiro casal considerado.
- 33 - É frequente os grandes proprietários possuírem um casal na *Terra Quente*, zona de características mediterrânicas, que permite produções típicas destas regiões (azeite e vinho), difíceis de obter na *Terra Fria*.

- 34 - Mais tarde veio a ser Presidente da Câmara, cargo que ocupou durante 12 anos.
- 35 - Importa fazer distinção entre estes três tipos de emigração. De facto, a emigração para o Brasil e para África, envolveu sobretudo as classes rurais mais abastadas, uma vez que era necessário dispor de uma soma de dinheiro considerável, para pagar a viagem e assegurar um fundo suficiente para iniciar uma actividade comercial. Pelo contrário, a emigração com destino aos Países Europeus, mais recente, envolveu principalmente as classes rurais mais pobres. Ver capítulo I
- 36 - De facto a cedência não é totalmente gratuita, Clementina e Luís prestam-lhes alguns serviços, como seja lavouras, transporte de lenha, etc; e a própria conservação do fundiário é um serviço importante.
- 37 - Sobre as características e qualidade destas fontes ver metodologia no capítulo I.
- 38 - Ao longo deste capítulo empregaremos indiferentemente as designações casa, grupo doméstico ou família, para designar a unidade que compreende as seguintes dimensões:
- a) - *produção*,
 - b) - *residência*;
 - c) - *reprodução*, no sentido em que compreende um grupo de indivíduos normalmente unidos por laços de parentesco
 - e) - *propriedade*
- Adoptamos assim o conceito de *household*, tal como J. Goody (1972) o define, mais a dimensão propriedade que O'Neill (1984: 40) lhe acrescenta.
- 39 - Considera-se neste grupo as famílias cujos cônjuges não possuem actualmente, nem possuíram ao longo da sua vida, uma actividade não agrícola.
- 40 - Tomamos aqui a noção de património no seu sentido mais abrangente: Material, cultural e simbólico. Cfr. Strauss-Kahn 1977.
- 41 - A este nível de análise tomámos apenas os grupos domésticos relativamente aos quais ambos os cônjuges receberam já (ou já não receberão) a herança dos seus pais. Como resultado desta opção, não incluiremos aqui os tipos 2, 5 e 6; o tipo 2 porque resulta muito pouco representativo (a maior parte destas famílias ainda não herdaram) e muito heterogéneo incluindo famílias com uma forte

componente agrícola e outras em que ela é muito reduzida; o tipo 6 porque compreende apenas famílias que ainda não herdaram; e enfim o tipo 5 que distribuímos pelos outros tipos pelas razões que já expusemos.

- 42 - Embora não disponhamos de dados precisos para o confirmar, um idoso habitante da aldeia, garantia-nos que na sua juventude havia na aldeia “para cima de 100 juntas de cria” e vários rebanhos de ovinos. Actualmente existem na aldeia 46 bovinos e 100 ovinos.
- 43 - Considerando que o período coberto pelos nossos dados é de cerca de 30 anos e que a percentagem de superfície vendida em relação à superfície agrícola total, durante este período, é de 20 a 28%.
- 44 - A diferença entre os valores do total de fundiário vendido e comprado, justifica-se por um lado pelo facto de o valor das vendas que apresentamos, incluir apenas as que foram feitas pelos co-herdeiros dos membros das famílias que inquirimos, há contudo algumas famílias nas quais todos os descendentes deixaram a aldeia e venderam o património que aí detinham, o que explica em parte a diferença. Por outro lado, o valor do património total em propriedade é inferior ao valor da totalidade do património objecto de propriedade privada na aldeia, uma vez que alguns proprietários não estão incluídos no universo que inquirimos.

No que diz respeito à percentagem de património vendido em relação ao total de património fundiário em propriedade, julgamos que as percentagens reais sejam ainda menores, uma vez que há mais proprietários do que vendedores que escapam ao nosso universo de análise.

- 45 - Cf. Taborda, 1987: 91 - “... os lameiros ocupam quase sempre os solos mais férteis e são de todas as terras a mais estimada e a de maior preço”
- 46 - A região não foi apenas tocada pela consolidação do sistema capitalista na formação social portuguesa; de facto, pela via da emigração, a evolução dos países ocidentais, sobretudo França e Alemanha, teve repercussões evidentes na região.

Anexo I

Informação estatística

Quadro 1 - População residente, activa e activa agrícola no Continente e no Distrito de Bragança

Anos	Bragança				Portugal			
	Residente	Activa	Activa Agrícola		Residente	Activa	Activa Agrícola	
			Número	%act. to.			Número	%act. to.
1940	213233	75273	51548	68.5%	7185143	2862355	1318739	46.1%
1950	227125	74683	54795	73.4%	7856913	3005110	1410135	46.9%
1960	233441	82706	62021	75.0%	8292975	3126245	1297283	41.5%
1970	179763	55810	39275	70.4%	8074975	2988170	927770	31.0%
1981	184252	57773	29670	51.4%	9336760	3679467	693423	18.8%

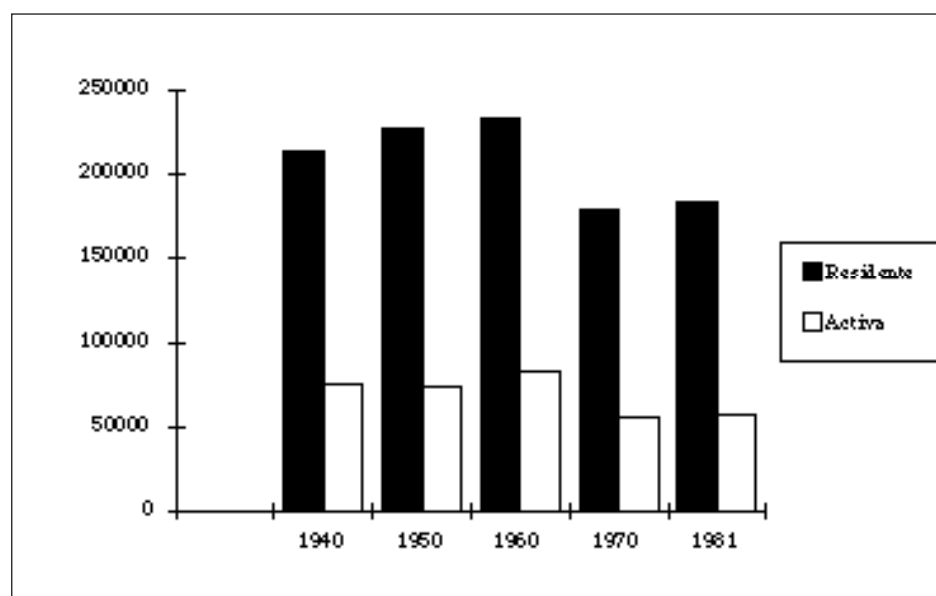


Figura 1 - Evolução da população residente e activa no Distrito de Bragança

Quadro 2 - Estrutura etária da população residente na região da *Terra Fria*

Idades	TOTAL			MED RURAL			MED URBANO		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
0-4	3857	1955	1902	2321	1187	1134	1451	721	730
5-9	4531	2394	2137	2931	1554	1377	1503	796	707
10-14	5129	2635	2494	3449	1798	1651	1541	777	764
15-19	5087	2703	2384	3265	1830	1435	1693	796	897
20-24	3900	2111	1789	2373	1384	989	1444	687	757
25-29	2812	1422	1390	1459	794	665	1295	594	701
30-34	2255	1124	1131	1178	592	586	1030	509	521
35-39	2373	1098	1275	1394	623	771	938	460	478
40-44	2776	1321	1455	1773	832	941	953	463	490
45-49	2847	1358	1489	1917	923	994	873	410	463
50-54	3155	1511	1644	2243	1088	1155	853	395	458
55-59	3162	1499	1663	2373	1130	1243	734	340	394
60-64	2686	1347	1339	2057	1047	1010	582	275	307
65-69	2554	1287	1267	2003	1025	978	514	238	276
70-74	2125	1042	1083	1742	883	859	360	147	213
75-79	1286	562	724	1035	478	557	243	81	162
80-84	658	246	412	522	201	321	128	42	86
>85	329	110	219	261	89	172	65	19	46
Total	51522	25725	25797	34296	17458	16838	16200	7750	8450

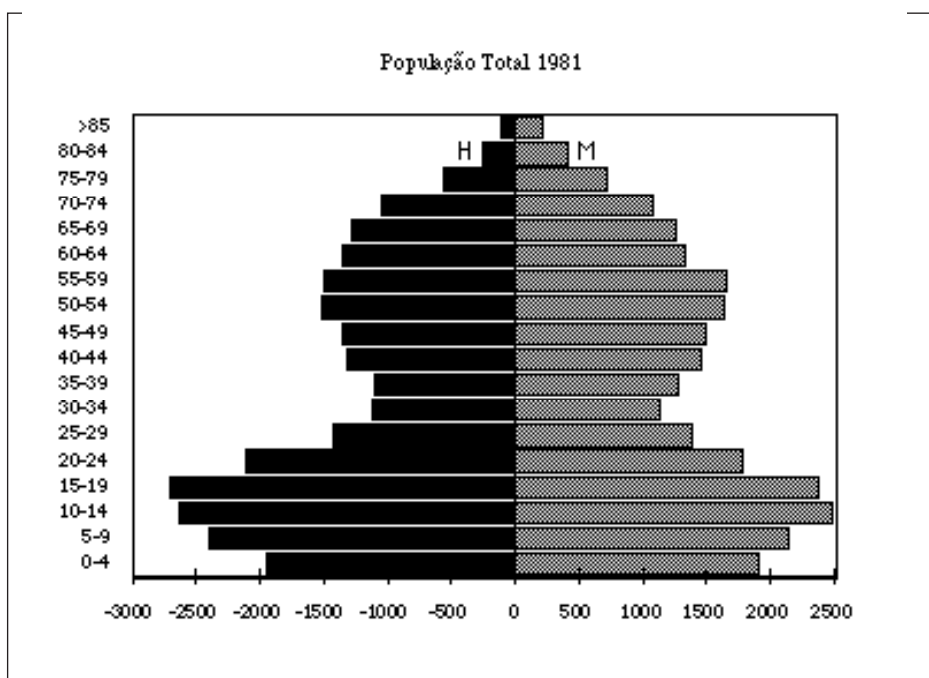


Figura 2.1 - Pirâmide das idades na região da Terra Fria

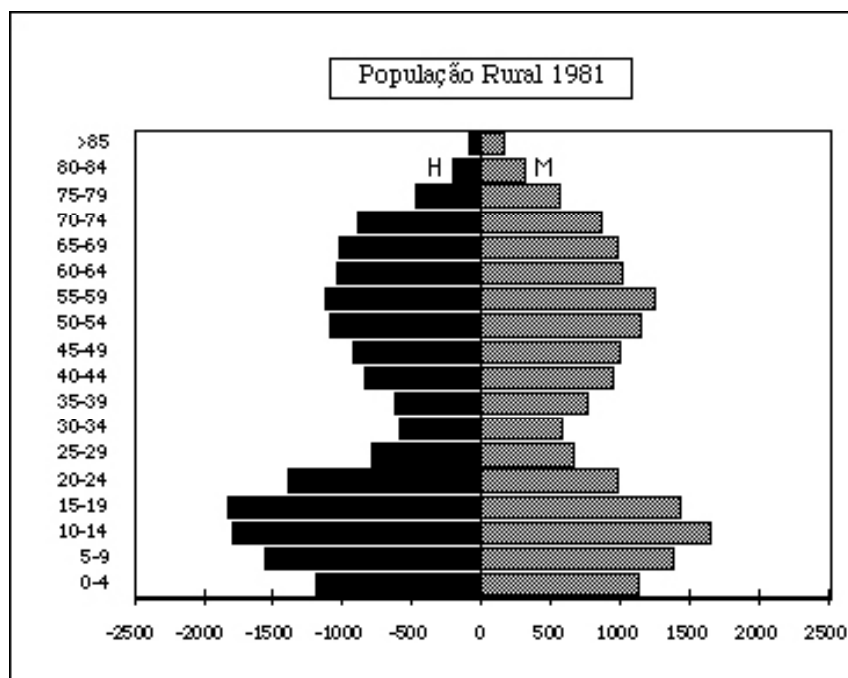


Figura 2.2 - Pirâmide das idades na região da Terra Fria

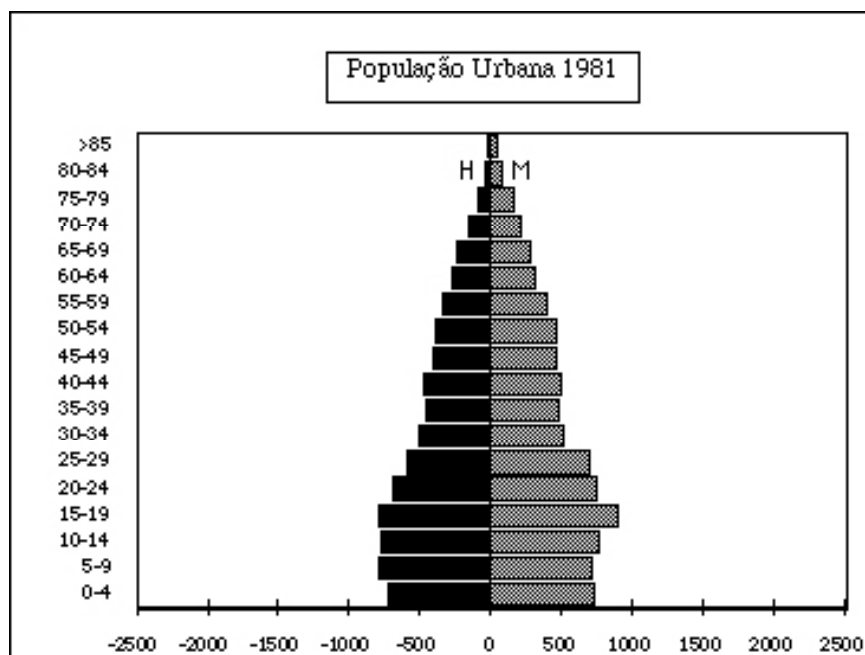


Figura 2.3 - Pirâmide das idades na região da Terra Fria

Quadro 3 - Indicadores económicos

Taxas de variação	Anos											
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
do PIB	3.4%	6.2%	4.1%	0.8%	3.2%	-0.3%	-1.6%	3.3%	3.9%	5.1%	4.0%	5.4%
do IPC*	22.1%	24.2%	16.6%	20.0%	22.4%	25.5%	29.3%	19.3%	11.7%	9.4%	11.7%	11.6%
dos Salários												
- na Agricultura												
- Nominais	16.0%	22.0%	18.6%	16.4%	21.9%	17.0%						
- Reais	-5.0%	-1.7%	1.9%	-3.0%	-0.4%	-6.8%						
- Industrias transfor.												
- Nominais	15.3%	19.0%	22.0%	20.3%	21.4%	18.5%	18.8%	21.1%	16.8%	14.0%	11.3%	
- Reais	-5.5%	-4.2%	4.6%	0.0%	-2.1%	-5.6%	-8.1%	1.5%	4.6%	4.2%	1.1%	
- Construção												
- Nominais	14.7%	19.4%	25.7%	24.5%	18.9%	21.1%	10.8%	21.2%	18.2%	12.2%	13.1%	11.3%
- Reais	-6.0%	-3.9%	7.8%	3.8%	-2.9%	-3.5%	-14.3%	1.6%	5.8%	2.6%	3.3%	

* - Índice de preços no consumidor

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores Económicos

Quadro 4 - Taxas de crescimento da população activa segundo a situação na profissão

(1981-1970)/1970	DISTRITO DE BRAGANÇA					
	Situação na profissão					
Actividades	Total	Patrões	TI	TFNR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	-24.4%	-68.4%	-10.5%	-17.2%	-38.3%	-96.4%
Indústrias extractivas	14.0%	0.0%	0.0%	0.0%	12.8%	0.0%
Alimentação e bebidas	272.4%	96.7%	-12.2%	-25.0%	516.0%	0.0%
Têxteis e vestuário	-54.9%	-67.5%	-39.1%	-73.3%	-65.5%	-100.0%
Costuras e calçado	-17.8%	0.0%	-30.0%	-60.0%	20.0%	0.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	4.4%	300.0%	0.0%	-45.0%	4.7%	-80.0%
Papel e tipografia	160.0%	0.0%	20.0%	0.0%	135.0%	0.0%
Químicas e plásticos	108.9%	0.0%	60.0%	-100.0%	131.4%	0.0%
Produtos minerais não metálicos	205.0%	0.0%	0.0%	0.0%	172.5%	0.0%
Metallurgia de base	45.0%	-90.0%	-40.0%	0.0%	400.0%	0.0%
Máquinas e materiais de transp.	-7.5%	820.0%	-8.2%	-72.3%	-4.4%	-90.0%
Outras indústrias transformado.	217.5%	0.0%	100.0%	0.0%	183.3%	0.0%
Electricidade, gás e água	160.8%	0.0%	220.0%	0.0%	157.0%	0.0%
Construção	229.4%	505.0%	304.9%	88.9%	218.1%	-20.0%
Comércio, restaur. e hotelaria	65.9%	178.9%	34.7%	46.7%	103.3%	-75.0%
Transportes e comunicações	76.3%	12.0%	73.7%	0.0%	78.7%	40.0%
Bancos e seguros	113.8%	60.0%	0.0%	0.0%	98.6%	0.0%
Educação saúde e Adm. Pública	148.5%	-33.3%	-67.3%	-80.0%	155.8%	730.0%
Serv. de repa., serv.domést.	-0.1%	473.3%	28.8%	-72.9%	-4.7%	20.0%
Serviços diversos	-78.0%	40.0%	-85.4%	-99.6%	-72.5%	-66.7%
TOTAL	3.6%	28.6%	-5.6%	-21.0%	17.6%	-76.2%

TI - Isolados; TFNE - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;

NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 5.1 - Estrutura do emprego segundo a situação na profissão

CONTINENTE						
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patrons	TI	TFNR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	31.0%	24.8%	60.9%	83.9%	21.1%	35.9%
Indústrias extractivas	0.4%	0.2%	0.1%	0.0%	0.5%	0.1%
Alimentação e bebidas	1.9%	1.7%	0.9%	0.5%	2.2%	1.0%
Têxteis e vestuário	7.4%	4.8%	3.5%	1.8%	8.7%	4.2%
Costuras e calçado	0.8%	1.4%	0.2%	0.2%	0.9%	0.1%
Madeira, cortiça e mobiliário	3.4%	4.5%	1.8%	1.4%	3.9%	1.1%
Papel e tipografia	1.0%	1.1%	0.2%	0.1%	1.3%	0.1%
Químicas e plásticos	1.3%	0.8%	0.2%	0.1%	1.7%	0.5%
Produtos minerais não metálicos	1.6%	1.1%	0.3%	0.2%	2.0%	0.7%
Metallurgia de base	1.1%	0.9%	0.1%	0.1%	1.4%	0.1%
Máquinas e materiais de transp.	4.1%	3.7%	1.7%	0.8%	5.0%	1.3%
Outras indústrias transformado.	0.8%	0.7%	0.2%	0.2%	1.0%	0.0%
Electricidade, gás e água	0.6%	0.2%	0.1%	0.0%	0.8%	0.2%
Construção	8.2%	8.8%	2.6%	1.0%	9.9%	2.7%
Comércio, restaur. e hotelaria	10.9%	31.8%	17.6%	4.8%	8.9%	11.1%
Transportes e comunicações	4.7%	2.5%	1.2%	0.3%	5.9%	1.5%
Bancos e seguros	1.9%	1.4%	0.4%	0.1%	2.4%	1.0%
Educação saúde e Adm. Pública	7.8%	2.2%	1.0%	0.2%	10.0%	14.2%
Serv. de repa., serv. domést.	5.8%	2.5%	2.5%	1.1%	7.0%	6.1%
Serviços diversos	5.2%	4.9%	4.5%	3.3%	5.5%	18.2%
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

TI - Isolados; TFNR - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 5.2 - Estrutura do emprego segundo a situação na profissão

DISTRITO DE BRAGANÇA						
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patrons	TI	TFNR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	70.4%	61.8%	82.1%	89.7%	57.0%	75.2%
Indústrias extractivas	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%	1.5%	0.0%
Alimentação e bebidas	0.5%	2.9%	0.4%	0.3%	0.6%	0.0%
Têxteis e vestuário	1.3%	3.9%	1.5%	0.8%	1.2%	0.7%
Costuras e calçado	0.1%	0.0%	0.1%	0.1%	0.0%	0.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	0.9%	1.0%	0.7%	0.7%	1.0%	0.7%
Papel e tipografia	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%
Químicas e plásticos	0.1%	0.0%	0.0%	0.1%	0.1%	0.0%
Produtos minerais não metálicos	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.3%	0.0%
Metallurgia de base	0.0%	1.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Máquinas e materiais de transp.	1.1%	0.5%	1.0%	1.1%	1.3%	1.3%
Outras indústrias transformado.	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%
Electricidade, gás e água	0.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.9%	0.0%
Construção	3.8%	3.9%	1.1%	0.8%	6.7%	0.7%
Comércio, restaur. e hotelaria	4.6%	17.9%	7.1%	1.0%	3.0%	2.7%
Transportes e comunicações	1.9%	2.4%	0.8%	0.0%	3.1%	0.7%
Bancos e seguros	0.5%	0.5%	0.0%	0.0%	1.1%	0.0%
Educação saúde e Adm. Pública	5.6%	1.4%	0.5%	0.1%	11.1%	1.3%
Serv. de repa., serv. domést.	3.4%	1.4%	1.0%	1.4%	5.9%	0.7%
Serviços diversos	4.3%	1.4%	3.3%	4.0%	4.9%	16.1%
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

TI - Isolados; TFNR - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 5.3 - Estrutura do emprego segundo a situação na profissão

Ano: 1981	CONTINENTE					
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patrões	TI	TFNR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	18.8%	7.2%	56.0%	81.6%	9.3%	29.0%
Indústrias extractivas	0.5%	0.4%	0.2%	0.1%	0.6%	0.3%
Alimentação e bebidas	2.7%	2.7%	0.7%	0.7%	3.2%	2.9%
Têxteis e vestuário	7.1%	4.4%	2.7%	1.1%	8.3%	4.2%
Costuras e calçado	1.1%	1.5%	0.2%	0.2%	1.3%	0.6%
Madeira, cortiça e mobiliário	3.1%	5.2%	1.7%	1.7%	3.4%	2.7%
Papel e tipografia	1.3%	1.3%	0.2%	0.1%	1.6%	1.7%
Químicas e plásticos	2.0%	1.1%	0.1%	0.0%	2.6%	0.5%
Produtos minerais não metálicos	1.8%	1.8%	0.3%	0.3%	2.1%	1.6%
Metallurgia de base	0.8%	0.6%	0.1%	0.0%	1.0%	0.1%
Máquinas e materiais de transp.	5.9%	5.2%	1.3%	0.7%	7.1%	4.1%
Outras indústrias transformado.	0.9%	1.7%	0.3%	0.2%	1.0%	0.7%
Electricidade, gaz e água	1.0%	0.1%	0.1%	0.0%	1.3%	0.2%
Construção	11.3%	12.4%	7.4%	2.2%	12.5%	9.2%
Comércio, restau. e hotelaria	13.3%	42.5%	20.9%	9.2%	10.6%	8.1%
Transportes e comunicações	4.9%	1.6%	1.7%	0.2%	6.0%	2.8%
Bancos e seguros	2.7%	1.4%	1.0%	0.1%	3.2%	1.9%
Educação saúde e Adm. Pública	13.3%	1.5%	0.8%	0.3%	16.9%	16.1%
Serv. de repa., serv. domést.	5.7%	4.6%	2.8%	0.9%	6.5%	3.8%
Serviços diversos	1.7%	2.8%	1.6%	0.3%	1.6%	9.5%
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

TI - Isolados; TFNR - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 5.4 - Estrutura do emprego segundo a situação na profissão

Ano: 1981	DISTRITO DE BRAGANÇA					
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patrões	TI	TANR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	51.3%	15.2%	77.8%	94.1%	29.9%	11.3%
Indústrias extractivas	0.8%	0.3%	0.0%	0.0%	1.5%	0.0%
Alimentação e bebidas	1.9%	4.4%	0.4%	0.3%	2.9%	1.7%
Têxteis e vestuário	0.6%	1.0%	1.0%	0.3%	0.4%	0.0%
Costuras e calçado	0.1%	0.2%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	0.9%	3.0%	0.7%	0.5%	0.9%	0.6%
Papel e tipografia	0.1%	0.5%	0.0%	0.1%	0.1%	1.1%
Químicas e plásticos	0.2%	0.2%	0.0%	0.0%	0.3%	1.1%
Produtos minerais não metálicos	0.4%	1.4%	0.0%	0.0%	0.7%	0.0%
Metallurgia de base	0.1%	0.1%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%
Máquinas e materiais de transp.	1.0%	3.5%	1.0%	0.4%	1.0%	0.6%
Outras indústrias transformado.	0.2%	1.7%	0.1%	0.0%	0.3%	0.0%
Electricidade, gaz e água	1.1%	0.2%	0.2%	0.0%	1.9%	0.0%
Construção	12.1%	18.2%	4.5%	1.8%	18.2%	2.3%
Comércio, restaur. e hotelaria	7.4%	38.8%	10.2%	1.9%	5.2%	2.8%
Transportes e comunicações	3.2%	2.1%	1.5%	0.0%	4.7%	4.0%
Bancos e seguros	1.1%	0.6%	0.2%	0.0%	1.8%	1.7%
Educação saúde e Adm. Pública	13.4%	0.8%	0.2%	0.0%	24.1%	46.9%
Serv. de repa., serv. domést.	3.3%	6.5%	1.4%	0.5%	4.8%	3.4%
Serviços diversos	0.9%	1.6%	0.5%	0.0%	1.2%	22.6%
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

TI - Isolados; TFNR - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 6 - Contribuição relativa de cada sector e de cada categoria sócio-profissional para a variação do emprego

1981-1970 DISTRITO DE BRAGANÇA						
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patões	TI	TFNR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	-475.8%	-21.7%	-90.8%	-45.5%	-291.0%	-26.8%
Indústrias extractivas	2.9%	0.2%	0.0%	0.1%	2.6%	0.0%
Alimentação e bebidas	39.2%	1.4%	-0.5%	-0.2%	38.4%	0.1%
Têxteis e vestuário	-20.1%	-1.3%	-6.2%	-1.6%	-10.7%	-0.2%
Costuras e calçado	-0.4%	0.1%	-0.4%	-0.1%	0.1%	0.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	1.0%	1.5%	0.0%	-0.9%	0.6%	-0.2%
Papel e tipografia	2.0%	0.3%	0.0%	0.1%	1.3%	0.1%
Químicas e plásticos	2.4%	0.1%	0.1%	-0.2%	2.3%	0.1%
Produtos minerais não metálicos	8.1%	0.9%	0.3%	0.1%	6.8%	0.0%
Metallurgia de base	0.4%	-0.4%	-0.1%	0.0%	1.0%	0.0%
Máquinas e materiais de transp.	-2.4%	2.0%	-0.9%	-2.3%	-0.7%	-0.4%
Outras indústrias transformado.	4.3%	1.1%	0.5%	0.0%	2.7%	0.0%
Electricidade, gaz e água	19.6%	0.1%	1.1%	0.0%	18.3%	0.0%
Construção	241.4%	10.0%	34.0%	2.0%	195.4%	0.0%
Comércio, restaur. e hotelaria	84.7%	16.4%	26.1%	1.4%	41.5%	-0.7%
Transportes e comunicações	39.4%	0.1%	6.4%	0.1%	32.6%	0.1%
Bancos e seguros	16.4%	0.1%	2.0%	0.1%	13.9%	0.1%
Educação saúde e Adm. Pública	230.0%	-0.2%	-3.7%	-0.2%	230.5%	3.6%
Serv. de repa., serv. domést.	-0.1%	3.5%	3.1%	-3.1%	-3.7%	0.0%
Serviços diversos	-93.1%	0.3%	-30.1%	-11.6%	-47.7%	-4.0%
TOTAL	100.0%	14.7%	-59.0%	-62.0%	234.4%	-28.2%

TI - Isolados; TFNR - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 7.1 - Estrutura da população activa por sector segundo a situação na profissão

Ano: 1970 DISTRITO DE BRAGANÇA						
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patões	TI	TFNR	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	100.0%	1.6%	44.4%	13.6%	39.0%	1.4%
Indústrias extractivas	100.0%	0.0%	1.2%	0.0%	98.8%	0.0%
Alimentação e bebidas	100.0%	10.3%	31.0%	6.9%	51.7%	0.0%
Têxteis e vestuário	100.0%	5.4%	43.2%	6.1%	44.6%	0.7%
Costuras e calçado	100.0%	0.0%	66.7%	11.1%	22.2%	0.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	100.0%	2.1%	31.3%	8.3%	57.3%	1.0%
Papel e tipografia	100.0%	0.0%	20.0%	0.0%	80.0%	0.0%
Químicas e plásticos	100.0%	0.0%	11.1%	11.1%	77.8%	0.0%
Produtos minerais não metálicos	100.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%
Metallurgia de base	100.0%	50.0%	25.0%	0.0%	25.0%	0.0%
Máquinas e materiais de transp.	100.0%	0.8%	34.4%	10.2%	53.1%	1.6%
Outras indústrias transformado.	100.0%	0.0%	25.0%	0.0%	75.0%	0.0%
Electricidade, gaz e água	100.0%	0.0%	4.1%	0.0%	95.9%	0.0%
Construção	100.0%	1.9%	10.6%	2.1%	85.1%	0.2%
Comércio, restaur. e hotelaria	100.0%	7.1%	58.5%	2.3%	31.3%	0.8%
Transportes e comunicações	100.0%	2.4%	16.8%	0.0%	80.3%	0.5%
Bancos e seguros	100.0%	1.7%	0.0%	0.0%	98.3%	0.0%
Educação saúde e Adm. Pública	100.0%	0.5%	3.5%	0.2%	95.5%	0.3%
Serv. de repa., serv. domést.	100.0%	0.8%	11.3%	4.5%	83.2%	0.3%
Serviços diversos	100.0%	0.6%	29.5%	9.8%	55.1%	5.0%
TOTAL	100.0%	1.9%	38.0%	10.6%	48.1%	1.3%

TI - Isolados; TFNR - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 7.2 - Estrutura da população activa por sector segundo a situação na profissão

Ano: 1981 DISTRITO DE BRAGANÇA						
Actividades	Situação na profissão					
	Total	Patões	TI	TFNE	TD	NE
Agricultura, floresta e pescas	100.0%	0.7%	52.6%	14.9%	31.8%	0.1%
Indústrias extractivas	100.0%	0.8%	1.0%	0.4%	97.7%	0.0%
Alimentação e bebidas	100.0%	5.5%	7.3%	1.4%	85.6%	0.3%
Têxteis e vestuário	100.0%	3.9%	58.4%	3.6%	34.1%	0.0%
Costuras e calçado	100.0%	5.4%	56.8%	5.4%	32.4%	0.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	100.0%	8.0%	29.9%	4.4%	57.5%	0.2%
Papel e tipografia	100.0%	10.8%	9.2%	4.6%	72.3%	3.1%
Químicas e plásticos	100.0%	3.2%	8.5%	0.0%	86.2%	2.1%
Produtos minerais não metálicos	100.0%	7.4%	2.5%	0.8%	89.3%	0.0%
Metallurgia de base	100.0%	3.4%	10.3%	0.0%	86.2%	0.0%
Máquinas e materiais de transp.	100.0%	7.8%	34.1%	3.0%	54.9%	0.2%
Outras indústrias transformado.	100.0%	17.3%	15.7%	0.0%	66.9%	0.0%
Electricidade, gás e água	100.0%	0.5%	5.0%	0.0%	94.5%	0.0%
Construção	100.0%	3.5%	13.0%	1.2%	82.2%	0.1%
Comércio, restaur. e hotelaria	100.0%	12.0%	47.5%	2.0%	38.3%	0.1%
Transportes e comunicações	100.0%	1.5%	16.6%	0.1%	81.4%	0.4%
Bancos e seguros	100.0%	1.3%	6.6%	0.3%	91.3%	0.5%
Educação saúde e Adm. Pública	100.0%	0.1%	0.5%	0.0%	98.3%	1.1%
Serv. de repa., serv. domést.	100.0%	4.5%	14.6%	1.2%	79.3%	0.3%
Serviços diversos	100.0%	4.0%	19.6%	0.2%	68.7%	7.5%
TOTAL	100.0%	2.3%	34.7%	8.1%	54.6%	0.3%

TI - Isolados; TFNE - trabalhadores familiares não remunerados; TD - trabalhadores dependentes;
NE - Outros não especificados

Fonte: INE - Recenseamentos da População

Quadro 8 - Coeficientes de localização do emprego no Distrito de Bragança em 1970 e 1981

DISTRITO DE BRAGANÇA			
Actividades	Coefici. de localização		(81-70) / 70
	1970	1981	
Agricultura, floresta e pescas	2.27	2.72	20.2%
Indústrias extractivas	1.86	1.72	-7.6%
Alimentação e bebidas	0.27	0.69	151.3%
Texteis e vestuário	0.18	0.08	-54.5%
Costuras e calçado	0.10	0.06	-42.0%
Madeira, cortiça e mobiliário	0.25	0.28	12.3%
Papel e tipografia	0.04	0.08	94.3%
Químicas e plásticos	0.06	0.08	29.3%
Produtos minerais não metálicos	0.09	0.24	167.5%
Metalurgia de base	0.03	0.06	89.1%
Máquinas e materiais de transp.	0.28	0.17	-37.7%
Outras indústrias transformado.	0.09	0.25	181.2%
Electricidade, gás e água	0.74	1.07	44.5%
Construção	0.46	1.06	128.9%
Comércio, restaur. e hotelaria	0.43	0.56	30.8%
Transportes e comunicações	0.40	0.64	61.2%
Bancos e seguros	0.28	0.40	45.1%
Educação saúde e Adm. Pública	0.72	1.01	40.5%
Serv. de repa., serv. domést.	0.59	0.58	-1.1%
Serviços diversos	0.82	0.54	-34.4%
TOTAL	1.00	1.00	0.0%

Fonte: INE - Recenseamentos da População, extrair de ISEPOC/UGT, 1987

$$QL(i,r) = E(i,r)/E(r) : E(c)/E(i,c)$$

$QL(i,r)$ - Coeficiente de localização do emprego no sector i na região r ;

$E(i,r)$ - Emprego no sector i na região r ;

$E(r)$ - Emprego total na região r ;

$E(i,c)$ e $E(c)$ - os mesmos valores para o Continente

Quadro 9 - Contas regionais dos rendimentos das famílias

Rubricas	Regiões							
	Continent	Nort.Int.	Nort.Lito.	Centro Int	Centro Lit	Lisboa	Alentejo	Algarve
E.B.E. E.N.I. *	290 787	11 150	77 454	22 680	48 801	101 023	17 797	11 882
Salários	436 370	7 712	107 205	21 370	54 802	215 720	17 738	11 823
Juros	105 915	4 846	27 368	10 126	17 770	37 872	3 875	4 058
Prestações sociais	84 572	3 120	21 490	6 182	11 781	34 252	5 210	2 537
Transferências correntes	120 006	11 169	33 415	19 533	26 400	21 714	2 875	4 900
TOTAL DOS RECURSOS	1 037 650	37 997	266 932	79 891	159 554	410 581	47 495	35 200
Juros	37 893	1 391	9 745	2 929	5 825	14 982	1 736	1 285
Impostos	50 350	559	11 289	1 641	6 838	27 838	1 067	1 118
Transferências correntes	20 329	565	3 777	1 255	1 927	11 169	1 202	434
Rendimentos disponível	929 078	35 482	242 121	74 066	144 964	356 592	43 490	32 363
TOTAL DOS EMPREGOS	1 037 650	37 997	266 932	79 891	159 554	410 581	47 495	35 200

* - Excedente bruto de exploração das empresas em nome individual

Fonte: IACER/GEHEL, 1983

Quadro 10 - Estrutura de repartição regional dos recursos e dos empregos das contas de rendimento das famílias

Ano: 1979

Rubricas	Regiões							
	Continent	Nort.Int.	Nort.Lito.	Centro Int	Centro Lit	Lisboa	Alentejo	Algarve
E.B.E. E.N.I. *	100.%	3.8%	26.6%	7.8%	16.8%	34.7%	6.1%	4.1%
Salários	100.%	1.8%	24.6%	4.9%	12.6%	49.4%	4.1%	2.7%
Juros	100.%	4.6%	25.8%	9.6%	16.8%	35.8%	3.7%	3.8%
Prestações sociais	100.%	3.7%	25.4%	7.3%	13.9%	40.5%	6.2%	3.%
Transferências correntes	100.%	9.3%	27.8%	16.3%	22.%	18.1%	2.4%	4.1%
TOTAL DOS RECURSOS	100.%	3.7%	25.7%	7.7%	15.4%	39.6%	4.6%	3.4%
Juros	100.%	3.7%	25.7%	7.7%	15.4%	39.5%	4.6%	3.4%
Impostos	100.%	1.1%	22.4%	3.3%	13.6%	55.3%	2.1%	2.2%
Transferências correntes	100.%	2.8%	18.6%	6.2%	9.5%	54.9%	5.9%	2.1%
Rendimentos disponível	100.%	3.8%	26.1%	8.%	15.6%	38.4%	4.7%	3.5%
TOTAL DOS EMPREGOS	100.%	3.7%	25.7%	7.7%	15.4%	39.6%	4.6%	3.4%

* - Excedente bruto de exploração das empresas em nome individual

Fonte: IACER/GEHEL, 1983

Quadro 11 - Estruturas regionais das contas de rendimento das famílias

Ano: 1979

Rubricas	Regiões							
	Continent	Nort.Int.	Nort.Lto.	Centro Int	Centro Lit	Lisboa	Alentejo	Algarve
E.B.E. E.N.I. *	28.%	29.3%	29.%	28.4%	30.6%	24.6%	37.5%	33.8%
Salários	42.1%	20.3%	40.2%	26.7%	34.3%	52.5%	37.3%	33.6%
Juros	10.2%	12.8%	10.3%	12.7%	11.1%	9.2%	8.2%	11.5%
Prestações sociais	8.2%	8.2%	8.1%	7.7%	7.4%	8.3%	11.%	7.2%
Transferências correntes	11.6%	29.4%	12.5%	24.4%	16.5%	5.3%	6.1%	13.9%
TOTAL DOS RECURSOS	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%
Juros	3.7%	3.7%	3.7%	3.7%	3.7%	3.6%	3.7%	3.7%
Impostos	4.9%	1.5%	4.2%	2.1%	4.3%	6.8%	2.2%	3.2%
Transferências correntes	2.%	1.5%	1.4%	1.6%	1.2%	2.7%	2.5%	1.2%
Rendimentos disponível	89.5%	93.4%	90.7%	92.7%	90.9%	86.9%	91.6%	91.9%
TOTAL DOS EMPREGOS	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%	100.%

* - Excedente bruto de exploração das empresas em nome individual

Fonte: IACEP/GEEL, 1983

Anexo II

Modalidades de agricultura: Quadros estatísticos

Nos quadros que apresentamos neste anexo e no ponto 2.2 do capítulo II, utilizámos como fonte, a informação de base disponível no quadro do projecto *Zonagem e Caracterização dos Principais Tipos de Agricultura do Continente*, em curso no Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Utilizámos igualmente algumas definições estabelecidas no quadro do referido projecto (cfr. Baptista, 1989), cujo conteúdo passamos a precisar:

“Exploração agrícola - O universo do Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 foi constituído por todas as unidades de produção agrícola, designadas por “Explorações Agrícolas”, cuja definição satisfaz obrigatoriamente às quatro condições seguintes: 1 - Produzir produtos agrícolas, pecuários ou florestais; 2 - Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão; 3 - Estar submetida a uma direcção única; 4 - Estar localizada num lugar bem determinado e identificável.”

“Superfície total - Conjunto das superfícies ocupadas pelas: terras aráveis; terras com culturas permanentes; terras com matos e florestas; terras com matos e estevas e outras superfícies (instalações, barragens, etc.).”

“Superfície irrigada - A superfície susceptível de ser irrigada com os meios disponíveis na exploração (água, instalações, etc.).”

“Superfície por conta própria - Superfície relativamente à qual o produtor ou um membro do seu agregado doméstico possui um título de propriedade ou do qual ele possa dispor como se de facto dispusesse desse título.”

“Superfície em arrendamento - Superfície que o produtor utiliza mediante um contrato verbal ou escrito e pelo qual ele paga uma renda fixa, geralmente anual, em dinheiro e/ou em natureza.”

“Agregado doméstico do produtor - O conjunto de pessoas que vivem habitualmente com ele, quer aparentadas ou não.”

“Receitas do agregado doméstico do produtor - Segundo a proveniência dos rendimentos disponíveis do produtor individual, consideram-se os seguintes casos: *exclusivamente da exploração agrícola* - se o produtor agrícola e o seu agregado doméstico não dispõem de outros rendimentos, isto é vivem exclusivamente dos rendimentos obtidos na exploração agrícola; *principalmente da exploração agrícola* - quando, ainda que mais de metade dos rendimentos sejam provenientes da exploração, existem outras fontes de rendimentos; *principalmente de outras origens* - quando, mais de metade dos rendimentos do agregado doméstico provenham de origens exteriores à exploração.”

“Superfície agrícola útil (SAU) - A superfície constituída pela adição da superfície total de terras aráveis, da superfície total de terras com prados e pastagens permanentes e da superfície de terras com matos e florestas com culturas sob coberto.”

“Cabeças Normais (CN) - A tabela de conversão dos efectivos em Cabeças Normais foi adaptada da tabela da Comissão das Comunidades Europeias tendo presente a especificação dos efectivos que é definida no Recenseamento Geral da Agricultura de 1979 (RAC/79).”

“Unidade de Trabalho Agrícola (UTA) - Expressiu-se em UTA tanto o trabalho na exploração agrícola como o executado fora desta. Face à informação do RAC/79 para o cálculo das UTA procedeu-se da seguinte forma: a) cada membro do agregado doméstico que trabalha fora da exploração agrícola foi contabilizado como 1 UTA; b) para o trabalho na exploração agrícola estabeleceu-se a seguinte correspondência: trabalhar na exploração menos de 1/4 do tempo de actividade é equivalente a 0,125 UTA; trabalhar de 1/4 a menos de 1/2, 0,375 UTA; de 1/2 a menos de 3/4, 0,625 UTA; de 3/4 a menos de tempo completo, 0,875 UTA; a pleno tempo 1 UTA. É conveniente notar que há membros do agregado doméstico que trabalham dentro e fora da exploração agrícola. Face ao modo de cálculo adoptado estes casos correspondem a mais que uma (1) UTA.”

No que diz respeito ao método de cálculo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) confrontar as publicações do projecto *Zonagem e Caracterização dos Principais Tipos de Agricultura do Continente: Metodologia, Estimativa do Valor Acrescentado Bruto Florestal*.

Quadro 1 - Modalidades de agricultura: Importância relativa

Modalidades de agricultura familiar		Dimensão média					
% das UTA da família que trab. na expl.	Fonte do rendimento	Área total	Sup. agri. útil	Área irrig.	VAB total	Nº de CN Total	Dimen. do agreg. domést.
< 50%	Só da expl.	3.9	3.2	0.5	147.0	1.6	4.5
	Princ. da expl.	4.3	3.7	0.6	159.8	2.2	3.9
	Princ. de o. ori.	2.5	2.1	0.4	100.4	0.9	3.8
≥50% a <100%	Só da expl.	13.7	11.5	1.6	380.8	5.7	5.0
	Princ. da expl.	9.5	8.4	1.3	315.5	5.3	5.0
	Princ. de o. ori.	6.6	5.6	1.2	235.2	2.3	4.5
100%	Só da expl.	7.7	6.8	1.1	250.1	3.9	3.7
	Princ. da expl.	6.3	5.4	0.9	194.7	2.6	2.9
	Princ. de o. ori.	2.5	1.9	0.3	89.7	0.7	2.0
TOTAL expl. familiares		5.6	4.8	0.8	186.6	2.6	3.4
Explor. não familiares		43.7	5.8	1.1	382.3	2.5	2.2
TOTAL		7.8	4.9	0.8	198.0	2.6	3.4

Quadro 2 - Modalidades de agricultura: Dimensão média

Modalidades de agricultura familiar		Dimensão média					
% das UTA da família que trab. na expl.	Fonte do rendimento	Área total	Sup. agri. útil	Área irrig.	VAB total	Nº de CN Total	Dimen. do agreg. domést.
< 50%	Só da expl.	3.9	3.2	0.5	147.0	1.6	4.5
	Princ. da expl.	4.3	3.7	0.6	159.8	2.2	3.9
	Princ. de o. ori.	2.5	2.1	0.4	100.4	0.9	3.8
≥50% a <100%	Só da expl.	13.7	11.5	1.6	380.8	5.7	5.0
	Princ. da expl.	9.5	8.4	1.3	315.5	5.3	5.0
	Princ. de o. ori.	6.6	5.6	1.2	235.2	2.3	4.5
100%	Só da expl.	7.7	6.8	1.1	250.1	3.9	3.7
	Princ. da expl.	6.3	5.4	0.9	194.7	2.6	2.9
	Princ. de o. ori.	2.5	1.9	0.3	89.7	0.7	2.0
TOTAL expl. familiares		5.6	4.8	0.8	186.6	2.6	3.4
Explor. não familiares		43.7	5.8	1.1	382.3	2.5	2.2
TOTAL		7.8	4.9	0.8	198.0	2.6	3.4

Quadro 3 - Modalidades de agricultura: Número de explorações por classes de área

Modalidades de agricultura familiar		Distribuição em % do nº de expl. por classes de área total							
% das UTA da família que trab. na expl.	Fonte do rendimento	< 5	.5 < 1	1 < 3	3 < 5	5 < 10	10 < 20	20 < 50	> 50
< 50%	Só da expl.	2.9	20.6	35.3	17.6	14.7	5.9	2.9	0.0
	Princ. da expl.	2.3	10.2	36.0	22.4	21.3	6.8	1.0	0.0
	Princ. de o. ori.	8.1	23.5	42.0	14.9	9.2	1.7	0.5	0.1
≥50% a <100%	Só da expl.	3.2	0.0	9.7	12.9	35.5	29.0	3.2	6.5
	Princ. da expl.	0.0	1.6	13.3	15.2	37.2	24.6	7.8	0.3
	Princ. de o. ori.	0.0	9.8	19.7	24.6	24.6	18.0	3.3	0.0
100%	Só da expl.	1.3	3.9	21.0	19.5	31.7	16.0	5.9	0.6
	Princ. da expl.	1.0	7.0	27.6	20.7	27.8	11.7	3.9	0.3
	Princ. de o. ori.	11.2	24.6	40.2	12.5	8.2	3.0	0.2	0.0
TOTAL expl. familiares		3.6	11.0	29.7	18.4	23.3	10.4	3.4	0.3
Explor. não familiares		2.6	11.3	28.6	14.5	16.9	12.7	7.1	6.3
TOTAL		3.5	11.0	29.6	18.1	22.9	10.6	3.6	0.7

Quadro 4 - Modalidades de agricultura: Número de explorações segundo a dimensão do agregado doméstico e a idade do produtor

Modalidades de agricultura familiar		Distribuição em % do nº de expl. por classes de dimensão da família						Distribui. em % do nº de expl. por classes de idade do prod.			
% das UTA da família que trab. na expl.	Fonte do rendimento	1 Elem	2 Elem	3 Elem	4-5 Elem	6-9 Elem	≥10 Elem	≥34 Anos	35-44 Anos	55-64 Anos	≥65 Anos
< 50%	Só da expl.	0.0	8.8	35.3	26.5	20.6	8.8	2.9	26.5	44.1	26.5
	Princ da expl.	7.3	18.3	19.3	36.1	18.0	1.1	7.0	49.8	31.1	12.1
	Princ de o. ori.	6.7	20.5	22.2	34.6	15.0	0.9	10.6	51.4	25.7	12.2
≥50% a <100%	Só da expl.	0.0	3.2	12.9	45.2	38.7	0.0	0.0	45.2	45.2	9.7
	Princ da expl.	0.3	7.1	16.5	40.5	32.4	3.2	5.2	57.0	28.2	9.7
	Princ de o. ori.	0.0	4.9	31.1	39.3	23.0	1.6	0.0	50.8	37.7	11.5
100%	Só da expl.	8.3	22.8	22.0	31.8	14.1	1.1	4.5	47.9	38.0	9.6
	Princ da expl.	13.3	40.4	18.9	18.8	8.2	0.4	1.3	14.4	17.9	66.3
	Princ de o. ori.	35.9	44.6	11.4	6.1	2.1	0.0	0.4	6.7	13.3	79.5
TOTAL expl. familiares		11.6	27.1	19.8	27.6	13.0	0.9	4.7	37.5	27.9	29.9
Explor. não familiares		25.0	39.7	13.9	10.5	3.8	0.0	2.2	19.6	17.3	53.8
TOTAL		12.4	27.8	19.4	26.6	12.5	0.9	4.6	36.5	27.3	31.3

Quadro 5 - Modalidades de agricultura: Número de explorações segundo a actividade do produtor

Modalidades de agricultura familiar		Distribuição em % do nº de expl. relativa à activ. do chefe de expl.				Distribuição em % do nº de expl. por act. remuner. do produtor fora da exploração							
% das UTA da família que trab. na expl.	Fonte do rendimento	C/ trab. na expl.		S/ trab. na expl.		Agr.	Pesca.	Indus- tria	Const.	Comer- ciologia	Outras activi- dades	Total	
		trab.	fora	trab.	fora	Agri- Caga							
< 50%	Só da expl.	91.2	0.0	8.8	0.0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Princ da expl.	24.9	72.1	1.5	1.4	54.6	0.5	2.7	11.2	4.9	25.9	100	
	Princ de o. ori.	14.5	77.5	2.9	5.1	18.9	0.3	3.5	13.5	7.2	56.7	100	
≥50% a <100%	Só da expl.	100.0	0.0	0.0	0.0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Princ da expl.	37.9	60.2	0.6	1.3	48.9	2.1	4.2	8.9	6.8	28.9	100	
	Princ de o. ori.	36.1	55.7	3.3	4.9	16.2	0.0	5.4	16.2	10.8	51.4	100	
100%	Só da expl.	98.6	0.0	1.4	0.0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Princ da expl.	93.7	0.0	6.3	0.0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Princ de o. ori.	95.2	0.0	4.8	0.0	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL expl. familiares		71.1	24.7	3.1	1.1	33.9	0.5	3.3	12.3	6.5	43.4	100	
Explor. não familiares		32.9	12.7	33.5	13.7	3.0	0.0	6.0	3.0	25.6	62.4	100	
TOTAL		68.9	24.0	4.8	1.9	32.1	0.5	3.5	11.8	7.6	44.6	100	

Quadro 7 - Modalidades de agricultura: composição do VAB em % do VAB total

Modalidades de agricultura		Composição do VAB em % do VAB total								
% das UTA da família que trab. na expl.	Porte do rendimento	Vegetal	Animal	Flores	Hortícolas	Banana	Cereais	Tub. go.	V. idio	Prod. secos
< 50%	Só da expl.	72.8	26.1	1.1	6.2	19.5	7.1	3.9	17.4	2.4
	Princ. da expl.	67.5	31.6	0.9	6.5	20.2	6.6	3.6	14.1	1.3
	Princ. de o. ori.	74.1	24.9	0.9	11.7	22.9	4.0	3.0	16.5	1.1
≥50% a <100%	Só da expl.	71.8	26.9	1.3	1.5	18.8	7.3	6.9	14.1	0.8
	Princ. da expl.	66.5	32.5	0.9	4.9	17.4	7.4	4.4	12.7	1.4
	Princ. de o. ori.	74.6	24.3	1.1	6.7	23.1	5.6	3.3	14.7	1.7
100%	Só da expl.	68.7	30.4	0.9	4.6	18.0	7.6	4.7	12.2	1.2
	Princ. da expl.	70.3	28.5	1.2	4.9	18.9	7.0	4.1	12.7	1.6
	Princ. de o. ori.	75.8	22.9	1.3	12.6	22.1	4.1	2.1	19.5	1.6
TOTAL expl. familiares		69.8	29.3	1.0	6.0	19.1	6.8	4.1	13.4	1.3
Explor. não familiares		45.9	13.8	40.3	2.9	9.5	2.6	1.8	11.3	2.7
TOTAL		67.1	27.5	5.4	5.6	18.1	6.3	3.9	13.2	1.5

Quadro 7 (cont.) - Modalidades de agricultura: composição do VAB em % do VAB total

Modalidades de agricultura		Composição do VAB em % do VAB total							
% das UTA da família que trab. na expl.	Fonte do rendimento	Casta- nhei- ros	Porc- agens	Bovi- nos leite	Bovi- nos carne	Ovi- nos	Cap- rinos	Sui- nos	Anim- ais capo.
< 50%	Só da expl.	6.6	10.4	0.9	4.2	0.0	0.3	12.1	1.0
	Princ da expl	6.8	10.0	0.9	3.3	3.1	2.3	11.6	1.0
	Princ de o. ori.	6.1	6.8	0.4	1.2	0.4	0.8	12.2	1.6
≥50% a <100%	Só da expl.	10.4	17.5	1.5	10.0	4.9	0.1	5.9	0.6
	Princ da expl	8.2	12.9	1.5	4.4	6.9	3.5	8.6	0.7
	Princ de o. ori.	5.2	9.9	0.2	1.7	2.9	4.7	6.8	1.3
100%	Só da expl.	7.3	14.7	1.4	5.5	4.8	1.7	9.3	0.9
	Princ da expl	9.8	15.7	1.0	5.4	2.5	1.3	9.2	0.9
	Princ de o. ori.	9.0	8.1	0.2	1.7	0.7	0.7	8.3	1.2
TOTAL expl. familiares		7.8	13.2	1.1	4.6	3.6	1.7	9.6	1.0
Explor. não familiares		7.9	9.0	0.8	2.1	1.6	0.5	6.3	0.5
TOTAL		7.8	12.7	1.1	4.3	3.4	1.5	9.3	0.9

Anexo III

Estrutura agrária: Quadros estatísticos

Quadro 1 - Número de explorações e superfícies por classes de área

Terra Fria

Classes de área	Total das explorações											
	1954				1968				1979			
	Número	%	Superf.	%	Número	%	Superf.	%	Número	%	Superf.	%
<1	1292	14.5%	609.25	1.1%					1490	17.2%	1163	2.1%
1-<5	4042	45.4%	10191	19.0%					4177	48.2%	12292	22.7%
5-<20	3346	37.5%	33870	63.2%	6415*	92.7%	30509*	70.7%	2681	30.9%	23211	42.8%
20-<50	214	2.4%	7490	14.0%					272	3.1%	7381	13.6%
50-<100	15	0.2%	1125	2.1%					25	0.3%	1423	2.6%
>100	2	0.0%	300	0.6%	506*	7.3%	12623*	29.3%	21	0.2%	8710	16.1%
Total	8911	100%	53585	100%	6921	100%	43132.5	100%	8666	100%	54180	100%

* - Ao nível do Concelho as únicas classes de área disponíveis são as de 0 a < 20ha e de 20 e mais ha

Distrito de Bragança

Classes de área	Total das explorações											
	1954				1968				1979			
	Número	%	Superf.	%	Número	%	Superf.	%	Número	%	Superf.	%
<1	6505	18.6%	2801	1.4%	2260	7.5%	873.4	0.4%	5794	17.1%	3662	1.4%
1-<5	15855	45.2%	44618	21.9%	9160	30.3%	15885.4	7.3%	15884	46.9%	41436	16.3%
5-<20	11665	33.3%	116085	56.9%	15590*	51.6%	104830	48.2%	10650	31.4%	127502	50.2%
20-<50	937	2.7%	32795	16.1%	2607	8.6%	53801	24.7%	1262	3.7%	35925	14.1%
50-<100	82	0.2%	6150	3.0%	414	1.4%	18297	8.4%	191	0.6%	12870	5.1%
>100	10	0.0%	1700	0.8%	189	0.6%	23770	10.9%	105	0.3%	32580	12.8%
Total	35054	100%	204149	100%	30220	100%	217457	100%	33886	100%	253975	100%

* - O valor diz respeito à classe de 4 a < 20 ha, ao passo que a anterior compreendia as explorações entre 1 e 4 ha

Fonte - INE, Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1954 e 1968 e Recenseamento Agrícola de 1979

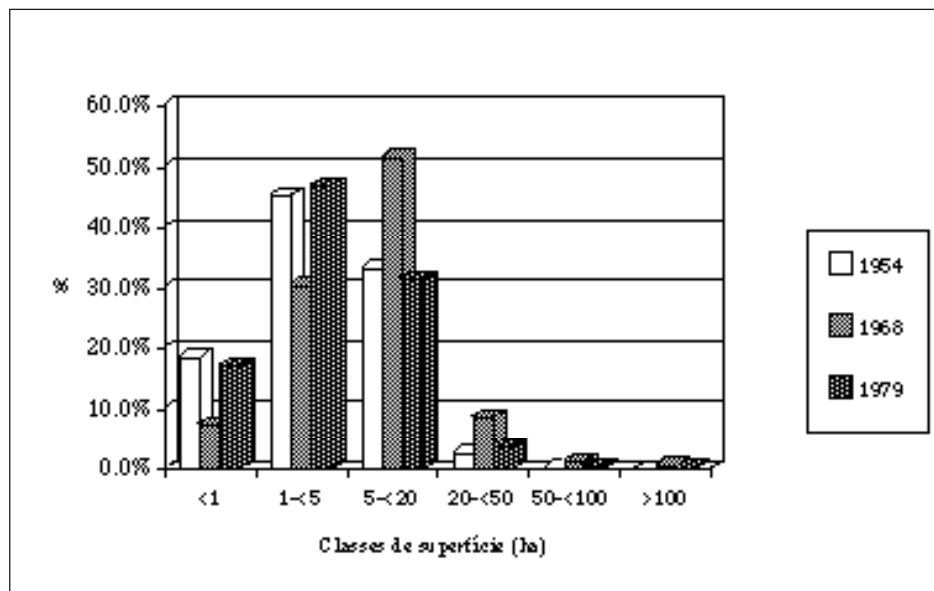


Figura 1 - Número de explorações por classes de área no Distrito de Bragança

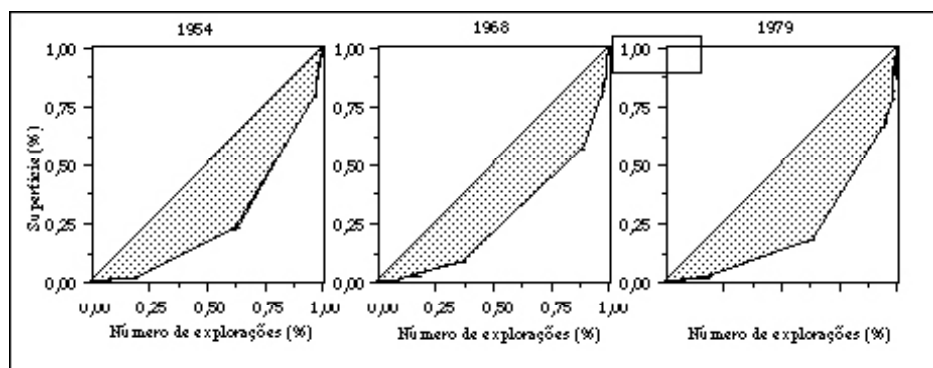


Figura 2 - Curvas de Lorentz para o distrito de Bragança

Quadro 2 - Explorações segundo o número de blocos

	1 Bloco						2 - 5 Blocos					
	1954		1968		1979		1954		1968		1979	
	N.	%	N.	%			N.	%	N.	%		
Distrito de Bragança	1714	4.6%	2062	6.5%	1604	4.7%	11909	32.0%	9360	29.7%	10292	30.4%
Terra Fria	253	2.8%	165	2.4%			2062	22.7%	1259	18.2%		
	6 e mais blocos											
	1954		1968		1979							
	N.	%	N.	%								
Distrito de Bragança	23570	63.4%	20099	63.8%	21990	64.9%						
Terra Fria	6760	74.5%	5509	79.5%								

Fonte : INE : Inquéritos às Explorações Agrícolas do Continente de 1954 e 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

Quadro 3 - Superfície por bloco e número de blocos por exploração, segundo a dimensão das explorações

Classes de área	Distrito de Bragança					
	1968			1979		
	Número de Blocos	Sup./ (ha) Bloco	Blocos/ expl.	Número de Blocos	Sup./ (ha) Bloco	Blocos/ expl.
<1	6955	0.1	3.1	21843	0.2	3.8
1-<5	55115	0.3	6.0	132483	0.3	8.3
5-<20	222010	0.5	14.2	197185	0.6	18.5
20-<50	91649	0.6	35.2	42577	0.8	33.7
50-<100	22659	0.8	54.7	8145	1.6	42.6
>100	14701	1.6	77.8	3247	10.0	30.9
Total	413089	0.5	13.7	405480	0.6	12.0

Ponte : INE : Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

Quadro 4 - Percentagem do número e da superfície das explorações segundo a forma de exploração, por classes de área, no distrito de Bragança

Classes de área	Número								
	1954			1968			1979		
	CP	Mistas	Arrenda.	CP	Mistas	Arrenda.	CP	Mistas	Arrenda.
<1				80.5%	9.5%	9.9%	80.0%	14.3%	5.6%
1-<5				73.0%	20.0%	6.9%	74.5%	23.3%	2.2%
5-<20				67.2%	28.7%	4.1%	71.1%	27.6%	1.3%
20-<50				79.8%	16.8%	3.4%	83.1%	15.4%	1.5%
50-<100				79.7%	18.1%	2.1%	89.5%	7.3%	3.1%
>100				80.3%	16.7%	3.0%	96.2%	1.9%	1.9%
Total	65.3%	26.1%	8.6%	71.4%	23.2%	5.4%	74.9%	22.7%	2.5%
Classes de área	Superfície								
	1954			1968			1979		
	CP	Mistas	Arrenda.	CP	Mistas	Arrenda.	CP	Mistas	Arrenda.
<1				79.9%	10.7%	9.4%	82.7%	13.5%	3.8%
1-<5				71.2%	21.9%	6.9%	74.8%	23.4%	1.8%
5-<20				69.0%	27.4%	3.6%	73.3%	25.5%	1.3%
20-<50				80.0%	16.5%	3.5%	84.8%	14.0%	1.3%
50-<100				82.1%	15.7%	2.2%	86.4%	5.1%	8.5%
>100				66.8%	31.2%	2.0%	98.0%	0.9%	1.2%
Total				72.6%	23.9%	3.5%	80.4%	17.7%	1.9%

Ponte : INE : Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1954 e 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

Quadro 5 - Tipos de exploração por classes de área

Classes de área	Distrito de Bragança											
	1954				1968				1979			
	familiares		patronais		familiares		patronais		familiares		patronais	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
<1					2280	88.7%	290	11.3%	5279	91.2%	507	8.8%
1-<5					8575	87.5%	1230	12.5%	14496	91.4%	1372	8.6%
5-<20					13800	86.8%	2100	13.2%	9698	91.2%	934	8.8%
20-<50					1904	72.4%	725	27.6%	930	74.8%	313	25.2%
50-<100					189	45.1%	230	54.9%	77	45.0%	94	55.0%
>100					41	20.7%	157	79.3%	10	17.9%	46	82.1%
Total	32361	87.0%	4832	13.0%	26789	85.0%	4732	15.0%	30490	90.3%	3266	9.7%

Fonte : INE : Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente de 1954 e 1968 e Recenseamento Agrícola do Continente de 1979

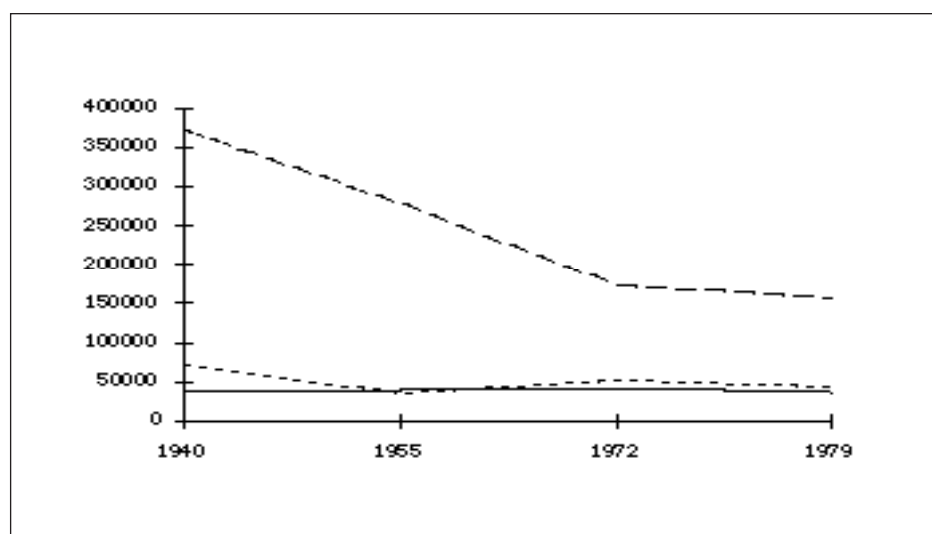


Figura 3 - Evolução do número de cabeças de gado na região da Terra Fria

Anexo IV
Grupos domésticos de Vale de
Castanheira

Neste anexo apresentamos um resumo de algumas das características dos grupos domésticos de *Vale de Castanheira*.

O significado do conteúdo e dos símbolos que constam das 8 colunas que compõem o quadro são os seguintes:

- Coluna 1 “Casa” - Código de identificação das casas da aldeia;
- Coluna 2 “Características” - Algumas das características que, de uma forma rápida e abreviada, dão uma ideia dos modos de vida de cada um dos grupos domésticos;
- Coluna 3 “Património fundiário” - Incluem-se três das principais componentes do património fundiário: terras de cereais, terras com lameiros e terras com castanheiros; de que as famílias dispõem em propriedade (Pro.), dos quais herdados (Her.) e dos quais cultivados (Cul.);
- Coluna 4 “Elemento/parentesco” - Composição da família segundo o parentesco e o número de filhos. Os símbolos tem o seguinte significado: * - o elemento respectivo já saiu, ou constitui nova família, tendo deixado de fazer parte do agregado doméstico; † - o elemento respectivo já morreu;
- Coluna 5 - Idade. No caso dos indivíduos já falecidos, a idade indicada corresponde àquela que teriam se ainda fossem vivos.
- Coluna 6 - “Ocupação” - Indica-se apenas para os indivíduos que tem uma ocupação ou uma profissão não agrícola;
- Coluna 7 - “Residência” - indica-se apenas no caso de esta ser fora da aldeia;
- Coluna 8 - Estado civil: v - viúvo; s - solteiro e c - casado.

Caso	Características	Património Fundiário (ha)	Elementos por colónia	Idade	Ocupação	Residência	Etnia
1	Casa do padre A sua mãe e três irmãs habitam com ele	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. 16.7 5 1.5 Her. 16.7 5 1.5 Cul. 0 0 1.5		65	padre		
			Mãe	91			v
			Irmã	66			a
			Irmã	55			a
			Irmã	63			v
			Irmão	59			a
			Irmão	46	Fuor. pub.	Labres	e
			Irmão	53		Brasil	e
			Irmão	57	Sargento	Mafra	e
			Irmão	61		Brasil	e
			Irmão	66		Brasil	e
2	Antigo casarão de engenho extinto. Ocupou casa, terra e instalou-se como agricultor.	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. 4.2 3 0.2 Her. 0 0 0 Cul. 6.7 2 0.2 8 vacas		60			
			Esposa	63			
			Filho	25	estudante		a
			Filho	19	estudante		a
			Filho	34	polícia	Labres	e
			Filho	32	polícia	Labres	e
			Filho	28	emp. de comércio	Brasão	e
			Filho	26			e
4	Mulher viúva, vive com uma filha	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. 1.2 1.5 0.2 Her. 1.2 1.5 0.3 Cul. 0 0 0.2		81			v
			Filho	40	Fuor. pub.		a
			Filho	44		Labres	e
			Filho	42		Brasil	e
			Filho	38	Contabilista	Brasão	e
			Filho	36		Brasão	e
5	Agricultor. Ocupa e vende madeira. Reside em Brasão Vive de comércio à olaria Dispõe da totalidade do Fundário da mãe (casa 6)	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. Her. Cul. 2.5 5 5 1 tractor		55		Brasão	
			esposa	42	Fuor. pub.	Brasão	
			Filho	13	estudante	Brasão	a
6	Mulher viúva vive com uma filha	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. 16.7 5 2 Her. 16.7 5 1.5 Cul. 0 0 0		90			v
			Filho	51	Fuor. pub.		a
			Filho	60	Fuor. pub.	Porto	e
			Filho	46	Fuor. pub.	Porto	e
			Filho	44	Fuor. pub.	Porto	e
			Filho	55	Agri.	Brasão	e
			Filho	48	Fuor. pub.	Porto	e
			Filho	59	Fuor. pub.	Porto	e
			Filho	53	Fuor. pub.	Porto	e
7	O marido trabalha em Brasão (Fuor. público-estadista)	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. 0 0 0.1 Her. 0 0 0.1 Cul. 0 0 0.4		38	electr.		
			esposa	30			
			Filho	6			
8	Mulher solteira, vive só	Cereál. Lavour. Csteal. Pro. 1.2 0 0.2 Her. 1 0 0.2 Cul. 0 0 0		55			a

Caso	Características	Património Fundiário (ha)	Elementos parentesco	Idade	Ocupação	Residência	Etnia
9	O mundo trabalha em Bragança (Casalão-verdade)	Cereal Lavour. Caste. Pro. 0 0 0 Her. 1 0 0 Cul. 0 0 0.2		52			
			esposas	51			
			Filho	18			a.
			Filho	16	estudante		a.
			Filho	14	estudante		a.
			Mãe	78			v.
10	Mulher viúva, 44 anos	Cereal Lavour. Caste. Pro. 1.7 0.2 0.5 Her. 1.2 0.2 0.3 Cul. 0 0 0		88			v.
			Filho	40	Func. pub.	Porto	e.
11	Mulher viúva, 44 anos	Cereal Lavour. Caste. Pro. 4.2 0.3 0.5 Her. 3.3 0.3 0.3 Cul. 0 0 0		80			
			Filho	50		Bragança	e.
			Filho	48	Agricultor	Aldoa Pre	e.
			Filho	45		Frago	e.
			Filho	43		Lisboa	e.
			Filho	40		Aleixo	e.
12	Mulher viúva, 44 anos	Cereal Lavour. Caste. Pro. 12.5 3 2 Her. 6.7 1 0.8 Cul. 8.3 0 2		76			
			Filho	56		Bragança	e.
			Filho	55		Lisboa	e.
			Filho	53		Bragança	e.
			Filho	50		Frago	e.
			Filho	44		Frago	e.
13	Grande proprietário tem 2 casais. Autógeno presidente da câmara 2 tractores, 24 vacas	Cereal Lavour. Caste. Pro. 50 40 1.5 Her. 50 40 1.2 Cul. 50 40 1.5		70	Eng.º		e.
			esposas	78			e.
			Filho	42	Formosul	Porto	e.
			Filho	41	Ass. social	Porto	e.
			Filho	39	Func. publi	Bragança	e.
14	Comerciante (café)	Cereal Lavour. Caste. Pro. 0 0 0 Her. 0 0 0 Cul. 0 0 0		36			
			esposas	33			
			Filho	7			
			Filho	3			
15	Viúva. Vive da agricultura. Tem vários rebanhos (ovinos) da aldeia.	Cereal Lavour. Caste. Pro. 2.5 0.5 0.3 Her. 2.5 0.5 0.2 Cul. 2.5 1.1 0.4		53			v.
			Filho	17			a.
			Filho	15			a.
			Filho	32		Esposas	e.
			Filho	29		Esposas	e.
			Filho	27		Esposas	e.
			Filho	24		Esposas	e.
			Filho	23		Bragança	e.
16	Emigrantes regressados. Fundador da câmara. Só fazes leite.	Cereal Lavour. Caste. Pro. 0 0 0 Her. 0 0 0 Cul. 0 0 0		60	Casa		
			esposas	58			
17	Quando reformado. Vive em Bragança, mas frequenta escola à aldeia Fazem alguma agricultura	Cereal Lavour. Caste. Pro. 2.5 0.2 0.2 Her. 1.2 0.2 0.2 Cul. 0 0 0.2		62	reformado	Bragança	
			esposas	57		Bragança	
			Filho	21	estudante	Bragança	a.
			Filho	31	Secretário	Porto	a.

Caso	Características	Património Fundiário (ha)	Elementos parentesco	Idade	Ocupação	Sociedade	Envi
18	Viúva. Anage-jonolano. Vive com uma filha casada	Cereal. Lavour. Caba.		73			
			Filho	24			s.
			genro	28	Cassara		s.
			Filho*	45		Bragança	c
			Filho*	42	Quenda	Luboa	c
			Filho*	39		Bragança	c
			Filho*	37	Quenda	Bragança	c
			Filho*	31		Bragança	c
			Filho*	27	Quenda	Luboa	c
			Filho*	20		Bragança	s.
21	Viúva. Vive só	Cereal. Lavour. Caba.		83			s.
			Filho*	64	Agricultor		c
			Filho*	61	Cassara	Bragança	c
			Filho*	58			c
			Filho*	54	Cassara	Bragança	c
			Filho*	47	Quenda	Bragança	c
			Filho*	43		Bragança	c
			Filho*	39	castelão da	Bragança	c
22	Quenda reformado. Vive parte do ano em Luboa parte no aldeia	Cereal. Lavour. Caba.		62	quenda		
			exgeoa	67			
23	Casal com filhos. Vive com Bragança mas não frequente	Cereal. Lavour. Caba.		57	quenda	Bragança	
			exgeoa	56	castelão da		
25	Viúva, vive com uma filha	Cereal. Lavour. Caba.		72			
			Filho	28			
			Filho*	59		Fragosa	c
			Filho*	42		Fragosa	c
			Filho*	40		Fragosa	c
			Filho*	37		Fragosa	c
			Filho*	34		Fragosa	c
			Filho*	30	castelão da		c
26	Viúva. Vive só. Alguns dos filhos cultivam com conjunto Reformado das excedências	Cereal. Lavour. Caba.		77			
			Filho*	52	castelão da	Luboa	c
			Filho*	49	castelão da	Bragança	c
			Filho*	46	castelão da	Maderna	c
			Filho*	44		Cassara	c
			Filho*	42	Fuac gubal	Bragança	c
			Filho*	40	Excedências	Porto	c
			Filho*	38		Porto	c
			Filho*	36		Bragança	c
			Filho*	30		Bragança	c
27	Emigrantes regressados. Tavala	Cereal. Lavour. Caba.		51			
			exgeoa	45			
			Filho	16			

Casa	Características	Património Fundiário (ha)	Elementos parentesco	Idade	Ocupação	Residência	Escola
28	Polícia reformada. Vive com Bragança, com frequência em cultivos	Casal: Lavour. Caba.		57		Bragança	
		Pro. 4.2 2 1	capoa	56		Bragança	
		Her. 2.1 1 0.7	Filho	29	professor	Bragança	2.
		Cul. 1.7 0 1	Filho	16	estudante	Bragança	2.
29	Polícia reformada. Parte do ano em Lisboa parte no aldeio	Casal: Lavour. Caba.		53	polícia		
		Pro. 1.2 2 0.4	capoa	48	polícia		
		Her. 1.2 2 0.4	Filho	26		EUA	2.
		Cul. 0 0 0.4					
30	Casal. Vive só, com os Filhos, com frequência a ajudar	Casal: Lavour. Caba.		80			
		Pro. 3.9 1 2	capoa	81			
		Her. 3.3 1 1	Filho*	53	polícia	Lisboa	e
		Cul. 3.9 0 2	Filho*	47	camião	Bragança	e
			Filho*	46			e
			Filho*	45		Bragança	e
			Filho*	44	guarda	Bragança	e
			Filho*	38	guarda	Bragança	e
31	Adu. go. parental. Vive com um Filho casado	Casal: Lavour. Caba.		64			
		Pro. 1 0 0.1	capoa	76			
		Her. 0 0 0	Filho	30	camião		
		Cul. 1 0 0.1	avó	28			
32	Trabalha e vive com Bragança, com isso uma exploração agrícola com sociedade com o irmão	Casal: Lavour. Caba.		53		Bragança	
		Pro. 3.8 1 0.5	capoa	43		Bragança	
		Her. 3.3 1 0.1	Filho*	24	bacharel	Bragança	2.
		Cul. 3.8 1 0.5	Filho*	22	func. públ.	Bragança	e
		1 tractor	Filho	19		Bragança	2.
33	Viúva. Vive só. Alguns Filhos, cultivos com os filhos	Casal: Lavour. Caba.		79			u
		Pro. 5 0.5 1.5	Filho*	48	func. públ.	Lisboa	e
		Her. 2.5 0.2 0.2	Filho*	45	camião	Bragança	e
		Cul. 5 0.5 1.5	Filho*	41	func. públ.	Bragança	e
			Filho*	39	func. públ.	Bragança	e
			Filho*	37	guarda	Bragança	e
34	Rece de os aldeios com trabalho com Bragança	Casal: Lavour. Caba.		30	camião		
		Pro. 0 0 0	capoa	30			
		Her. 0 0 0	Filho	9			
		Cul. 4.2 2 0.7	Filho	1			
35	Casal e viúva só. Os Filhos, com ajudar aos trabalhos agrícolas	Casal: Lavour. Caba.		72			
		Pro. 5 6 1.2	capoa	66			
		Her. 4.2 1 1	Filho*	45		Esqueba	e
		Cul. 8.3 5 1.2	Filho*	44		Bragança	e
		1 tractor	Filho*	40		Bragança	e
			Filho*	38	motorista	Bragança	e
			Filho*	36		Lisboa	e
			Filho*	33	polícia	Lisboa	2.
			Filho*	27		Bragança	e

Caso	Características	Património Fundiário (ha)	Elementos geracionais	Idade	Ocupação	Sociedade	Evol.
36	Polícia reformado. Vive com Bragança. Fazem alguma agricultura	Cereal. Lavour. Caba.		60	polícia	Bragança	
				59		Bragança	
			Filho	27	estudante	Bragança	a
			Filho	22	estudante	Bragança	a
			Filho	16	estudante	Bragança	a
			Filho	15	estudante	Bragança	a
37	Alugo casaco	Cereal. Lavour. Caba.		76			
				69			
			Filho	31	polícia	Luboa	c
			Filho	33		Bragança	c
			Filho	34	polícia	Bragança	c
			Filho	35		Esposas	c
39	Trolha reformado. Vive com Bragança	Cereal. Lavour. Caba.		77			
				83			
			Filho	45		Bragança	c
			Filho	41			c
40	Viúva, vive só	Cereal. Lavour. Caba.		75			
41	Agricultor e cooperante de casal no Alugo máquinas	Cereal. Lavour. Caba.		46			
				41			
			Filho	18	estudante		a
			Filho	17			a
			Filho	15			a
42	Viúva, vive só	Cereal. Lavour. Caba.		78			a
			Filho	52	Comercio	Bragança	c
			Filho	49	Comercio	Bragança	c
			Filho	43		França	c
			Filho	40		França	c
43	Viúva. 2 Filhos solteiros com ela. Um Filho casado (c.46) trabalha com ela	Cereal. Lavour. Caba.		84			a
			Filho	45			a
			Filho	41			a
			Filho	44			c
46	Trabalha na exploração de gas (c.45)			44			
47	Jornaleiro viúva. Vive só	Cereal. Lavour. Caba.		67			

Caso	Características	Património Fundiário (ha)	Elementos parentesco	Idade	Ocupação	Residência	Estru- tura
48	Aduage criado. O casal vive só	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 0.3 0.3 0.4 Her. 0 0.3 0.1 Cul. 0.3 0.3 0.4		74			
				65			
			Filho	43		Freguesia	c
			Filho	42		Porto	c
			Filho	39		Freguesia	c
			Filho	37		Freguesia	c
			Filho	32		Freguesia	c
49	Quando. Vive com Bragança Vive frequentemente. Cultivos	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 2.9 0.2 0.6 Her. 2.9 0.2 0.6 Cul. 2.9 0 0.6		53		Freguesia	
			capangas	50		Freguesia	
			Filho	20	estudante	Freguesia	a
			Filho	19	estudante	Freguesia	a
50	Quando reformado. Vive só com Bragança. Vive frequentemente	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 10 6 1.2 Her. 5 3 1 Cul. 0 0 1.2		67			v
			Filho	34		Lisboa	c
			Filho	31	polícia	Lisboa	c
			Filho	25	polícia	Lisboa	a
51	Residência com Bragança. Vive frequentemente. Cultivos	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 1.2 1.5 0.4 Her. 1.7 1.5 0.2 Cul. 0 0 0.4		52	maçonaria	Freguesia	
				49		Freguesia	
			Filho	20	estudante	Freguesia	a
			Filho	17	estudante	Freguesia	a
52	Vive. Vive com Bragança com um filho. Vive frequentemente. Cultivos	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 5 0.6 2 Her. 1.7 0.2 0.2 Cul. 5 0.6 2		64		Freguesia	v
			Filho	26	reformado	Freguesia	a
			Filho	34	func. públ.	Freguesia	c
53	Trabalha com Bragança. Alguns agricultura	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 2.9 0.5 0.1 Her. 0 0 0.1 Cul. 4.2 0.5 0.1		60	Casa		
			capangas	62			
			Filho	27			a
			Filho	25	trabalha		c
54	O mundo está enriquecido, ele regressou. Vive com Bragança vive frequentemente	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 0.7 0.2 0.1 Her. 0 0 0 Cul. 0 0 0.1		55		Freguesia	
			capangas	47		Freguesia	
			Filho	16	estudante	Freguesia	a
			Filho	15	estudante	Freguesia	a
55	Quando reformado	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 1.7 0.3 0.2 Her. 1.7 0.3 0.2 Cul. 1.7 0 0.2		64	guarda		
			capangas	63			
56	Func. públ., vive com Bragança, com cultivos com sociedade de irradiação (e.3)	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 3.2 1 0.5 Her. 3.2 1 0.1 Cul. 3.2 0 0.5		55	func. públ.	Freguesia	
			capangas	53	func. públ.	Freguesia	
57	Reformado. Comerciante. Alguns agricultura	Cereal: Lavour. Cante. Pre. 1.7 1 1 Her. 1.7 1 0.5 Cul. 4.2 4 1 3 vezes		56			
				54			
			Filho	20	estudante		
			Filho	19	estudante		
58			Filho	18	estudante		

Casa	Características	Património fundiário (ha)	Elemento/parentesco	Idade	Ocupação	Residência	E.cív
58	Agricultores. 2 filhos a trabalhar com o pai A mulher foi a única herdeira de 2 tias	Cereal Lameir. Casta. Pro. 8.3 9.5 1 Her. 6.7 8 0.4 Cul. 20.8 10 1 10 vacas 1 tractor		64			
			esposa	62			
			filho	26			s
			filho	21			s
			filha*	34		Bragança	c
			filho*	31	Camãra		c
			filha*	28		Bragança	c
59	Antigo caseiro Trabalha em Bragança	Cereal Lameir. Casta. Pro. 0 0 0 Her. 0 0 0 Cul. 0.6 0 0		56	Camãra		
			esposa	62			
			filho	21	Camãra		s
60	Negociante e agricultor	Cereal Lameir. Casta. Pro. 6.7 0.2 2 Her. 3.3 0.2 0.3 Cul. 6.7 0.2 2		62			
			esposa	57			
			filho	23	estudante		s
			filho	18	estudante		s
61	Agricultores. Um filho casado a trabalhar e viver c/ os pais. Dispõe da terra de todos os irmãos da mulher.	Cereal Lameir. Casta. Pro. 19.2 3 2 Her. 2.5 1.7 0.3 Cul. 25 10 2 9 vacas 1 tractor		60			
			esposa	57			
			filho	27			c
			nora	25			c
			filha	23	estudante		s
			filha*	32			c
62	Casal a viver só	Cereal Lameir. Casta. Pro. 4.2 3 2 Her. 2.5 1 1 Cul. 0 0 2		76			
			esposa	68			
			filha*	48		Bragança	c
			filho*	45		Alemanha	c
			filha*	44		Bragança	c
64	Emigrante regressado. Vive em Bragança, mas vem todos os dias. Cultiva	Cereal Lameir. Casta. Pro. 3.8 0.7 0.7 Her. 1.7 0.7 0.6 Cul. 2.9 0 0.7		61		Bragança	
			esposa	60		Bragança	
			filha	22	estudante	Bragança	s
70	Func. publ. Vivem em Bragança mas vem frequentemente cultivam	Cereal Lameir. Casta. Pro. 1.7 1.5 0.8 Her. 1.7 1.5 0.3 Cul. 0 0 0.8		55	Func. publ	Bragança	
			esposa	47	Func. publ	Bragança	
			filho	21	estudante	Bragança	s
			filho	16	estudante	Bragança	s

Anexo V
Inquérito às casas de Vale de
Castanheira

INQUÉRITO SOBRE A INSTALAÇÃO E A
TRANSMISSÃO DO PATRIMÓNIO

COD 0

1 - Identificação

1.1 - Chefe de exploração

nome			
data nasci.	data casa		
lugar nasci.	estatuto matri		
ordem de nasci.	sexo		

1.2 - Conjuge

nome			
data nasci		lugar nasci.	
ordem de nasci		data obito	

2 - Agregado familiar

FILHOS

Nº total		Nº	
A cargo		especifi.	
em casa mas c/ activi. remu. exte.		Nº	
estudantes		especifi.	

ASCENDENTES

OUTROS FAMILIARES

NÃO APARENTADOS

3 - Trabalho e rendimento

3.1 - Chefe de exploração

tem activi. remu. exte.?		remuneração		A exploração utiliza trabalhadores
tem alguma reforma ou pensão?		montante		Permanentes nº dias
Qual o rendimento obtido na exploração agrícola?				Temporários nº

3.2 - Conjuge

tem activi. remu. exte.?		remuneração	
tem alguma reforma ou pensão?		montante	

4 - Formação**4.1 - Chefe de exploração**

académica
técnica
outra

4.2 - Conjuge

académica
técnica
outra

5 - Actividades anteriores à instalação**5.1 - Chefe de exploração**

profissão	estatuto	periodo	lugar

5.2 - Conjuge

profissão	estatuto	periodo	lugar

7 - INSTALAÇÃO E PARTILHAS

7.1 - INSTALAÇÃO

Os seus pais eram proprietários de terras?

Os seus pais estão vivos?

Os os do seu conjuge?

Se sim:

Poucas

Algumas

Muitas

Morreu o pai

Morreu a mãe

Morreu o pai

Morreu a mãe

Instalou-se como agricultor na casa:

A - Dos seus pais

B - Dos seus sogros

C - Outra

SITUAÇÃO A

Tomou a direcção da exploração: Depois da morte do seu pai

Antes

Quando se casou

Outra

especificar

Nessa altura os seus irmãos

Mantiveram-se solteiros (nº)

Foram viver para casa dos pais das respectivas mulheres (nº)

Casaram-se (nº)

Emigraram

Outra

SITUAÇÃO B

Logo que se casou veio viver para casa dos seus sogros?

Nessa altura os seus sogros eram vivos?

O sogro

Se veio mais tarde Quando?

A sogra

Tomou logo a direcção da exploração?

Se não quando?

Nessa altura os irmãos da sua mulher:

Mantiveram-se solteiros (nº)

Casaram-se (nº)

Já estavam casados (nº)

Emigraram(nº)

Outra

SITUAÇÃO C

Foram viver para casa das respectivas mulheres(nº)

especificar

Instalou-se na casa de outros familiares?

especificar

Outra situação

especificar

Algum dos irmãos ficou na casa paterna?

Qual ordem de nascimento

7.2 – PARTILHAS

7.2.1 – ASCENDENTES

7.2.1.1-Ascendentes do próprio

Já fizeram as partilhas? ☐ 1- totalmente
 2- parcialmente
 3- em curso
 4- ficou indistinto
 5- não fizeram

as dos seus pais ☐ ☐ ☐

as dos seus avós paternos ☐ ☐ ☐

as dos seus avós maternos ☐ ☐ ☐

Quando? ☐ 1- Antes da morte dos pais
 2- Depois
 3- Outra

Foram iguais? ☐ ☐ Foram iguais? ☐ ☐

Foram conflituais? ☐ ☐

Observações:

1- doação
 2- testamento
 3- partilha em natureza após morte
 4- partilha em valor após venda

7.2.1.2-Ascendentes do conjugue

Já fizeram as partilhas? ☐ 1- totalmente
 2- parcialmente
 3- em curso
 4- ficou indistinto
 5- não fizeram

as dos seus pais ☐ ☐ ☐

as dos seus avós paternos ☐ ☐ ☐

as dos seus avós maternos ☐ ☐ ☐

Quando? ☐ 1- Antes da morte dos pais
 2- Depois
 3- Outra

Foram iguais? ☐ ☐ Foram iguais? ☐ ☐

Foram conflituais? ☐ ☐

Observações:

1- doação
 2- testamento
 3- partilha em natureza após morte
 4- partilha em valor após venda

7.2.2-Chefe de exploração

Já fizeram as partilhas? ☐ 1-totalmente ☐ Quando? ☐ 1 Antes da morte dos pais modalidade jurídica ☐ 1-doação
 2-parcialmente ☐ 2 Depois ☐ 2-testamento
 Foram contituais? ☐ 3-em curso ☐ 3 Outra ☐ 3-partilha em natureza após morte
 Foram igualitárias? ☐ 4-ficou incógnito ☐ 4-partilha em valor após venda
 5-não fizeram

Observações

Relativamente às terras que os seus irmãos herdaram:

Cultivam ☐ Venderam ☐ A si ☐ Arrendaram ☐ A si ☐ Deixam-lhas cultivar sem pagamento ☐ A outros ☐

Observações

7.2.3-Conjuge

Já fizeram as partilhas? ☐ 1-totalmente ☐ Quando? ☐ 1 Antes da morte dos pais modalidade jurídica ☐ 1-doação
 Foram contituais? ☐ 2-parcialmente ☐ 2 Depois ☐ 2-testamento
 Foram igualitárias? ☐ 3-em curso ☐ 3 Outra ☐ 3-partilha em natureza após morte
 4-ficou incógnito ☐ 4-partilha em valor após venda
 5-não fizeram

Observações

Relativamente às terras que herdou:

☐ 1-vendeu ☐ 3-emprestou aos seus irmãos
 2-arrendou ☐ 4-estão incultas
 5-cultivava-as

Relativamente às terras que os seus irmãos herdaram:

Cultivam ☐ Venderam ☐ A si ☐ Arrendaram ☐ A si ☐ Deixam-lhas cultivar sem pagamento ☐ A outros ☐

Observações

9.6 - Animais

designação	n.º	valor	forma financeira

9.7 Investimentos que efectuou

designação	data	valor	observações

9.8 Vendas de património fundiário que efectuou

designação	data	valor	observações

10 - Poupança

montante em aplicações mobiliárias
per todo
objectivos da poupança:

--

Atitude face ao património:

--

Observações

--

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1949). “Subsídio para o estudo dos termos fundamentais da economia portuguesa”. *Revista de Economia*, Vol. II, fascículo II, nº Junho.
- ALLAIS, Maurice (1943). *Traité d'économie pure*. Paris: Imprimerie Nationale.
- ALMEIDA, J. Ferreira de; Cabral, Manuel Villaverde; Freitas, Eduardo de (1976). *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura. Estruturas Agrárias em Portugal Continental: 1950-1970*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, J. Ferreira de (1982). *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, [Tese de doutoramento]. Lisboa.
- ALVES, Vitor F. da S. Simões (1989). *Sazes de Lorvão de 1660 a 1760. Espaço, Sociabilidade e Poderes numa Paróquia Rural*. [Tese de mestrado], Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (mimeografado).
- AMARAL, Ferreira; et alt (1983). *Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE 1980-1990*. Lisboa: Morais IED.

- ANDRADE, Anselmo (1918). *Portugal Económico*, [2ª ed]. Coimbra.
- ATKINSON, A.B. (1971). "The distribution of wealth and the individual life cycle". *Oxford Economic Papers*, nº 23, pp 239-254.
- AUGUSTINS, Georges (1982). "Esquisse d'une comparaison des systèmes de perpétuation des groupes domestiques dans les sociétés paysannes européennes". *Archives Européennes de Sociologie*, nº 23, pp 39-69.
- BADOUIN, R. (1967). "Une nouvelle économie rurale". *Economie Méridionale*, nº 57.
- BAGES, Robert; et alt (1984). "Modes de vie et arbitrages entre les activités dans les familles rurales et urbaines". *L'année sociologique*, nº 34, pp 61-86.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1975). *Portugal 1975 - Os campos*. Porto: Afrontamento.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1984). *Politica Agrária (anos trinta-1974)*, [Tese de doutoramento]. Lisboa: I.S.A., (mimeografado).
- BAPTISTA, Fernando Oliveira; et alt (1989). "Agricultura Familiar no Distrito de Braga". In *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1990). "Agricultura, espaço e sociedade rural". In *Actas das Iªs jornadas sobre o mundo rural*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, (no prelo).
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1990). "Portugal - As Agriculturas familiares". *Revista Valenciana d'Estudios Autonomicos*, (a publicar).
- BARCELO, R. (1981). *L'attribution préférentielle et la transmission héréditaire de l'exploitation agricole..* Paris: INRA, ESR.
- BARCELO, R. (1983). *Usage social du sol et transmission héréditaire des biens. Recueil de textes..* Paris: INRA, ESR.
- BARROS, Afonso de (1990). "A Sociologia Rural perante a problemática do espaço". *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 8, pp 45-53.
- BARTHELEMY, D.; et alt (1984). "Patrimoine foncier et exploitation agricole". *Collections de statistique agricole*, nº 235.
- BECKER, G. (1965). "A theory of the Allocation of Time". *The Economic Journal*, Vol. LXXV, nº 299, pp 493-517.
- BECKER, G. (1981). *A treatise on the family*. Cambridge: Harvard University Press.
- BENTLEY, J. W. (1986). "Kinship, Inheritance, and Land Fragmenta-

- tion in the Minho (Portugal)”. In *Thirteenth European Congress for Rural Sociology*, [1-4 Abril]. Braga.
- BERGMAN, Denis (1983). *Les problemes des zones défavorisées dans l’agriculture Européenne. Diagnostique et rémedes*, [Communication au Colloque de l’Academia Nazionale della Agricoltura]. Bolonha.
- BLOCH, Marc (1956). *Les Caractères Originaux de l’Histoire Rurale Française*. Paris: Armand Colin.
- BOUQUET, M. (1984). “The differential integration of the family”. *Sociologia Ruralis*, Vol. XXIV, nº 1, pp 65-77.
- BOURDIEU, Pierre (1962). “Célibat et condition paysanne”. *Etudes Rurales*, nº 5-6, pp 32-135.
- BOURDIEU, Pierre (1972-a). “Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction”. *Annales E.S.C.*, nº 4-5, pp 1105 - 1127.
- BOURDIEU, Pierre (1972-b). *Esquisse d’une théorie de la pratique, Précédé de Trois Etudes d’Ethnologie Kabyle*. Paris/Genebre: Librairie Droz.
- BOURDIEU, Pierre (1980). *Le sens pratique*. Paris.
- BRANDÃO, Fátima; Rowland, Robert (1980). “História da Propriedade e Comunidade Rural: Questões de Método”. *Análise Social*, nº 61-62, pp 173-207.
- BRANDÃO, Fátima (1982). “Práticas de herança no Concelho de Vieira do Minho (1870 - 1930)”. In *Les campagnes portugaises de 1870 à 1930 - Image et réalité*. Aix-en-Provence, pp 143-172.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974). *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal - Séculos XIX e XX*. Porto: Editorial Inova.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1986). “Etat et paysannerie. Politiques agricoles au Portugal depuis la seconde guerre mondiale”. *Sociologia Ruralis*, Vol. XXVI, nº 1, pp 6-19.
- CALDAS, João Lemos de Castro (1988). *Parcerias agrícolas em Portugal no último meio século*, [Tese de doutoramento]. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, (mimeografado).
- CALDAS, Eugénio de Castro (1957). *Industrialização e agricultura*. : Revista do Centro de Estudos Económicos.
- CANADAS, Maria J. (1989). *Agriculture et pratiques foncières dans un village du Baixo Cavado (Portugal)*, [Tese de mestrado]. Montpellier: IAM, (mimeografado).

- CARVALHO, Agostinho (1984). *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período de 1960-75: perspectivas de desenvolvimento da agricultura*. Oeiras: Instituto Gulbenkian da Ciência.
- CAVAILHES, J. (1981). *Les réponses des marxistes à la question agraire. Histoire des Idées et des Faits*. Dijon: INRA.
- CCRN, (1982). *O.C.D.E., Reunião de peritos, A interacção entre a emigração e o desenvolvimento económico na região do norte de Portugal*. Póvoa de Varzim: CCRN.
- CEPEDA, F.J. Terroso (1988). *Emigração, regresso e desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, [Tese de doutoramento]. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, (mimeografado).
- COELHO, Fátima (1980). "O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias". *Análise social*, nº 61-62, pp 111-131.
- DESCAMPS, Paul (1935). *Le Portugal: La vie Sociale Actuelle*. Paris: Firmin-Didot.
- DIAS, A. Jorge (1981). *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-pastoril*. Lisboa: Editorial Presença.
- DIAS, J.N. Ferreira (1945). *Linha de Rumo*. Lisboa.
- EVERS, Hans-Dieter; Clauss, W.; Wong, Diana (1984). "Subsistence reproduction. A framework for Analysis". In Wallerstein, Immanuel; J. Smith e H.-D. Evers (Orgs.), *Explorations in the World-Economy: Publications of the Fernand Braudel Center. Households and the World-Economy*, [Volume 3]. London: Sage Publications, pp 23-36.
- EVRARD, P.; Hassan, D.; Viau, C. (). *Petite Agriculture et capitalisme*. Paris: INRA, Série Economie et Sociologie Rurales.
- FAURE, Claude (1978). *Agriculture et capitalisme*. Paris: Ed. Anthropos.
- FORSTER, R.; Ranun, O. (1976). *Family and Society*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- GERVAIS; Servolin, Claude (1963). "Réflexions sur l'évolution de l'agriculture dans les pays développés". *Cahiers de l'ISEA*, nº 143.
- GERVAIS; Servolin, Claude; Weil (1965). *Une France sans paysans*. Paris: Seuil.
- GOODY, Jack (1972). "The Evolution of the Family". In Laslett, Peter (Orgs.), *Household and Family in the Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press, pp 103-124.

- GROSHENS, Marie-Claude (1977). “Transmission du patrimoine et typologie de l’habitat rural alsacien”. *Etudes Rurales*, nº 65, pp 15-30.
- GUERRA, Eduardo (1967). *Evolução da Economia Portuguesa e outros estudos*. Lisboa: Seara Nova.
- GUIGOU, J.L. (1982). *La rente Foncière. Les théories et leur évolution depuis 1650*. Paris: Económica.
- HESPANHA, Pedro (1981). “A pequena agricultura, o preço da terra e as políticas fundiárias”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7-8, pp 467-496.
- HESPANHA, Pedro (1987). “La maitrise du foncier: des stratégies de domination aux stratégies de resistance”. In *Congresso Europeu de Sociologia Rural*. Braga, (dactilografado).
- HESPANHA, Pedro (1987). “Posse da terra e reprodução da força de trabalho: o caso do Baixo Mondego”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp 145-157.
- HESPANHA, Pedro (1990). *A propriedade multiforme. Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em portugal*, [Tese de doutoramento]. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, (mimeografado).
- IACEP/GEBEL, (1983). *Contas de Rendimento das Famílias no Continente, Distritos Subregiões e Regiões - Estimativa para 1977 e 1979*. Lisboa.
- INRA, Groupe “Patrimoine / Capital” (1986). *Patrimoine et capital en agriculture*. Paris: INRA - ESR.
- ISEFOG/UGT, (1987). *Os sindicatos parceiros do desenvolvimento económico.*, [Seminário]. Bragança.
- KAUTSKY, K. (1970). *La question agraire*, [1899]. Paris: Maspéro.
- KAYSER, Bernard (1977). “Patrimoine et gestion de l’espace rural: l’exemple de l’Espinouse”. *Études Rurales*, nº 65, pp 77-91.
- KESSLER, D.; Masson, André; Strauss-Kahn, Dominique (1982). “Accumulation et répartition des patrimoines”. In *Actes du Colloque International du CNRS*. Paris: Ed. du CNRS, Economica, pp 580.
- LACOMB, Philippe (1984). “La Pluriactivité et L’évolution des Exploitations Agricoles”. In *La pluriactivité dans les Familles Agricoles*. Paris: Association des Ruralistes Français.
- LAFERRÈRE, Anne (1988). “Héritiers et héritages”. *Economie et statistiques*, nº 214, pp 27-39.

- LAMBERT, B. (1970). *Les paysans dans la lutte des classes*. Paris: Seuil.
- LENINE (1968 a). “Le développement du capitalisme en Russie”. In *Oeuvres Complètes*. : Ed. de Moscou.
- LENINE (1968 b). “Nouvelles données sur les lois du développement du capitalisme dans l’agriculture”. In *Oeuvres complètes*. Paris: Ed. de Moscou.
- LENINE (1973). “La question agraire et les critiques de Marx”. In *Oeuvres Complètes*, [Tomo 5]. Paris: Ed. de Moscou.
- LIFRAN, R. (1987). “Anthropologie économique du patrimoine”. In *Colloque transmission du patrimoine et problèmes fonciers - Fédération des Parcs Naturels de France*, [Sainte Lucie et Florac, 4-6 Mai]. Montpellier: INRA.
- LIFRAN, R. (1985). “Patrimoine et mobilité professionnelle. Le cas des nouveaux agriculteurs languedociens”. *Economie Meridionale*, n° 130-131, pp 73-84.
- LIFRAN, R. (1985). “Entre Code Civil et néo-corporatisme: sélectivité et limites de la politique d’installation”. *Revue de Droit Rural*, n° 136, pp 356-361.
- LIFRAN, R. (1988). “Le patrimoine et le développement de l’agriculture familiale”. In *Agricultures régionales, concurrence et politiques économiques. Seminaire International Espagne France Italie*. Montpellier.
- LOUREIRO, Maria da C.D.Alves (1986). *Estrutura da propriedade e mercado fundiário - A freguesia de Vila Chã concelho de Esposende*, [Relatório de Estágio do curso de Engenheiro Agrônomo]. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, (mimeografado).
- LOURENÇO, Fernando (1989). *O mercado da Terra em Portugal. Ensaio de caracterização e análise de valores agregados*. Lisboa: Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural da U.T.L., (mimeografado).
- LOURENÇO, Nelson (1991). *Família Rural e Industria*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- MARTINS, Maria Cristina C. (1991). *Os investimentos ao abrigo do Regulamento CEE n° 797/85. Contributo para uma análise do seu impacto na agricultura do concelho de Macedo de Cavaleiros*,

- [Trabalho de Fim de Curso]. Bragança: Escola Superior Agrária de Bragança, (mimeografado).
- MARX, K. (1974). *Le Capital*, [1867], [Tome III], [Livro terceiro]. Paris: Editions sociales.
- MARX, K. (1974). *Le Capital*, [Tomo I], [Livro primeiro]. Paris: Editions sociales.
- MARX, K. (1974). *Le Capital*, [Tome III], [Livro primeiro]. Paris: Editions sociales.
- MASSON, André (1983). “Profils d’accumulation patrimoniale et modèles du cycle de vie”. *Revue économique*, Vol. 34, n° 1, pp 10-63.
- MASSON, André; et alt (1985). *Accumulation et repartition du patrimoine des Français depuis 1804. Hypothèses et méthodologie*. Paris: C.E.R.E.P.I., (mimeografado).
- MEDEIROS, Fernando (1982). “Groupes domestiques et habitat rural dans le nord du Portugal: La contribution de l’école de le Play”. In *Les campagnes portugaises de 1870 à 1930. Image et réalité*. Aix-en-Provence.
- MENAHÉM, Georges (1979). “Les mutations de la famille et les modes de reproduction de la force de travail”. *L’Homme et la société*, n° 51-54, pp 63-101.
- MENAHÉM, Georges (1982). *Les logiques économiques de la famille*, [Thèse de doctorat d’État ès Sciences Économiques]. Nanterre: Université de Paris-X Nanterre, (mimeografado).
- MINGIONE, Enzo; Pugliese, Enrico (1987). “A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 22, pp 83-99.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS, Gabinete de Planeamento (1977). *Plano 1971-80, Diagnóstico da situação e estratégias de desenvolvimento do sector: Agricultura, Silvicultura e Pecuária*. Lisboa.
- MODIGLIANI, Franco; Brumberg, R.E. (1954). “Utility Analysis and the Consumption Function”. In *The Post Keynesian Economics*. : Rutgers University Press, pp 388-436.
- MODIGLIANI, Franco (1986). “The life cycle hypothesis of saving”. In Abel, Andrew (Orgs.), *The collected papers of FRANCO MODIGLIANI*, [Vol. 2]. Massachusetts: The M.I.T. Press.
- MOLLARD, Amédée (1977). *Paysans exploités*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

- MOREIRA, M. Belo (1984). *L'économie et la politique laitière au Portugal*. Grenoble: I.R.E.P., (mimeografado).
- MOURA, Barros J. (1981). "Fragmentação da propriedade rural no concelho de Vagos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7-8.
- MOURA, F. Pereira de (1973). *Por onde vai a economia Portuguesa ?*. Lisboa: Seara Nova.
- NOVAIS, Ana (1990). *Os Operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Agricultura*, [Tese de Mestrado]. Lisboa, (mimeografado).
- O'NEILL, Brian Juan (1981). "Proprietários, Jornaleiros e Criados numa aldeia Transmontana desde 1886". *Estudos Contemporâneos*, nº 2-3, pp 31-73.
- O'NEILL, Brian Juan (1984). *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PEARSE, Andrew (1977). "Technology and Peasant Production: Reflections on a Global Study". *Development and Change*, nº 8, pp 125-159.
- PIERZO, Dominique (1984). "L'échange de la Terre. Une approche ethnologique". In ADEF, (Orgs.), *La Propriété Foncière*. Paris: Economica, pp 89-97.
- PINA-CABRAL, João de (1984). "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural". *Análise Social*, nº 81-82, pp 263-284.
- PLUVINAGE, Jean (1986). *Les leçons du développement des zones difficiles pour la politique agricole; de l'inadéquation des modèles de développement, "productivistes", "monactifs", "spécialisés" aux nouvelles conditions économiques*, [Communication au colloque sur "la diversification des modèles de développement rural"]. Paris.
- PUGLIESE, Enrico (1985). "Stratificazione Social e Part-Time". *La Questione Agraria*, nº 18, pp 27-45.
- REIS, José (1985). "Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura - Para uma Análise da Articulação entre a Acumulação e a Reprodução". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, pp 225-260.

- RIBEIRO, Orlando (1986). *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- ROWLAND, Robert (1984). “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”. *Ler História*, nº 3, pp 13-32.
- SALITOT-DION, M. (1975). “Role du mariage dans l’accumulation des patrimoines chez les agriculteurs”. *Revue française de sociologie*, pp 59-78.
- SALITOT-DION, M. (1977). “Stratégies de reproduction et accumulation des patrimoines fonciers”. *Etudes rurales*, nº 65, pp 31-48.
- SCHULTZ, Theodore W. (1964). *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven: Yale University Press.
- SEGALEN, Martine (1978). “Cycle de la vie familiale et transmission du patrimoine en Bretagne. Analyse d’un cas”. *Ethnologie française*, nº 4, pp 271-278.
- SEGALEN, Martine (1981). *Sociologie de la Famille*. Paris: Armand Colin.
- SERVOLIN, Claude (1972). “Aspects économiques de l’absorption de l’agriculture dans le mode de production capitaliste”. In *L’univers politique des paysans*. Paris: Armand Colin.
- SERVOLIN, Claude (1989). *L’agriculture moderne*. Paris: Éditions du Seuil.
- SHANIN, T. (1979). “Definiendo al campesinato: Conceptualizaciones y Desconceptualizaciones. Pasado y presente en un debate marxista”. *Agricultura e Sociedad*, nº 11, pp 9-52.
- SILVA, Rosa M. (1983). “Contraste e mutações na paisagem agrária das planícies e colinas minhotas - Comunidades Rurais: Estudos Interdisciplinares”. *Estudos Contemporâneos*, nº 5, pp 9-115.
- SILVA, Manuela; et alt (1984). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- SILVEIRA, Joel F. (1982). *Alguns Aspectos da Política Económica do Fascismo: 1926 - 1933*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- STRAUSS-KAHN, Dominique (1977). *Economie de la famille et accumulation patrimoniale*. Paris: Cujas.
- STRAUSS-KAHN, Dominique (1985). “Préface”. In Kessler, D.; Masson, A. (Orgs.), *Cycles de vie et générations*. Paris: Economica, pp 324.

- TABORDA, Virgílio (1987). *ALTO TRAS-OS-MONTES - Estudo Geográfico*, [1932]. Lisboa: Livros Horizonte.
- TCHAYANOV, Alexandre (1990). *L'organisation de l'Economie Paysanne*. Paris: Librairie du Regard.
- WALL, Karin (1986). "Agricultura e família em Portugal: elementos para uma leitura crítica". In *13º congresso de sociologia rural. Aspectos do Portugal rural*. Braga: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp 89-106.
- WALL, Karin (1988). "Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho". *Sociologia*, nº 5, pp 39-59.
- WILLEMS, Emilio (1962). "On Portuguese Family Structure". *International Journal of Comparative Sociology*, Vol. III, nº 1, pp 65-79.
- WOLFF, E. (1981). "The accumulation of household wealth over the life cycle: a microdata analysis". *Review of Income and Wealth*, nº 27, pp 75-96.

Títulos publicados:

**Emigrantes regressados e desenvolvimento
no Nordeste Interior Português**

Francisco José Terroso Cepeda – 1991

Dispersão em escoamento gás-líquido

João Alberto Sobrinho Teixeira – 1991

O regime térmico de um luvissole na Quinta de Santa Apolónia

Tomás d'Aquino F. R. de Figueiredo - 1993

Conferências em nutrição animal

Carlos Alberto Sequeira - 1993

Bref aperçu de l'histoire de France

– des origines à la fin du 1er empire

João Sérgio de Pina Carvalho Sousa – 1994

Preparação, realização e análise / avaliação**do ensino em Educação Física no Primeiro Ciclo do Ensino Básico**

João do Nascimento Quina – 1994

A pragmática narrativa e o confronto de estéticas**em *Contos de Eça de Queirós***

Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves – 1994

“Jesus” de Miguel Torga: análise e proposta didáctica

Maria da Assunção Fernandes Moraes Monteiro – 1994

Caracterização e classificação etnológica dos ovinos churros portugueses

Alfredo Jorge Costa Teixeira

**Hidrogeologia de dois importantes aquíferos (Cova de Lua, Sabariz) do
maciço polimetamórfico de Bragança**

Luís Filipe Pires Fernandes

**Micorrização in vitro de plantas micropropagadas de castanheiro
(*Castanea sativa* Mill)**

Anabela Martins

Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural

Francisco José Terroso Cepeda

Lameiros de Trás-os-Montes: perspectivas de futuro para estas pastagens de montanha

Jaime Maldonado Pires; Pedro Aguiar Pinto; Nuno Tavares Moreira

A satisfação / insatisfação docente

Francisco Cordeiro Alves

A agricultura nos distritos de Bragança e Vila Real

Francisco José Terroso Cepeda – 1985

Política económica francesa

Francisco José Terroso Cepeda – 1985

A educação e o ensino no 1º quartel do século XX

José Rodrigues Monteiro e Maria Helena Lopes Fernandes – 1985

Trás-os-Montes nos finais do século XVIII:

alguns aspectos económico-sociais

José Manuel Amado Mendes – 1985

O pensamento económico de Lord Keynes

Francisco José Terroso Cepeda – 1986

O conceito de educação na obra do Abade de Baçal

José Rodrigues Monteiro – 1986

Temas diversos – economia e desenvolvimento regional

Joaquim Lima Pereira – 1987

Estudo de melhoramento do prado de aveia

Tjarda de Koe – 1988

**Flora e vegetação da bacia superior do rio Sabor
no Parque Natural de Montesinho**

Tjarda de Koe – 1988

**Estudo do apuramento e enriquecimento
de um pré-concentrado de estanho tungsténio**

Arnaldo Manuel da Silva Lopes dos Santos – 1988

Sondas de neutrões e de raios Gama

Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo – 1988

A descontinuidade entre a escrita e a oralidade na aprendizagem

Raul Iturra – 1989

Absorção química em borbulhadores gás-líquido

João Alberto Sobrinho Teixeira – 1990

**Financiamento do ensino superior no Brasil
– Reflexões sobre fontes alternativas de recursos**

Victor Meyer Jr. – 1991

Liberalidade régia em Portugal nos finais da idade média

Vitor Fernando Silva Simões Alves – 1991

Educação e loucura

José Manuel Rodrigues Alves – 1991

O subsistema pecuário de bovinicultura na área do Parque Natural de Montesinho

Jaime Maldonado Pires; Nuno Tavares Moreira

A terra e a mudança – Reprodução social e património fundiário na Terra Fria Transmontana

Orlando Afonso Rodrigues

A publicar brevemente:

Desenvolvimento motor: indicadores bioculturais e somáticos do rendimento motor de crianças de 5/6 anos

Vítor Pires Lopes

Estudo da influência do conhecimento prévio de alunos portugueses na compreensão de um texto em língua inglesa

Francisco Mário da Rocha

La crise de Mai 68 en France

João Sérgio de Pina Carvalho Sousa

**Linguagem, psicanálise e educação:
uma perspectiva à luz da teoria lacaniana**

José Manuel Rodrigues Alves

**Enclaves de clima Cfs no Alto Portugal – a difusa transição
entre a Ibéria Húmida e a Ibéria Seca**

Ário Lobo Azevedo; Dionísio Afonso Gonçalves;

Rui Manuel Almeida Machado

**Contributos para um estudo das funções da
tecnologia vídeo no ensino**

Francisco Cordeiro Alves

Sistemas agrários e melhoramento dos bovinos de raça

Mirandesa

Fernando Jorge Ruivo de Sousa

**Desenvolvimento agrário na Terra Fria
– condicionantes e perspectivas**

Duarte Rodrigues Pires

**A construção do planalto transmontano
– Baçal, uma aldeia do planalto**

Luísa Génésio

**Antologia epistolográfica
de autores contemporâneos do séc. XIX**

Lurdes Cameirão

**Teixeira de Pascoaes e o projecto cultural
da “Renascença Portuguesa”**

Lurdes Cameirão